

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2014

Aos 24 dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho em Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 4ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha, respetivamente 1º e 2º secretários.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, registando-se as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges • António Toledo Alves • Artur da Câmara Machado • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Hélio Manuel Melo Vieira • Irina Mendes Pimentel • Isabel Maria Dinis Berbereia • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • José Fraga Ferreira Machado • José Machado Ferreira dos Santos • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Henrique Assis Ferreira • Marco Paulo Vieira Alves • Maria Luísa da Cunha Ribeiro • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa • Francisco José Lopes Câmara • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Honorato Bettencourt Lourenço • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Manuel Conde Bettencourt • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa • Péricles Pereira Ortins • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Artur Manuel Leal de Lima • Maria da Graça Amaral da Silveira • Michele Soveta Aguiar • Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Deputados municipais independentes:

José Cipriano de Sousa Martins.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel • Alonso Teixeira Miguel • António Lima Cardoso Ventura • Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias • Guido de Luna da Silva Teles • Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão, sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 18 de junho de 2014 foi aprovada com 35 votos a favor (20 do PS, 10 do PSD, 4 CDS/PP, 1 do d.m. independente) e 3 abstenções (2 do PS, 1 PSD).

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, disponibilizando-o aos membros da Assembleia para consulta:

- **Uma queixa presente à Assembleia Municipal pela senhora Ana Teresa Dias de Meneses sobre a construção e instalação de infraestruturas de rádio comunicações e respetivos acessórios dentro da zona de proteção do património mundial.**
- **Temas a apresentar numa conferência da Associação Nacional de Municípios Portugueses, «Portugal, que futuro?», a ter lugar em Coimbra a 15 de outubro.**
- **Da Direção Regional do Ambiente, o inventário regional das instalações, estruturas e edifícios ou equipamentos que incorporem produtos contendo amianto.**
- **Da Câmara Municipal:**
 - **Relatórios da auditoria do ROC (Revisor Oficial de Contas).**
 - **Atas e Minutas das deliberações das reuniões de Câmara.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Filomena Veiga: – Bom dia a todos. Sou a Filomena Veiga e venho aqui falar em nome dos vizinhos moradores na rua Dr. Aníbal Bettencourt que estão descontentes pela autorização da construção de um café naquela rua.

Quem vive ao lado do café é que sabe os problemas que daí advêm. Sei que podem construir o café desde que estejam dentro da lei mas não há nenhuma lei que proteja as pessoas que vivem naquela zona e que vão sofrer as consequências do mau ambiente e dos barulhos provocados por todo o tipo de pessoas que para lá vão.

O café fica mesmo ao lado da minha casa, não estamos nada contentes, gostaríamos de saber o que podem fazer sobre isto, se vão continuar a dar autorização a construções destas e se ouvem toda a gente menos as pessoas que lá moram e que vão sofrer as consequências.

Não é a primeira vez que isto acontece. Há cafés a abrir e a fechar por serem construídos em zonas habitacionais e nós queremos evitar isto porque moram crianças ali à volta e idosos por trás e pela frente. É mesmo antes de virar para a Construtora naquele bairro de casas acima do Desterro. Há umas casas com varanda à frente e duas casinhas metidas dentro, o café está ser feito ali numa moradia de um piso, o que vai trazer muito movimento.

Deram autorização para construir uma esplanada para trás e já estão a fazer uma cobertura, o que leva a crer que a esplanada funcionará de verão e de inverno. Se calhar, mais tarde ou mais cedo vão pedir autorização para fazerem também uma esplanada à frente onde os carros estacionam.

Um pouco mais à direita, no canto, foram obrigados a fechar ao fim de 3 ou 4 anos porque as ambulâncias e a polícia estavam lá constantemente e foi tudo muito complicado. Estes mesmos senhores compraram a tal casa onde estão a construir o café, daí que vai ser mais difícil fechá-lo.

Dizem-nos que não se pode proibir de se fazer um café porque está dentro da lei. Então, não temos uma lei para proteger as pessoas que moram ali? Fizemos dois abaixo-assinados com o conhecimento do senhor presidente da junta de freguesia da Conceição que deu o seu parecer,

não gostou, concordou connosco e sabia que tínhamos razão mas ele sozinho não podia fazer nada.

Se não é da competência dos senhores que estão aqui, vejam o que podem fazer e se há alguma autoridade que possa fazer alguma coisa. Se votamos em alguém para nos proteger e trazer coisas boas para a nossa freguesia, como é que vão deixar fazer um café naquele local?

Estamos a prever o que vai acontecer ali. Se havia o café «Joaninha» mais acima e um outro mais abaixo e foram ambos fechados, porque é que vão autorizar a abertura de um outro café para depois termos que chamar a polícia para o fechar?

Não percebo como é que não veem isto. Se eu não tivesse aberto os olhos à Câmara, aquele senhor estava a fazer um projeto que não estava legal e teve que o alterar duas vezes. Deixa-se abrir cafés à toa sem se verificar o local?

Venho pedir que os outros presidentes de junta de freguesia estejam também alerta. Gostamos que nos tragam coisas boas para a freguesia mas a abertura deste café vai trazer-nos problemas. As garrafas de cerveja virão parar à minha janela, o chão vai ficar cheio de beatas como vemos noutros cafés, as portas dos vizinhos irão servir de urinol e, depois do café fechar, ficam cá fora a fazer outras coisas.

Se não é da vossa competência, falem com as instâncias superiores porque isto não pode ser. Fizeram uma parede dupla para isolar o barulho, porque eu pedi, mas, depois, fecham a porta e o *zum zum* fica todo cá fora. Experimentem deixar abrir um café ao lado da vossa porta para verem que tipo de ambiente lá para.

Estamos muito revoltados por se ter autorizado a construção deste café mas falámos muito a tempo e o senhor presidente da junta de freguesia da Conceição sabe disso. Se isso acontecesse ao pé da porta de algum dos senhores, decerto não iriam gostar.

Se quiser vender a minha casa futuramente, quem a é que a quer comprar ao lado de um café? Não sei a que horas vai abrir ou fechar mas já estão nos acabamentos finais, o café vai abrir daqui a dias e há uma moradia em cima.

Sr. presidente da Câmara: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores vereadores.

Logo que tomei posse, tomei conhecimento desta questão que já tem alguns anos e tive oportunidade de reunir com a senhora que acabou de intervir. Já se fez um embargo da obra durante algum tempo para garantir o isolamento sonoro do espaço mas não há zonamento que permita resolver este tipo de conflitos que existem em vários outros pontos da cidade, em particular na periferia de alguns dos bairros socialmente mais degradados onde estas questões ganham uma dimensão maior.

Infelizmente, essa licença de construção foi concedida há uns anos e a questão do ruído de vizinhança é uma preocupação por se tratar de uma construção dos anos 60 em que não há isolamento sonoro entre os edifícios e a lei obriga a essa insonorização. Há uns meses a obra não se encontrava devidamente insonorizada, o proprietário foi obrigado a fazê-lo e teremos que verificar se essa insonorização está bem feita antes de autorizarmos a abertura do café.

Não há qualquer intenção por parte da Câmara de autorizar qualquer esplanada na frente do edifício nem se tem vindo a autorizar alargamento de horários e tem-se vindo a impor o encerramento dos estabelecimentos às 2 horas conforme está no nosso código de posturas.

A única forma definitiva de resolver esta questão, que não resolverá este caso porque é anterior a qualquer decisão nossa, terá a ver com a introdução de regras sobre a localização deste tipo de estabelecimentos, o que é possível do ponto de vista da feitura do nosso PDM.

Quando aprovarmos o Plano de Pormenor e Salvaguarda, abriremos de imediato o processo de feitura do PDM e poderemos introduzir regras de zonamento em que, em determinados ambientes residenciais não se permitam certos tipos de estabelecimentos; isto apenas pode ser feito por essa via mas a resolução do problema está ao alcance desta assembleia.

Tenho conhecimento de outros casos no nosso concelho em que há conflitos de vizinhança muito difíceis de resolver, o que só é possível devido à imposição das regras de ruído de vizinhança que levarão ao encerramento do dito café como já aconteceu no passado. Existe o duplo inconveniente em que permitimos um investimento que depois não terá sucesso e fazemos com que, durante algum tempo, os vizinhos passem pela incomodidade do ruído.

Teremos que repensar estas situações no PDM e introduzir regras muito claras sobre os locais onde se podem construir este tipo de estabelecimentos; enquanto não o fizermos, terá que ser aplicada a lei geral que não prevê nenhuma norma específica sobre esta questão.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quero saudar e agradecer a participação do público nesta sessão da Assembleia Municipal, o que não tem acontecido e é importante que as pessoas aqui venham expor os seus problemas.

Compreendemos as suas preocupações e sabemos que aquela é uma zona com problemas sociais antigos que se têm repetido em vários estabelecimentos comerciais idênticos que têm aberto e fechado naquela área nos últimos tempos.

Mais do que a abertura de um café, trata-se do cumprimento de várias leis respeitantes à legalização de um estabelecimento comercial e à fiscalização de uma obra e das atividades praticadas dentro desse estabelecimento. Julgo que a abertura do estabelecimento em si não será complicada, mas, sim, o funcionamento da fiscalização e o cumprimento das leis depois da sua abertura. Sabemos que houve falhas noutros estabelecimentos idênticos, partilhamos da sua preocupação e gostaríamos de pugnar para que não se verifiquem os erros do passado e a fiscalização e a lei sejam cumpridas em todas as fases do processo.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Bom dia senhor presidente, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados.

Desde a criação do conceito de “universidade” que o seu uso está associado ao “conhecimento” e ao “desenvolvimento” seja no sentido da primeira universidade construída na Europa, seja no sentido filosófico que remonta à *Academia* de Platão ou, se quisermos ainda, numa versão mais global, aos escribas sumérios; o certo é que a ideia de “universidade” esteve sempre lado a lado com a ideia de desenvolvimento acrescentado em si e por si próprio.

Polos agregadores de estudantes, professores, investigadores, potenciadores de redes de cooperação e desenvolvimento de inovação e tecnologia, as universidades têm sido motores da criação de conhecimento, do desenvolvimento da investigação e da economia. Beneficiam, em primeira instância e como naturalmente se poderá depreender, as cidades onde as universidades estão localizadas e, por conseguinte, as suas periferias e envolventes.

Daqueles sentidos, o conceito de “universidade” foi evoluindo para os nossos dias acomodando a ideia de uma instituição formativa que oferece vários e diversificados percursos de estudos superiores de 1º, 2º e 3º ciclos, (licenciaturas, mestrados e doutoramentos), a par de uma crescente aposta na aprendizagem ao longo da vida, cursos de curta duração, complementos de especialização tecnológica, entre outras modalidades de

ensino, numa ótica que se pretende de resposta entre a oferta formativa e as efetivas necessidades do mercado, no qual laborarão os formados pelas universidades.

A universidade dos Açores é um desses motores de desenvolvimento e é por isso, tão importante para nós, açorianos. Como o seu lema o dá a conhecer “*sicut aurora scientia lucent*”, que é como quem diz: “assim como o raiar do dia, a ciência ilumina”, o seu papel é o de trazer luz, conhecimento e desenvolvimento e a nós, como arquipélago disperso por nove ilhas que somos, interessa-nos que as opções estratégicas da universidade dos Açores garantam o máximo de equidade e sustentabilidade possíveis, cientes de que a manutenção e a atração de alunos para os centros universitários potencia o desenvolvimento dos mesmos e das cidades onde se encontram.

Ao analisarmos os resultados da primeira fase dos acessos ao ensino superior na universidade dos Açores, é com alguma apreensão que o grupo parlamentar do Partido Socialista regista a entrada de 37 novos alunos para o polo de Angra contra 309 em Ponta Delgada.

Não obstante a discrepância resultante em parte pela demografia das ilhas e a crise económica por que os açorianos e os portugueses em geral estão a passar, o certo é que o polo de Angra do Heroísmo tem vindo a reduzir substancialmente o seu número de alunos. Acrescente-se a isto o recente caso da não certificação do curso de gestão no polo de Angra levando à sua suspensão temporária, e as condições de não atratividade estão criadas.

O curso de gestão tem bastante procura por parte dos alunos interessados em prosseguirem estudos superiores. Em Ponta Delgada ingressaram 45 novos alunos e esta suspensão no polo do Pico da Urze traz consigo danos irreparáveis para Angra do Heroísmo e para a ilha Terceira em geral, os quais importa ver corrigidos o quanto antes. Cremos que a Universidade dos Açores tudo fará para repor esta situação atípica e que prejudica o nosso desenvolvimento económico.

A autarquia de Angra do Heroísmo, numa estratégia de fomento ao ingresso no ensino superior e à manutenção dos ativos formados na cidade, criou o programa “Estuda +” que se apresenta como um complemento para incentivar a frequência de cursos pós-secundários e superiores por parte de alunos de Angra do Heroísmo ou de cidades com as quais Angra mantenha acordos de geminação ou parceria, comprometendo-os a exercerem a sua atividade profissional na cidade de Angra após a conclusão dos seus estudos. Isto não resolve o problema na sua totalidade, mas ameniza os custos e promove a formação.

Contudo, entende o grupo parlamentar do Partido Socialista que a análise destes dados deverá estender-se para lá da questão do polo de Angra do Heroísmo e do encerramento temporário do curso de gestão.

O Professor Mário Fortuna, diretor do Curso de Gestão da Universidade dos Açores, declarou publicamente não se rever na decisão de encerramento do curso e que a mesma não era “inevitável”. Ora, nos tempos difíceis que atravessamos e atravessando a Universidade dos Açores as grandes dificuldades financeiras que se conhecem, torna-se urgente a clarificação ou definição de uma estratégia orientada para a atratividade da oferta formativa da universidade dos Açores, para a sua diversificação e descentralização de oferta, numa ótica multipolar e não concentrada, podendo desta forma, oferecer um ensino mais abrangente e equitativo, ao mesmo tempo que potencia o desenvolvimento económico das ilhas onde está instalada.

Por estas razões, o grupo parlamentar do Partido Socialista gostaria de deixar expressa a sua preocupação com a tendência gradual de decréscimo de alunos no polo do Pico da Urze, Angra do Heroísmo, e mostrar-se disponível para contribuir, na medida das suas competências, para a criação de condições atrativas e diferenciadoras para a progressão de estudos superiores na universidade dos Açores.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Há um contrassenso entre as palavras proferidas pelo senhor deputado Rogério Sousa e a posição oficial tomada pelo senhor presidente da Câmara e pelo executivo camarário no sentido de terem ficado satisfeitos com as decisões da universidade dos Açores no que respeita ao curso de gestão.

Nós, PSD, não estamos satisfeitos com essa questão do curso de gestão, queremos-lo a funcionar o mais rapidamente e melhor possível na ilha Terceira e não nos revemos na posição pública do presidente da Câmara e do seu executivo.

Gostaria de falar também da questão do trânsito em Angra que preocupa os munícipes. Não podemos deixar de denunciar os congestionamentos e agravamentos do trânsito na cidade devido às alterações que a Câmara tem feito.

Temos um caos diário na Guarita com a confluência de todo o trânsito que vem do liceu e da Praça Velha em direção ao quarteirão dos bombeiros, local onde o trânsito, por motivos óbvios de segurança, não pode ter qualquer tipo de constrangimentos.

Consideramos também que tem sido uma verdadeira afronta e provocação aos munícipes, o que tem sido feito com o encerramento do trânsito na passagem em frente ao edifício dos Paços do Concelho. O senhor presidente ainda não conseguiu assumir a sua intenção de encerrar de vez aquele troço e em vez disso recorre ao expediente de deixar ficar o palco e as cancelas no meio da rua por tempo indeterminado para que as pessoas se vão talvez habituando à ideia de que ali não se pode passar.

Julgo que o que é preocupante é o estacionamento das viaturas pertencentes ao município ou aos seus funcionários em frente aos Paços do Concelho porque aquela passagem contribui para aliviar o trânsito da cidade e desafogar a situação de quem vem sobretudo da rua Direita e pretende seguir para o Alto das Covas e assim tem que dar a volta ao quarteirão dos bombeiros.

Qualquer pessoa que pretenda deixar uma criança na escola secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, agora não pode fugir ao trânsito da Guarita e antigamente conseguia contornar aquela praça em frente ao liceu e voltar a descer para as avenidas para não engarrafar o trânsito da Guarita.

A empresa fiscalizadora dos parquímetros que a Câmara contratou continua a perseguir os munícipes que nem sequer têm tempo de entrar numa loja para trocarem dinheiro em moedas sem serem imediatamente multados. São constantes as situações de perseguição que nos são relatadas. As pessoas são multadas num espaço de um minuto quando saem das suas viaturas para trocarem dinheiro num lado qualquer e não têm tempo de retirar o *ticket* do parquímetro. Esta situação é inadmissível e o senhor presidente da Câmara terá que intervir de forma dura perante esta empresa contratada pela Câmara.

Mais graves são as situações que nos têm sido relatadas e faladas na comunicação social referentes a discrepâncias entre o valor afixado nas máquinas na hora do estacionamento e a quantidade de dinheiro que as pessoas têm que colocar para uma hora de estacionamento. O caso mais conhecido refere-se à zona da Empresa de Viação Terceirense em que os parquímetros têm afixado o valor de 45 cêntimos por hora e na prática o munícipe tem que pagar 60 cêntimos por esse período de estacionamento.

Quero voltar a abordar a questão das calçadas da cidade. Em primeiro lugar gostaria que o senhor presidente nos informasse se as multas aplicadas ao empreiteiro responsável por essas obras já foram cobradas. Convém que essas multas não prescrevam, uma vez que é do interesse do município ser ressarcido dos seus prejuízos.

Gostaria também de saber para quando o lançamento de uma nova empreitada de requalificação das calçadas, quando se prevê a correção dos erros apontados pela Direção Regional da Cultura nos troços já intervencionados e, sobretudo, a situação da rua Direita.

Todos sabemos que tem havido problemas com o abatimento do piso naquela rua, o senhor presidente já nos relatou uma questão de rotura na drenagem de águas pluviais e gostaríamos de saber até que ponto está salvaguardada a segurança de pessoas e bens na dita rua; precisamos da garantia do senhor presidente da Câmara de que não acontecerá ali uma tragédia.

Coloco uma outra questão relativa às notícias de requalificação do Fanal, uma promessa eleitoral de todos os partidos representados nesta assembleia que já foi debatida em mandatos anteriores também com uma recomendação do PSD para que essa requalificação fosse feita na componente da proteção da encosta e da zona urbana daquela envolvente.

Essa recomendação foi chumbada pelo Partido Socialista aqui na Assembleia Municipal com o argumento de que era onerosa e até megalómana e agora vemo-la regressar, (e na minha opinião, muito bem), no discurso do senhor presidente da Câmara e dos responsáveis pela pasta do ambiente na região. Gostaria de saber o que o senhor presidente pretende fazer ali e quais as previsões de custos em termos de volumetria do que se pretende executar naquela encosta.

Para terminar, gostaria de abordar a questão da antena de telecomunicações em Santa Luzia. O senhor presidente tem dito até agora que aquilo é da responsabilidade da ANACOM mas custa-me a acreditar que a Câmara se demita da responsabilidade da construção de uma infraestrutura com aquela dimensão e impacto paisagístico. Gostaria de saber quais os poderes da Câmara Municipal e da Direção Regional da Cultura numa cidade património mundial e numa zona paisagística como o Monte Brasil.

Se a ANACOM decidisse colocar uma antena na Praça Velha, no Alto das Covas ou no alto da Memória, certamente não o poderia fazer e se o pôde fazer ali é porque houve outras entidades que o permitiram.

O senhor presidente diz que a altura da antena visa minimizar o impacto das radiações na população mas isso é discutível porque falei com técnicos da área que me garantem que a colocação de uma antena em maior altura é compensada com um aumento da potência dos respetivos emissores; não é por ser maior e mais alta, que a antena é mais segura para as populações.

Sr. presidente da Câmara: – Gostaria de voltar um pouco atrás e dizer que é grande esta preocupação com a universidade e lembro ao senhor deputado Luís Rendeiro que a Câmara não disse que estava satisfeita com o andamento da universidade. O senhor vereador Guido Teles referiu que a Câmara estava satisfeita com os esclarecimentos prestados sobre as razões que levaram à suspensão do curso de gestão.

Sinto-me na primeira linha do problema e continuo a afirmar que a solução encontrada foi a melhor possível...

(Interrupção impercetível da senhora deputada Maria da Graça Silveira).

Sr. presidente da Câmara: – Oh, minha cara colega! A senhora conhece bem as consequências que podem advir de uma coisa dessas! Não venha para aqui com coisinhas, escondendo aquilo que é verdade! A senhora queria que as pessoas perdessem os diplomas e que a universidade dos Açores ficasse penalizada? Vamos lá ter tento nas coisas!

As declarações do senhor vereador Guido Teles em relação ao curso de gestão foram adequadas, traduziram aquilo que é um problema grave para a universidade e para esta cidade e encontrou-se a solução adequada.

Infelizmente, nesta época de colocações como aconteceu nas duas últimas anteriores, a quantidade de alunos concorrentes aos cursos oferecidos pela universidade dos Açores na ilha Terceira foi muito baixa e nalguns cursos, a candidatura de alunos da ilha foi zero.

Esta é uma preocupação enorme. Se a nossa universidade não consegue sequer interessar aos que cá vivem, então temos um problema de ensino sistémico e estrutural. Enquanto comunidade e enquanto residentes nesta terra temos que olhar para este problema com outros olhos.

A Câmara fez uma tentativa de tornar os cursos da universidade dos Açores mais atrativos. Criou um mecanismo que permite o pagamento de propinas para que frequentem o curso cá e nem assim se conseguiu quebrar a fuga relacionada com as candidaturas.

Quanto à questão, confio na palavra do professor Mário Fortuna e do reitor da universidade, espero que o curso seja oferecido com todas as condições no próximo mês de setembro e as declarações do senhor vereador Guido Teles foram prestadas neste contexto.

A universidade dos Açores na ilha Terceira nem sequer está centrada em torno do curso de gestão; o seu objetivo fundamental são as ciências agroambientais, área em que as coisas estão a falhar de forma assustadora e é para aí que temos que olhar porque a universidade não pode viver episodicamente cursos feitos em parceria com este ou com aquele.

A universidade dos Açores tem que ter uma missão central na Terceira, cujo polo não pode ser secundário; tem que ter a sua missão e a sua área que está perfeitamente definida e é nessa área que temos que agir, transformando-a num local mais atrativo; se falharmos aí vamos continuar com panaceias. Podemos inventar um curso de outra coisa qualquer, que até pode ter atividade durante algum tempo mas são soluções que se esgotam e passam ao lado da área nuclear da universidade.

A área das ciências agrárias deveria ser a mais nobre da universidade dos Açores porque é a que corresponde a um desejo fundamental da nossa economia. É aí que temos que investir com muita força e é importante que esta assembleia faça ressaltar esta preocupação porque ao longo desta última década vimos um progressivo esvaziamento da atratividade na área central da universidade.

Ao longo destes últimos anos a universidade formou muitos dos que se encontram nesta sala, muitos técnicos que foram fundamentais para o desenvolvimento da agricultura açoriana. Este é um desafio que se coloca à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e a toda a sociedade terceirense e açoriana em geral porque, infelizmente, este problema também se coloca noutros cursos em Ponta Delgada. No caso da Horta, ontem vi o diretor do departamento de oceanografia e pescas a manifestar a sua enorme preocupação no futuro porque este problema coloca-se nos três polos da universidade dos Açores.

Existe um problema na atratividade pela oferta de cursos pela universidade que interessem aos açorianos e em particular no desenvolvimento na área da tecnologia alimentar, da agricultura, da produção agrária e em tudo o que diz respeito à área nuclear da nossa economia e temos que fazer alguma coisa.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Bom dia senhor presidente, senhores deputados municipais. Não era para entrar nesta discussão sobre a universidade porque passo os dias em sede própria a discutir os seus problemas e vim aqui para discutir os problemas do município.

Tem que concordar comigo que o processo foi mal conduzido e neste momento quem faz a avaliação as universidades é a DGES. O reitor não tinha nenhuma responsabilidade acrescida, levantou a lebre e criou toda esta situação. Quanto digo que não concordo, tenho direito a não concordar, sei bem o que digo e quanto ao assunto da universidade estamos encerrados.

Todos sabemos que o departamento de ciências agrárias não é vocacionado para a gestão mas é o curso com mais alunos e o departamento vai sofrer consequências com isso. Eu até gostaria que o senhor presidente da Câmara passasse por decreto que os meninos tinham que optar todos pelo curso de tecnologia alimentar porque é uma formação importante. Eu sou coordenadora do mestrado, as pessoas não aderem e contra mim falo mas essa é uma questão muito mais global.

Em relação à resposta que foi dada ao requerimento que fizemos a respeito da recolha seletiva dos resíduos, pouco me interessa se é concessão ou outro tipo de contratualização; preciso de saber e não vejo respondido porque é que a Câmara Municipal decidiu contratualizar ou entregar essa recolha de resíduos a uma empresa privada.

Diz aqui muito claramente que a redução dos custos diretos do sistema municipal de recolha traria uma vantagem para a Câmara. Percebo que seja uma vantagem deixar de pagar para se fazer uma recolha mas não percebo quando o senhor presidente da Câmara me diz que não consegue quantificar os resíduos nem calcular o valor comercial, as despesas e as receitas.

Se não é capaz de calcular as despesas e as receitas como é que me pode dizer que, se deixar de pagar dez euros pela recolha, vai perder mil euros de valor comercial dos resíduos? Pode não ser. Estou a dizer isto em termos metafóricos. Se o senhor diz que não pode quantificar, podem ser mil, dois mil ou um valor meramente residual.

Para percebermos se este é um bom negócio para a Câmara, seria bom que me pudesse dizer quanto a autarquia recebe pela recolha desses resíduos porque todos sabemos que têm valor comercial e o senhor diz que não é possível quantificar. Percebo que o senhor tenha um historial de problemas com resíduos e é fácil ver-se livre deles mas não percebo como conseguiu fazer esses cálculos e decidir se é o melhor negócio para a Câmara.

Na última reunião da Assembleia Municipal e no âmbito da compra do direito à superfície do prédio edificado, lote 13, vulgo edifício da antiga discoteca «Wolf», houve dúvidas sobre aquele contrato.

Lendo *ipsis verbis* a ata da referida reunião, o senhor presidente disse: «*Como o assunto não é muito urgente, creio que é melhor retirá-lo e fazê-lo regressar com todos os pareceres.*» Entretanto, passados três meses comprou à cabeça e pagou tudo pelo espaço. Não era urgente, achou que seria importante para a Câmara dividir o pagamento por vários anos e afinal passou a ser tão urgente e achou que podia pagar o espaço na totalidade.

Sr. presidente da Câmara: – Respondendo à questão relacionada com as calçadas, está a decorrer uma consulta que tem a ver com uma das opções que consta do Plano de Pormenor e Salvaguarda que vamos aqui discutir e visa definir os parâmetros em relação a alguns calcetamentos da zona baixa da cidade, os que tiverem encruzilhadas, uma que está marcada no mapa de intervenção como 2.2. Essa zona inicia-se na Guarita e termina sensivelmente abaixo do Alto das Covas e vai desde a rua do Rego até ao mar.

Esse processo está em curso, vamos desenvolver algum estudo sobre essa matéria e está para se iniciar uma experiência de calcetamento com uma tecnologia diferente. Vamos usar um lugar que não é muito visível, o ramo entre a Miragaia e o Chafariz Velho que está cheio de ondulações, calcetando com a colocação de cimento para evitar deformações e aproveitamos para ver se a coisa funciona.

Os nossos calceteiros foram a Ponta Delgada onde esta experiência foi feita com sucesso e estamos a pensar em iniciar esse trabalho no Chafariz Velho na próxima semana. Se a coisa correr bem poderemos ir aplicando o método noutros sítios.

Já se fizeram outras formas de calcetamento sem grandes resultados. Não sei se repararam mas, passados seis meses, a maior parte dos arranjos feitos na Ladeira de S. Francisco está no ponto de partida, ou seja, a tecnologia que estava a ser usada conduz aparentemente à mesma solução.

Como viram, depois de levantada toda a calçada da faixa mais usada da Ladeira, está melhor do que estava mas começa a apresentar sinais das mesmas patologias, o que mostra que a tecnologia de calcetamento que está a ser usada não é a mais adequada. Antes das eleições referi que seriam necessárias tecnologias novas e estamos a trabalhar nisso.

O trânsito na rua Direita vai ser suspenso amanhã e depois para se abrirem os buracos porque se chegou à conclusão que não é possível fazer com câmaras. Nalguns sítios, onde há maiores abatimentos teremos que usar uma máquina para criar uma abertura até à conduta pluvial para se poder aferir o seu estado.

Esperou-se para o fim da época mais festiva para se fazer esse trabalho e vamos abrir três ou quatro buracos na rua em lugares chave para determinarmos a situação da conduta. Se for necessária a sua substituição teremos que abrir uma empreitada para fazermos um canaleta em betão do género do que está a ser feito no Porto Judeu. Se isso não for necessário, o valor ficará relativamente baixo e procederemos de imediato à construção de uma nova caixa de estrada na rua e à recolocação da calçada usando a tecnologia melhor que se está a testar lá em cima.

Não há nenhuma intenção da parte da Câmara em voltar a pôr a concurso ao mesmo tempo tudo o que é calçada com todas as complicações daí inerentes. Tencionamos substituir as calçadas passo a passo, começando por aquelas com maior necessidade e a da rua Direita é uma delas. Em relação ao passado das calçadas passo a palavra ao senhor vice-presidente.

Sr. presidente da Mesa: – Chamo a atenção que este período tem a duração máxima de uma hora em que o tempo é distribuído pelos grupos parlamentares e pela Câmara Municipal a não ser que ultrapassemos o regimento ou encontremos uma fórmula de dilatarmos este período.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma interpelação à Mesa): – Só para dizer é importante que as questões sejam respondidas e o que não puder ser tratado no Período de Antes da Ordem do Dia, poderá ser discutido no Período da Atividade Municipal porque as questões misturam-se e é importante que a Câmara possa responder às nossas questões.

Sr. presidente da Câmara: – Quanto à questão dos parquímetros, gostaria que o contrato não existisse mas não estava na Câmara quando ele foi celebrado e só pôde ser aprovado porque alguém o votou. Temos mantido um relacionamento por vezes tenso com essa empresa e tentado resolver as questões que vão surgindo o melhor possível, tendo em conta a situação contratual existente.

A empresa negou a questão do preço da hora do parquímetro e na verificação diz que não é assim. Se alguém tiver provas em contrário, ficamos muito agradecidos que as apresente porque gostaríamos de penalizar a empresa caso isso aconteça.

As questões de trânsito não têm sido o caos que os senhores anunciam e o encerramento do trânsito em frente à Câmara Municipal acontecerá quando houver um projeto para um arranjo global adequado e digno da Praça.

No que toca à requalificação do Fanal, a ideia não é construir um muro até cá acima devido aos problemas de volumetria. Pretende-se criar um prisma de enrocamento semelhante ao que

se encontra nas imediações da igreja do Porto Martins ou ao que está junto ao terreiro em S. Mateus. O Governo Regional tem a obrigação de fazer a proteção costeira e a Câmara é responsável pelo arranjo urbanístico.

Estamos em contacto com os proprietários daquelas oficinas, aquelas coisas em ruínas que se encontram na zona do Fanal no sentido de as adquirirmos para as retirarmos dali porque a costa terá que ser rebaixada para se encontrar um perfil de equilíbrio, o que vai permitir também a criação de um acesso pedonal ao mar, à semelhança do que se fez nas Areias Brancas para descongestionar um pouco a Silveira.

Encomendámos a elaboração de um projeto a uma empresa da especialidade na área do urbanismo e o Governo Regional tem a obrigação de apresentar o projeto referente à proteção costeira.

Quanto à antena da Telecom, posso passar a legislação existente para que possam ler a repartição das responsabilidades e depois falaremos sobre o assunto.

No que respeita à recolha seletiva de resíduos, volto a afirmar o que disse da outra vez; não faremos nenhuma concessão adicional e disse que não era possível avaliar os valores porque se referem a algo que ainda não existe.

Essa empresa deve ter uma política mais agressiva na recolha e nesta altura a quantidade de recicláveis recolhidos na rede de ecopontos é muito baixa. Estamos à espera que a empresa lute pela vida e consiga aumentar a recolha de materiais.

Devido à crise económica, a maior parte dos materiais recolhidos é vendida no mercado de resíduos a preços irrisórios porque, infelizmente os preços caíram e ninguém ganha milhões com isso. Para se completar uma tonelada de plástico são necessários imensos contentores e vale cerca de 200 euros depois de entrega. É preciso deduzir a separação, a embalagem e o transporte terrestre e marítimo até à fábrica, o que faz com que o valor real dessa tonelada seja irrisório mas essa não é uma questão que diga respeito à Câmara porque esse não é o nosso negócio.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados.

Não posso concordar mais com o que o senhor deputado Rogério Sousa disse a respeito da importância da universidade para o desenvolvimento dos Açores e mais concretamente do nosso concelho.

Queremos uma universidade de pessoas jovens com função diferenciada e capacidade de gerar valores e queremos também aumentar a população estudantil. Acredito que haverá aqui alguma questão relacionada com a credibilidade do polo universitário do Pico da Urze devido à fuga dos alunos que parece não quererem vir para Angra por ser a universidade dos Açores quem lhes concede o título e não o pólo do Pico da Urze em particular. Os próprios alunos de Angra preferem estudar em Ponta Delgada porque sentem que a sua cidade está cada vez menos desenvolvida e não lhes oferece perspectivas de futuro.

O senhor presidente da Câmara terá uma visão muito particular desta situação porque colabora com a universidade, que terá certamente problemas para resolver que não competem a esta assembleia, que deve trabalhar para que esta cidade crie condições para atrair alunos para o seu polo universitário.

Teremos um problema ainda maior porque tudo indica que serão fechados mais cursos no polo do Pico da Urze. Se consultarem algumas pessoas em Ponta Delgada relacionadas com a universidade, constatarão que há claros indícios de que se preparam para deixar cair um ou outro curso brevemente porque estão à espera que o número de alunos reduza ainda mais.

Sr. presidente da Câmara: – Concordo em absoluto; esse é um problema gravíssimo.

Sr. d. m. Artur Lima: – Cumprimento o senhor presidente e restante Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores e os colegas deputados.

Senhor presidente da Câmara, devo saudá-lo pela sua opinião porque finalmente se vai fazer uma coisa lúcida a respeito das calçadas. Lembro V. Exa., que tem boa memória, que essa foi sempre a posição do CDS-PP na Câmara anterior e até demos o exemplo de umas calçadas feitas em Viseu com essa técnica.

Gostaria que o senhor presidente nos esclarecesse se os engenheiros da Câmara partilham da sua opinião, porque não o fizeram há dois anos, rejeitando liminarmente propostas nesse sentido e quase passando um atestado de ignorância aos proponentes e se é necessário alterar a legislação da Direção Regional da Cultura, que não foi mudada quando V. Exa. lá estava, para que se possa usar essa técnica em Angra.

Gostaria ainda de saber se considera adquirir novas pedras de calçada, porque houve grande dificuldade por parte do empreiteiro, com quem eu cheguei à fala, em acertar umas com as outras, as pedras da calçada, velhas e irregulares, para que possamos ter finalmente uma calçada que não abata ao fim de um ano como V. Exa. muito bem disse.

Sr. presidente da Câmara: – Não tive que me pronunciar relativamente às questões do passado porque não me competia mas na campanha eleitoral tive a oportunidade de afirmar a minha opinião que ainda mantenho. Os técnicos da Câmara foram céticos em relação ao assunto, foi necessário enviar pessoal a Ponta Delgada para verem o que lá se fazia e creio que estamos convencidos que terá que ser assim.

A legislação não impede que isto se faça, apenas obriga à colocação de pedras com aquela forma e nada refere sobre a base e sub-base. Não sei o que os meus antecessores leram na lei, que está no Diário da República para que todos a possam ler e refere unicamente que devem ser usados paralelepípedos de basalto.

Quanto à qualidade da calçada, apenas lembro que não é possível fazer uma boa omelete sem ovos e não vale a pena tentarmos fazer calçada nova com pedra velha desigual, particularmente quando não temos a coragem de lhe colocar uma base adequada porque depois cada pedra reage de maneira diferente e basta olhar para a rua para ver o resultado.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, Exma. Câmara, caros colegas deputados municipais.

Depois da intervenção do senhor presidente da Câmara não posso deixar de me congratular por, finalmente, se acabar com o enigma da estrada à frente da Câmara Municipal e saudá-lo por uma solução que, na minha perspectiva, é a única possível para a Praça Velha. Felicito também o senhor presidente da Câmara pela teimosia e coragem em manter essa posição e pelo trabalho que pretende levar a cabo.

Espero que não se deixe manipular pelo expectável circo que a oposição irá fazer; eventualmente pedirá um intervalo daqui a pouco para dar uma conferência de imprensa, comportamento a que já nos habituaram no passado recente e mais longínquo porque ainda não nos esquecemos das árvores, do quiosque, dos bancos com costas, sem costas, para cima e para baixo.

Espero que o senhor presidente mantenha essa sua teimosia que, para mim, é sinónimo de alguém esclarecido que sabe muito bem o que quer para a cidade que os munícipes lhe confiaram para gerir durante 4 anos. Espero que leve a obra a bom porto quanto antes, porque a Praça Velha e a nossa cidade precisam.

Quanto às questões do trânsito, não partilho da opinião da oposição de que as coisas estejam tão caóticas assim mas confesso que me irrita facilmente com questões de estacionamento, etc. e há alturas em que, se as coisas não estão caóticas, também não estão tão bem como deveriam.

Mais do que as alterações que no princípio provocam sempre alguns constrangimentos, tenho reparado que a polícia desapareceu da cidade. Estava a falar há pouco com a minha colega Marília e perguntei-lhe: «Quando foi a última vez que viste um polícia?» Desde que a empresa dos parquímetros começou a prestar serviço em Angra, que é excelente, não sei se a PSP está a fazer o seu trabalho ou se antes é que o fazia.

Isto começa a ser preocupante porque há hábitos que se começam a instalar e que antes eram apenas episódicos e pontuais e agora não o são. Está a tornar-se banal parar à porta do «Pão Quente» para comprar pão ao mesmo tempo que se para à porta da farmácia para comprar um medicamento ou ao pé da caixa multibanco mais abaixo para levantar dinheiro.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Não se pode estacionar em Angra.

Sr. d. m. João Santos: – Isso não é verdade. Já propus aqui o aumento brutal do custo dos parquímetros e ia sendo cruxificado; aí já se poderia estacionar em Angra. Penso que deve ser feita alguma sensibilização à PSP para que haja algum policiamento na cidade.

Refiro-me agora a alguma sinalização de trânsito em falta e que pode provocar situações complicadas, nomeadamente se houver acidentes que envolvam companhias de seguros porque elas não querem saber daquilo que consideramos como certo ou habitual acerca das prioridades das ruas, caso lhes falte a sinalização. Ontem era assim, hoje algo pode ter mudado e é importante que a sinalização lá esteja.

Em tempos alertei para aquela saída do hipermercado Continente em que, quem vai a subir S. Luís não tem prioridade sobre quem venha a sair da direita porque não se pode assumir que venha de um parque particular; o parque do hipermercado dá para uma rua que entronca na rua principal.

A Câmara agilizou os seus serviços cerca de 15 dias depois e foi pintar a estrada mas lembro que a sinalização horizontal por si só, se não for acompanhada da respetiva sinalização vertical, de nada serve, o que é duplamente grave, porque a pintura na estrada pode facilmente induzir em erro. Havia ali um sinal que foi retirado quando se construiu aquela clínica de canto e não foi repostos.

Voltando a referir a PSP, também se tem notado que voltou a entrar na moda a vandalização dos sinais de trânsito.

Sr. presidente da Câmara: – Em resposta a esta questão da sinalização ou da sua vandalização, a Câmara está a fazer um levantamento sistemático da sinalização de trânsito e das placas toponímicas, recolocando-as ou colocando os sinais em falta. Isso começou a ser feito na zona da baixa, estamos a afastar-nos do centro e o objetivo é percorrermos todo o concelho. Não sei se repararam mas foram colocadas dezenas de novas placas toponímicas e sinais de trânsito pela cidade.

Infelizmente temos tido graves problemas relacionados com a vandalização. Praticamente em todas as sextas feiras à noite há quem se pendure nos sinais de trânsito, acabando por torcê-los ou derrubá-los como temos verificado à segunda feira. Já comunicámos isto à polícia mas também não podemos ter um agente a vigiar cada sinal.

Aparentemente são grupos de jovens que provocam desordens pela rua e, como desporto, costumam pendurar-se ou saltar os sinais. Vamos verificar a situação da sinalização junto ao hipermercado e temos ainda outros casos assinalados que estamos a resolver.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Pegando na legislação que o senhor presidente da Câmara teve a amabilidade de fazer distribuir aos grupos municipais, tem aqui um artigo 7º que tem a ver com um indeferimento do pedido para instalação daquelas infraestruturas.

A alínea c) diz que, para que o pedido possa ser indeferido, «... *o justifiquem razões objetivas e fundamentadas relacionadas com a proteção do ambiente, do património cultural e da paisagem urbana ou rural.*» Penso que aqui se enquadra o exagero volumétrico daquela antena, que certamente será útil ao município, e o uso desta alínea poderia ter justificado uma intervenção da Câmara Municipal para que a mesma fosse colocada noutra local onde causasse menor impacto paisagístico e menor perturbação aos residentes naquela zona.

Sr. presidente da Câmara: – O pedido tem que ser fundamentado, não existem questões ambientais e foi feita uma consulta à Direção Regional da Cultura, que assim entendeu e não creio que a Câmara tivesse grande capacidade de intervenção nessa matéria.

Temos dezenas de antenas espalhadas pela cidade. Desde os Bombeiros, passando pela Sé e pelo Rádio Clube de Angra até à Memória e ali mesmo ao lado, perto do parque infantil em frente, está uma torre de TDT.

Há uma grande quantidade de equipamentos desse tipo que esperamos ver progressivamente removidos porque se tornam desnecessários mas cabe à ANACOM decidir sobre a localização e a intensidade dos campos eletromagnéticos enquanto a Câmara é apenas responsável pelo licenciamento da estrutura física de suporte.

Foram instaladas torres em praticamente toda a ilha para a rede 4G e, nos casos em que era obrigatório, foi ouvida a Direção Regional da Cultura que tem poder vinculativo sobre isso. Foi por isso que o licenciamento foi dado, neste momento decorre um processo judicial sobre a matéria, acataremos a decisão que vier a ser tomada, prestaremos os esclarecimentos que se revelarem necessários mas o assunto será resolvido em primeira instância pelo tribunal administrativo e fiscal. A Câmara não recorrerá a respeito do que o tribunal decidir e executará o que for decidido.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A Direção Regional da Cultura decide a respeito do património cultural mas não há nenhum parecer da Direção Regional do Ambiente relativamente à proteção do ambiente e a paisagem urbana e rural é da competência da Câmara Municipal, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – Não temos nada legislado nem estabelecido sobre essa matéria. A Câmara não pode negar nem aprovar questões com base no bom ou mau humor de quem aprecia e respeita o que está estabelecido, o que determina a necessidade de fazermos um bom PDM no qual essas matérias terão que ser revistas. O PDM atual é manifestamente antiquado e praticamente mudo no que respeita a paisagem, ambiente e património; praticamente não tem lá nada, a não ser sobre regras de proximidade.

Esta Assembleia terá que se pronunciar num futuro próximo no sentido de criar outras regras a respeito dos cafés, das antenas e outras. Neste momento a única restrição que existe em relação às antenas baseia-se num decreto legislativo regional sobre escolas.

Há outros problemas relacionados com antenas de radioamadorismo, algumas com potências radiantes bastante superiores colocadas no coração da cidade, sobre as quais a Câmara não tem que se pronunciar porque são matérias para o PDM e espero que as contemple.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Vou falar sobre a questão das antenas fazendo desde já a minha declaração de interesses porque trabalho numa empresa de telecomunicações. Tendo em conta o entendimento e a prática desta Câmara no passado, estou ciente que é muito difícil compatibilizar comunicações e desenvolvimento, devido ao impacto paisagístico relacionado com antenas e torres.

Desde que começaram a ser instaladas em Angra antenas de telecomunicações dos vários operadores, houve sempre o cuidado de negociar com a Câmara de modo a que essas antenas fossem colocadas de forma dispersa, onerando mais os operadores mas criando microcoberturas com vista à minimização desse impacto visual.

O senhor presidente referiu que existem várias antenas espalhadas pela cidade, incluindo o Monte Brasil onde se encontram disfarçadas para que não sejam vistas, assim como as da Sé; houve esse cuidado de as disfarçar para minimizar o impacto visual. Quis deixar esta achega sobre o que é possível fazer porque tenho experiência em relação ao assunto.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 17 de junho a 24 de setembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – No que toca à atividade municipal no período subsequente à última reunião da Assembleia, do ponto de vista da execução do plano de investimentos do município, as coisas foram decorrendo com toda a normalidade com duas exceções que gostaria de trazer aqui porque também é importante partilharmos as dificuldades.

A empreitada da Ladeira Branca em Santa Luzia é a obra mais problemática que a Câmara tem; as dificuldades têm sido muitas e a obra não tem avançado como gostaríamos. Foi dado um prazo final até 15 de outubro mas já percebi que não vai ser cumprido e temos ali um problema grave que eventualmente levará à rescisão do contrato.

Também surgiram alguns problemas de condução de obra na escola de Santa Bárbara que foram sendo ultrapassados e a obra está a avançar em razoável ritmo. Estas são as duas obras em pior situação e todas as outras estão a decorrer conforme o planeado.

No caso do Porto Judeu, houve a necessidade de uma pequena prorrogação do prazo por razões que não são imputadas ao empreiteiro e têm a ver com a necessidade de se manter a acessibilidade ao cemitério da freguesia num dos sentidos, porque não era possível fechar ambos os acessos como estava previsto, o que implicará mais um mês de obra.

Já terminou uma das obras do Porto Judeu e a do jardim sem qualquer anomalia ou reparo e a obra de pavimentação de estrada está a decorrer normalmente sem qualquer desvio em relação ao programado, o que me leva a dizer que as coisas decorrem normalmente na vertente dos investimentos.

Houve um pequeno atraso no arranque da obra do pavilhão do Posto Santo, relacionado com questões de natureza burocrática de prestação de caução por parte do empreiteiro, mas está a decorrer rigorosamente dentro dos prazos contratuais.

Falando agora de outras questões relevantes de natureza financeira, de acordo com o que foi discutido em reunião de Câmara, optámos por não utilizar no ano de 2015 o empréstimo que estava autorizado e visado. Olhando para a situação da Câmara, chegámos à conclusão que seria melhor não onerar o nosso futuro com esse empréstimo porque não pretendemos usar esse dinheiro. O banco concordou sem qualquer custo para a Câmara porque a autorização é válida por dois anos económicos e essa reserva ficou aberta para 2015 mas não se prevê que seja necessária. Não houve nem me parece que haja necessidade de recorrermos a empréstimos.

Face a isto, houve a necessidade de fazer uma alteração. A escola de Santa Bárbara estava a ser financiada por fundos comunitários e pedimos ao Governo que suspendesse essa candidatura para transferirmos esses fundos para o pacote de estradas porque a escola pode ser financiada pelo próximo quadro comunitário e as estradas não.

Resolvemos assim antecipar o financiamento das estradas e atrasar o financiamento da escola porque, felizmente, a obra da escola pode continuar normalmente com fundos próprios da Câmara que será reembolsada logo que entre o próximo quadro. Acabámos por emprestar algum dinheiro a nós próprios que será reembolsado a seguir, algo que foi aprovado por esta Assembleia na sessão anterior.

Quanto aos outros dois pacotes de estradas que estão contratados com um empreiteiro pronto a entrar em obra, tudo indica que um deles ainda será financiado neste quadro comunitário e logo que o atual pacote de estradas se aproxime do fim, o empreiteiro arrancará com o próximo.

Quanto ao outro, eventualmente não haverá tempo para executar a obra na janela de tempo do atual quadro comunitário, o que levará a que a Câmara tenha que aplicar fundos próprios nessas estradas se não existir a possibilidade de candidatura e tudo indica que não existirá, o que causará alguns constrangimentos de investimento futuro mas essa matéria terá que ser analisada em sede de orçamento. É esta a situação, não temos nenhuma questão financeira relevante e os investimentos estão a decorrer a ritmos razoáveis.

A Câmara tem vindo a resolver um conjunto de questões relacionadas com o seu próprio património. Havia prédios que não estavam registados e questões mal resolvidas a respeito de outros imóveis que tinham sido cedidos ou prometidos anteriormente. Foi o que aconteceu com o Rádio Clube de Angra, uma deliberação da Câmara de 1983 que nunca tinha sido executada e o que acontecerá com a Praça de Touros da ilha Terceira, uma deliberação antiga que também nunca foi executada mas cujos terrenos se encontram devidamente registados com os loteamentos e cuja escritura faremos a breve trecho.

No âmbito das questões patrimoniais, volto à questão da antiga discoteca «Wolf» em que chegámos à conclusão que tínhamos capacidade para adquirir o terreno. A última reunião da Assembleia Municipal decorreu fora dos Paços do Concelho e não nos foi possível aceder ao documento que, por erro, não tinha sido colocado no servidor mas tenho-o aqui. Esse documento tinha sido assinado por um membro desta Assembleia, o que é admissível legalmente, mas para que não houvesse dúvidas, a Câmara pediu um novo parecer a uma terceira entidade antes de adquirir o terreno. Todas concordaram com o valor e foi deliberado por unanimidade em reunião de Câmara a alteração sobre a pretensão da repartição de encargos para uma aquisição imediata que já foi feita.

O objetivo foi explicado na altura e isto tem a ver com a gestão patrimonial da Câmara. O edifício das oficinas por detrás da antiga central da EDA contém amianto à vista e a desfazer-se, levantando poeiras cada vez que faz vento e pretendemos fechá-lo tão depressa quanto possível para procedermos à retirada daquele material porque ele desvaloriza o prédio.

Vamos tentar concentrar a atividade que ali se faz com a que estava a ser feita no pavilhão das Sanjoaninas criando um polo único e concentrando o pessoal num só local em vez de o termos disperso por todo o lado.

Aquele edifício ficará vago a curto prazo, o teto será retirado e logo que seja possível será colocado no mercado imobiliário para alguém que pretenda investir ali já que é uma zona eventualmente interessante, dada a proximidade do mar e do porto.

Foram regularizadas todas as situações de edifícios por arrendar ou com rendas em atraso e os restantes serão colocados em hasta pública para arrendamento nas próximas semanas; refiro-

me concretamente ao edifício onde funcionava a Casa do Peixe que, entretanto vagou porque o proprietário resolveu encerrar a sua atividade e continuamos com seis bancas disponíveis no mercado duque de Bragança.

Quanto aos restantes imóveis não há reparos a fazer; foram colocados em funcionamento, apesar das rendas serem manifestamente exageradas, o que me suscita alguma preocupação em relação à sustentabilidade desses negócios. Foram colocados em praça por 50 euros e se subiram até aos 1 500, foram os próprios arrendatários a oferecerem esses valores.

A Câmara é dona de 60% do maior investimento da Terceira e dos Açores, a TERAMB, que está a decorrer com toda a normalidade. Estão ali a ser investidos cerca de 36 milhões de euros, o cronograma do investimento e os financiamentos estão a ser cumpridos e a obra já se encontra numa fase muito avançada. Convido os senhores membros da Assembleia a visitarem o local porque é interessante ver o nascimento de uma obra muito relevante para o concelho.

Esta questão, que endereço à senhora deputada Graça Silveira, tem a ver com os resíduos. Foi necessária uma alteração no sistema de gestão de resíduos da ilha Terceira. A lei obriga a um sistema municipal de gestão de resíduos, o chamado SMOC. Essa responsabilidade estava indevidamente a cargo dos Serviços Municipalizados de Angra porque também tinha a ver com a Praia e a sua transferência foi contratualizada para a TERAMB que passou a ser o SMOC da Terceira. Isto quer dizer que os próximos contratos que tenham a ver com a recolha seletiva já não serão feitos com os SMAH cuja responsabilidade única é a recolha dos resíduos domésticos. De futuro será a TERAMB a negociar soluções que permitam uma melhor gestão dos resíduos na Terceira.

No âmbito do licenciamento ambiental da incineradora, o SMOC Terceira foi obrigado a assumir um conjunto de compromissos gravosos mas necessários e um deles tem a ver com o objetivo que tem que ser cumprido até 2020.

A recolha seletiva de resíduos é uma recolha não ativa que recolhe apenas o que as pessoas lá deixam, ou seja de tudo, porque, infelizmente, a maior parte opta por colocar os resíduos não diferenciados.

Nos próximos 5 anos teremos que fazer um esforço enorme para que, a 31 de dezembro de 2015, tenhamos cumprido a meta que nos foi imposta pela União Europeia na licença ambiental da incineradora.

Uma das atividades municipais mais importantes dos últimos meses foi a obtenção do licenciamento ambiental da incineradora que implicou um estudo profundo sobre a gestão de resíduos na Terceira e nas ilhas vizinhas. É preciso criar condições para que a recolha seletiva multiplique por quatro, ou seja, temos que fazer a recolha seletiva crescer 400% em relação a 2013.

Temos pela frente um desafio extremamente importante que implica novos atores e novas ações, razão pela qual os Serviços Municipalizados e a Praia Ambiente se irão progressivamente retirando do negócio da recolha dos recicláveis que agora pertence à TERAMB.

A gestão de resíduos é um tipo de empreendimento de elevado risco e dificuldade técnica e não está ao alcance de qualquer um mas isso não diz respeito à Câmara que nunca esteve nem estará ligada a esse mercado.

Não vamos fazer concessões para que não haja exclusivos. A ilha Terceira tem que se manter como um espaço aberto para que, quem queira entrar no negócio dos resíduos, o possa fazer sem entraves.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não me foram dadas explicações acerca das multas por parte do empreiteiro da obra das calçadas e lembro o senhor presidente que o desafio financeiro da Câmara se deve ao sucessivo incumprimento das Grandes Opções do Plano ao longo dos últimos anos.

O senhor presidente demite-se de responsabilidades do que foi feito em mandatos anteriores porque não estava cá mas também não vamos fazer de contas que não foi candidato pelo Partido Socialista que governa esta Câmara há quase 20 anos porque os cordões umbilicais não se cortam assim.

Gostaria de destacar algumas questões referidas pelo senhor presidente a respeito da atividade municipal. Em primeiro lugar, um destaque positivo, o que também é bom. No período entre a anterior e esta reunião da Assembleia Municipal comemoraram-se os 480 anos da cidade de Angra do Heroísmo, efeméride que a todos deve encher de alegria e o grupo municipal do PSD congratula-se com o tudo o que foi feito para comemorar esta data.

Também temos destaques negativos, senão não seríamos oposição, e começo por uma questão que já levantámos. Acho que chegou o momento de se refletir sobre a participação de Angra no dia europeu sem carros porque a tipologia da cidade e as atuais condições de circulação fazem com que este tipo de atividade acabe por causar muitos mais constrangimentos do que benefícios a quem viva, precise de se deslocar à cidade ou nela trabalhe.

Fruto da forma como a cidade foi projetada, não temos alternativas às vias que foram encerradas. Estas iniciativas acabam por gerar mais problemas com constrangimentos ao trânsito, sobretudo nas entradas e saídas da cidade com engarrafamentos nocivos para o ambiente, do que hipotéticos benefícios. As pessoas acabam por circular mais à volta, poluem mais e acabamos por ter uma iniciativa avulsa que acontece uma vez por ano, inconsequente para a dinâmica da cidade.

Este ano, tivemos as ruas desertas; um centro histórico de uma cidade fantasma e foi preciso pedir a dois colégios que viessem animar a Praça Velha. Está na altura de repensar a dimensão da participação nesta iniciativa ou, pelo menos, o número de ruas a encerrar para se comemorar o dia europeu sem carros.

Relativamente à visita do presidente da República Popular da China a Angra do Heroísmo, gostaria de saber se Câmara preparou um dossiê de investimento para apresentar ao presidente da maior potência comercial do mundo, quais os contactos realizados e benefícios que podemos esperar para o concelho, sobretudo o nível do investimento e da criação de emprego.

Não quero acreditar que o presidente da Câmara se limitou a ser um cicerone, deixando escapar uma oportunidade destas para captar investimento de uma potência comercial daquelas no concelho de Angra.

Consultando o relatório da atividade municipal, verificamos o esforço feito pelo senhor presidente e pelos senhores vereadores para estarem presentes nos eventos que vão acontecendo um pouco por todo o concelho. Essa atividade tem sido muito intensa por parte do senhor presidente da Câmara e bastante intensa também por parte de alguns dos senhores vereadores e, curiosamente, pouco intensa por parte do senhor vice-presidente.

Gostaria de saber se há alguma razão objetiva para que o senhor presidente não permita uma maior atividade do seu vice-presidente, quais as suas competências e funções e porque é que o senhor vice-presidente não tem uma atividade tão representativa no concelho como a dos seus pares.

A seguinte questão que coloco prende-se com a realização de vacadas na Prainha durante as Sanjoaninas. Sendo aquela praia, uma zona balnear com bandeira azul, como é que a Câmara Municipal pode garantir a higiene e a segurança do areal, no que à saúde pública diz respeito?

Gostaria de saber como é que se limpa o areal que fica conspurcado pelos animais, após a realização de um evento taurino na Prainha e se a Câmara faz algo mais do que passar aquela máquina que penteia o areal e acaba por misturar o xixi e o cocó dos bovinos na areia para depois os banhistas estenderem as suas toalhas.

Sr. presidente da Câmara: – É apenas uma questão de bosta...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Pois é mas diga isso às pessoas que usam a Prainha, senhor presidente.

A obra da marginal de Angra continua bastante atrasada; apesar de ser da responsabilidade da autoridade portuária, gostaria que o senhor presidente nos fizesse um ponto da situação e nos desse uma estimativa do seu prazo de conclusão, uma vez que também condiciona o trânsito na cidade, nomeadamente o acesso ao Clube Náutico e a fruição turística daquela zona bonita da cidade.

Abordando agora a questão da desratização que, estranhamente, não foi mencionada pelo senhor deputado João Santos, gostaria de saber se, para além do implacável caçador de ratos a tiro que ele é, há mais alguma evolução no combate aos roedores e a outras pragas como as gaivotas que têm sido abatidas a tiro no aterro intermunicipal. Não sei se terá a ver com esse abate mas tem havido um aumento significativo de gaivotas no porto de S. Mateus.

Julgo que a superpopulação de gaivotas na ilha Terceira está a extravasar os limites do antigo aterro municipal e a alargar-se a outras zonas. Gostaríamos de saber o que está a ser feito e o que a Câmara pretende fazer ao nível de iniciativas globais de intervenção sobre as várias pragas de animais no concelho.

Quanto à recolha seletiva de resíduos, porque não copiar o exemplo canadiano seguido pelas nossas comunidades emigradas em que é obrigatória a separação dos resíduos urbanos das habitações? As pessoas são obrigadas por lei a fazerem essa separação, são multadas se não o fizerem e sabem exatamente em que dia serão recolhidos os resíduos orgânicos, os plásticos, os vidros ou os papéis. Todos têm os seus contentores específicos colocados do lado de fora da porta e cada cidadão é diretamente responsabilizado pelo cumprimento das metas de separação de resíduos a que a legislação canadiana obriga.

Se temos legislação comunitária que nos vincula, porque não exercer essa educação casa a casa, responsabilizando diretamente o munícipe pela separação dos seus resíduos?

Sr. presidente da Câmara: – Respondendo à questão sobre o dia europeu sem carros, devo concordar que um dia só não é grande coisa. Foi a primeira vez que participei diretamente e não concordo com a sua avaliação de que a cidade esteve vazia. Aconteceu um conjunto de eventos e infelizmente choveu a meio da tarde.

O dia europeu sem carros é um dia importante em toda a europa, deve continuar a acontecer em Angra mas a questão das ruas a encerrar merece alguma reflexão. Foi a primeira vez que este executivo teve contacto com essa realidade, observámos cuidadosamente o que foi acontecendo dentro e fora da zona, tiraremos as nossas conclusões e debateremos o assunto porque queremos que este dia tenha mais significado.

Quanto à visita do senhor presidente da República Popular da China, como o senhor deputado saberá, a Câmara não é propriamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros; de qualquer forma, nos dias anteriores à sua visita estiveram em Angra diversas entidades, houve um conjunto de reuniões, estabeleceram-se alguns contactos e alguns deles poderão eventualmente levar a alguns negócios.

Tive a oportunidade de percorrer o concelho com alguns responsáveis por diversas áreas na embaixada da RPC em Lisboa e tivemos uma conversa interessante embora com o significado possível nestas questões diplomáticas.

No encontro com o senhor presidente da República, de carácter meramente protocolar, mantivemos uma conversa sobre a cidade de Angra, a ilha e o futuro e era apenas isso que, em termos protocolares, poderia ser feito. Não foi propriamente o senhor presidente da República que tratou de negócios, mas sim, os responsáveis por essas áreas na embaixada e no Ministério dos Negócios Estrangeiros da China que estiveram cá.

Os nossos industriais e comerciantes tiveram a oportunidade de manter contactos diretos através da Câmara do Comércio. Assisti à troca de cartões-de-visita entre os responsáveis no sentido de se fazerem algumas coisas ao longo dos próximos tempos.

O senhor presidente da República disse que estava interessado em que Angra se geminasse com uma cidade património mundial da China e não sei a que isso levará. Por parte dos responsáveis pela área cultural da China, ficou a manifestação de desenvolverem alguma atividade cultural em Angra ao longo dos próximos anos, tentando criar um programa de exposições e a eventual passagem por cá de um grupo musical chinês que venha a Portugal. Visitámos o local onde se pretende construir o parque tecnológico, quais as potencialidades e agora deixemos isso com os empresários para vermos o que vai acontecer.

Em resposta à questão relacionada com a estrada Gaspar Côrte-real, a informação de que disponho, resultado da última reunião que tivemos com a administração dos portos dos Açores, é que faltará cerca de um mês para que a obra esteja concluída.

A Câmara procedeu à remoção dos barracões à entrada do Porto das Pipas, um problema antigo que se arrastava há algum tempo e foi ultrapassado um diferendo com a Marinha. Falta um terceiro barracão porque tem amianto e tem que ser removido por uma empresa da especialidade que, aparentemente, o fará nos próximos dias e o barracão dos portões azuis será demolido logo que a empresa certificada retire as telhas para que depois a empresa de demolições remova o resto.

A desratização tem prosseguido nos espaços públicos com sucesso ou insucesso relativo. O programa de esterilização química dos pombos tem prosseguido, creio que com resultados modestos porque não noto nenhuma diferença e acho que cada vez temos mais pombos; infelizmente há muita gente que continua a alimentá-los e é difícil convencer as pessoas de que não o devem fazer. O caso da universidade está transformado numa verdadeira praga pela quantidade de pombos que estão no edifício e se espalham por todo o lado.

Em relação às gaivotas, o que acontece é que uma estimativa conservadora fala em cerca de cem mil gaivotas na ilha Terceira e a única vantagem é afastá-las com a redução do acesso ao alimento; ficaram mais fugidias, já não vão tanto ao aterro e está-se a tentar manter o acesso ao alimento tão reduzido quanto possível.

A colónia de S. Mateus resultará do facto de não se sentirem tão confortáveis no aterro mas o problema só ficará resolvido quando o mesmo for selado com a entrada em funcionamento da estrutura que está a ser construída neste momento. Só lá para finais do ano que vem é que serão dados passos significativos no sentido de reduzir aquela população.

O senhor deputado tem toda a razão em relação aos resíduos. Na proposta de tarifário que virá acompanhada no orçamento para o ano que vem vamos tentar introduzir o tarifário PAYT (*Pay as You Throw*) que quer dizer: «Pague conforme deite», como forma de identificar o produtor dos resíduos e responsabilizar quem não cumpre.

O nosso concelho é essencialmente rural o que nos traz um problema, porque nas zonas rurais o lixo vai aparecer aqui e acolá; teremos que reforçar a recolha e criar mais ecopontos mas na

zona urbana é possível avançarmos com esse sistema PAYT que será incluído na proposta de tarifário do ano que vem, visando uma alteração de comportamentos, caso contrário vamos ser inevitavelmente multados em 2020 porque a multiplicação da recolha por 4 não é tarefa fácil.

No que respeita à Prainha, as vacadas são uma tradição, o mar lá passa e o assunto não me parece preocupante; teremos que olhar para isso em edições futuras das festas Sanjoaninas, procedendo a algumas alterações de localizações de eventos.

Quanto à atividade representativa do senhor vice-presidente da Câmara, ele tem outras funções, que não de representação, que tem exercido com muita eficácia e assiduidade. Não se preocupe que os mais jovens podem compensá-lo nas festas e os mais velhos podem dedicar-se a outras coisas menos exigentes.

Sr. vice-presidente da Câmara, José Gaspar Lima: – Bom dia senhor presidente, ilustre Câmara, senhoras e senhores deputados municipais.

Respondendo às questões do senhor deputado Luís Rendeiro sobre a empreitada das calçadas, ainda não cobrámos qualquer multa e não sabemos se até vamos pagar alguma. O processo decorre junto dos nossos juristas que estão em contacto com os juristas da empresa no sentido de resolverem a situação e esta Assembleia será informada logo que tenhamos qualquer informação sobre o desfecho da situação. O processo é bastante complexo e há culpas no cartório de ambos os lados.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Senhor presidente, não posso fugir à questão do amianto e já tenho em minha posse o inventário dos edifícios do concelho de Angra que contêm fibrocimento, portanto amianto, ainda que o documento se restrinja às suas coberturas e não contemple outros equipamentos como pavimentos, paredes divisórias pré-fabricadas, caldeiras, etc.

Este foi o seu primeiro passo mas gostava de saber quando pretende dar o segundo, ou seja, dar início ao processo de avaliação dos fatores determinantes de risco de libertação de fibras de amianto e não me refiro apenas às coberturas.

Todos sabemos que o mais sensato é deixar ficar no local os materiais que contêm amianto desde que estejam em condições de segurança, bem conservados, confinados, encapsulados e sob o controlo de uma gestão adequada.

Ao debruçar-me sobre este inventário deparo-me com uma série de situações que condicionam todas as questões de segurança que acabei de mencionar. Primeiro observa-se que existe um número bastante significativo de edifícios com cobertura de fibrocimento ou amianto que são as habitações sociais.

É do meu conhecimento que no bairro da Terra Chã a SPRHI está a reaproveitar as coberturas provenientes das casas que estão a ser desmanteladas para as recolocar nas novas casas do mesmo bairro, o que é bastante grave.

Outro item que ressalta neste inventário diz respeito ao edifício da antiga universidade dos Açores que tem sido alvo de furtos de materiais que podem conter amianto e que se estão a dispersar; se calhar está a acontecer o mesmo com o velho hospital de Angra.

Penso que este assunto deve ser repensado porque a alternativa à remoção de coberturas consiste em proteger o material, mantendo-o em bom estado de conservação, confinando-o de forma controlada e gerindo-o no local, o que não está a acontecer.

Parte deste inventário contempla edifícios como a discoteca Factory, a Fábrica de Rações da ilha Terceira, e Empresa Ideal de Panificação Terceirense, a Indústria de Caixilharias em Alumínios, a FAV, as próprias oficinas da Câmara Municipal entre outras empresas que

utilizem máquinas e equipamentos que provoquem vibrações que possam conduzir à dispersão destas pequenas fibras de amianto facilmente inaláveis. Isto agrava-se ainda mais se falarmos em edifícios como a escola Infante D. Henrique e o seu respetivo pavilhão multiusos frequentado por um grande número de pessoas.

O senhor presidente da Câmara, que é doutorado em engenharia civil e do ambiente, foi fundador e dirigente de uma associação de defesa do ambiente, Secretário da Educação e Assuntos Sociais e titular da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, sabe que estamos aqui a discutir saúde pública e que todas as variedades de amianto são agentes cancerígenos de classe 1 e provocam cancro no ser humano.

Gostaria que me dissesse o que vai fazer perante este inventário porque o assunto exige uma intervenção rápida.

Sr. presidente da Câmara: – Esse inventário está claramente incompleto. Estão aí mencionados os edifícios mais representativos mas existem algumas centenas mais. Não andamos mais de um quilómetro em qualquer estrada deste concelho sem que avistemos um ou vários edifícios com amianto porque este problema está espalhado um pouco por todo o concelho.

Uma parte importante destes amiantos são dos anos 50 e a sua integridade física é muito má porque levantam poeiras cada vez que faz vento. São de fibrocimento, cujo cimento já se desfez com o tempo e restam apenas as fibras. É o caso das oficinas da Câmara que contém algumas telhas facilmente dobráveis com a mão, assim como o antigo hospital militar da Terra Chã onde neste momento não existem roubos porque o local está seguro mas houve uma dispersão enorme de placas em muito mau estado e quem as roubou levou consigo um problema complicadíssimo.

Temos tido um particular cuidado em retirar tudo o que é amianto das escolas e o pavilhão multiusos que referiu contém fibrocimento mas não tem amianto. A partir de 1986 passou a usar-se fibra de carbono que tem o mesmo aspeto físico mas não contém esse material. Ainda hoje se fabricam fibrocimentos por aí que não contém amianto.

Que eu tenha conhecimento, no Alto das Covas não existe esse problema e não temos qualquer outra escola assinalada como problemática em relação ao amianto, assim como não temos qualquer edifício de atendimento de grande utilização pública, sinalizado como contendo esse material.

A lei obriga à retirada dos produtos que contêm amianto de infantários ou outros edifícios da área social até 2019 mas não determina qualquer previsão nem existe qualquer diretiva comunitária em relação ao resto. Legalmente, quem quiser manter esse material na sua casa indefinidamente, pode fazê-lo com todos os riscos daí inerentes, mas há uma sensibilização que tem que ser feita e espero que o Governo também a faça.

Pela nossa parte iremos aprofundando e melhorando o inventário porque reconheço que esta primeira abordagem é manifestamente pobre, visto que cobre apenas o que se vê à vista desarmada e não há uma análise pormenorizada do que se passa pelas freguesias.

Desconheço que seja assim quanto ao que referiu sobre a atuação da SPRHI no bairro da Terra Chã mas, se assim for é manifestamente ilegal porque, desde 1986 é proibido o uso desses materiais em construções novas ou a sua reutilização em reparações. Vamos contactar quem de direito para sabermos o que está a acontecer porque tenho alguma dificuldade em acreditar que seja assim.

Há fibrocimentos sem amianto que podem ser facilmente confundíveis com os que o contêm, esperemos que seja essa a visão mais benigna da coisa e esteja a ser utilizado um fibrocimento moderno no qual não se reconhece qualquer risco.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Face ao ponto da situação que o senhor presidente da Câmara nos fez na última Assembleia a respeito da redução da iluminação pública em que o processo estaria praticamente concluído, pergunto-lhe se nos pode elucidar melhor sobre o parque inicial e final de iluminação porque o senhor referiu algumas percentagens e gostaria de ter os valores absolutos e a informação dos danos daí resultantes.

Falando agora da visita do presidente da República Popular da China à Terceira, o senhor presidente da Câmara disse há pouco que a Câmara Municipal de Angra não é o Ministério dos Negócios Estrangeiros mas lembro que o senhor referia como pontos-chave da sua campanha eleitoral na página 2 do seu jornal de campanha, a captação de investimento externo com vista a promover as oportunidades de negócio e de investimento existentes e previsíveis no concelho e na ilha Terceira.

Falou da parceria com a Câmara do Comércio e, com a SDEA, foi mais longe dizendo que faria a promoção de negócios, seguindo o modelo «*BVEP - Business Visits and Events Partnership*» e agora diz que não senhor e que a Câmara do Comércio é que tratou dessa promoção.

Esta visita a este nível foi ímpar para esta cidade e seria disputada por qualquer país do mundo face ao potencial que pode gerar. Não tenho nada contra o facto de a Câmara do Comércio entregar os dossiês que pretender mas promove, e bem, os interesses dos seus associados e o senhor, no seu manifesto eleitoral, referia-se a investimentos estratégicos.

Pelos vistos, a Câmara de Angra não aproveitou este tipo de promoção estratégica que este concelho poderia seguir, o que é uma pena. Uma coisa é promover uma mercearia aos chineses, a outra é promover o concelho e a ilha com vista a investimentos estratégicos estrangeiros.

Sr. presidente da Câmara: – Não sei o que o leva a dizer que seja pena que isso não venha a acontecer. Volto a referir que o encontro com o senhor presidente da República Popular da China foi protocolar, assim como o foi com outras entidades e eu despendi dois dias inteiros a fazer essa promoção.

Visitámos alguns locais onde tive a oportunidade de encontrar alguns de vós e fez-se uma boa promoção da realidade do nosso concelho. Foram visitados lugares como o futuro parque industrial e o futuro parque tecnológico e explicámos os nossos potenciais e o que pretendemos em termos de investimento; creio que tudo foi feito com enorme sucesso e ao mais alto nível. Foram depois estabelecidos contactos bilaterais entre diversas entidades com interesses diretos no sentido de, rapidamente, se poderem retirar alguns benefícios.

Ficaram também estabelecidos contactos entre a Câmara e estas áreas da representação diplomática da China em Lisboa que poderão vir a dar alguns frutos. Passámos a ser convidados para todos os eventos organizados por aquela embaixada, mantendo um contacto bastante mais estreito e ficaram agendadas outras visitas em áreas concretas que espero que se repitam.

Ao nível do município, explorámos ao máximo esta visita e posso dizer-me parece que não há memória de que uma câmara municipal tenha tido um contacto tão próximo e direto como o que tivemos nesta visita. Autorizaram que eu falasse com as personalidades mais importantes, incluindo o senhor presidente da República e foi-me permitido falar diretamente e de forma privada com todos eles, o que significa uma grande conquista do ponto de vista diplomático que normalmente não acontece.

Da parte da embaixada da República Popular da China em Lisboa houve o cuidado de enviar para cá algum pessoal mais cedo que esteve cá a semana inteira. Fui a sós com o responsável

dessa área visitar os locais e passámos praticamente um dia juntos; se isto não é fazer promoção, não sei fazer melhor e estou agradado com o que aconteceu.

Do ponto de vista diplomático fomos tão longe quanto possível, tivemos um tratamento super privilegiado e não me impus ao senhor presidente da República; foi ele que me convidou a acompanhá-lo.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, colegas deputados municipais.

Vou passar por uma questão bem mais chã e menos ambiciosa do que as relações internacionais e os proveitos que podem advir de uma visita do presidente de uma grande potência económica, referindo um assunto que hoje voltou a incomodar-me pela referência ao passado.

Não sei o que se passa com o PS, quer ao nível da bancada, quer ao nível da Câmara, porque já é a segunda vez, e hoje foi a vez do amigo João, que é referida uma situação passada com a qual o PS e os executivos camarários conviveram mal e resultou numa crítica muito contundente e assertiva por parte da população e de algumas pessoas ligadas à oposição e não só, sobre o rearranjo da Praça Velha e a colocação de uns bancos muito interessantes.

Sem que tenha sido necessariamente uma derrota do PS, mas sim, uma vitória da democracia, na altura a senhora presidente Andreia Cardoso entendeu os sinais da população e retirou a intenção de colocar esses banquitos na praça. Creio que se tratou de uma lição de democracia e da participação das populações, intervindo diretamente numa decisão camarária e Angra ficou a ganhar com isso sem que fosse retirada legitimidade de decisão aos membros do executivo.

Na altura a senhora presidente percebeu que grande parte da população não desejava aquela solução, retirou inteligentemente e é pena que situações dessas não aconteçam mais vezes porque seria sinal de que as pessoas viriam à Assembleia, colocariam as suas questões logo no início, todos ajuizaríamos das suas opiniões e tomaríamos as decisões mais adequadas.

É de elogiar a clareza do senhor presidente da Câmara ao dizer que não quer que o trânsito passe ali mas, já agora, mande fazer um estudo para vermos qual a situação alternativa adequada.

Acho que deve manter a sua convicção e demonstrar à população se a bondade da sua decisão lhe traz mais-valias. Se a população reagir mal, o senhor presidente da Câmara, se assim o entender, tão inteligentemente como a sua antecessora Andreia Cardoso, deve retirar essa proposta; se assim não o entender, está legitimado pelas suas decisões, mas depois há de colher os respetivos frutos ou prejuízos.

Gostaria que deixássemos de ferir o passado e os célebres bancos da Praça Velha porque não se trata de um estigma nem de um anátema sobre ninguém; foi um episódio que aconteceu e ficou resolvido pela democracia. Continuar a repescar essa situação antiga é chover no molhado até porque, que me lembre, não foi discutida aqui nem foi a votação e extravasou de longe as pequenas realidades partidárias.

Sr. d. m. António Alves: – Bom dia senhor presidente, Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, Exmos. colegas deputados municipais.

Intervenho para me congratular com a Câmara pela obra do pavilhão do Posto Santo. Já o referi várias vezes em mandatos anteriores e quero manifestar o meu agrado pelo andamento da obra e pela abertura que esta Câmara tem tido para com o clube desportivo e a junta de freguesia ao ouvir algumas das nossas preocupações.

Em boa hora uma obra destas é feita no nosso concelho porque felizmente continuamos a ter muitos praticantes de desporto e os nossos pavilhões do concelho de Angra continuam ocupados todos os dias com atividades desportivas até por volta das 24 horas.

Manifesto também o meu agrado pelo facto de as pessoas que estão no desemprego prestarem serviços nas freguesias e pelo asseio que verificamos em todo o concelho, resultante dessas prestações de serviços.

Sr. presidente da Câmara: – Há pouco esqueci-me de responder a uma questão levantada sobre a iluminação pública cujo processo ainda não terminou porque nos falta ainda a baixa da cidade devido à tentativa de encontrarmos lâmpadas LED que substituam as atuais com vista a uma acentuada redução do consumo elétrico.

Conseguiu-se finalmente localizar um fornecedor de lâmpadas com essas características e o assunto carece de testes devido à forma da própria lâmpada porque há incompatibilidades com os candeeiros existentes.

Vai ser feito um ensaio com lâmpadas LED no jardim e tomaremos uma posição sobre essa matéria em função dos resultados obtidos. Entretanto os LED embarateceram muito e poderão ser amortizados em dois anos; estamos no entanto à procura de uma solução que evite a substituição de todas as armaduras que foram desenhadas para outras soluções luminotécnicas.

Quanto a dados, a senhora vereadora poderá transmitir-vos a informação disponível e o efeito orçamental tem sido modesto porque, infelizmente, a subida do IVA somada à subida do preço da energia, praticamente «comem» os ganhos. Só poderemos medir o impacto orçamental no fim do ano porque, como sabe, durante o verão a noite é mais curta e há um abaixamento astronómico do custo de energia, o que falseia os resultados.

Quanto à Praça Velha, não se trata de um encerramento mas de um reordenamento do espaço que só será feito depois de um projeto arquitetónico adequado com vista a reenquadrar os Paços do Concelho relacionado com o que vamos aprovar a seguir que é o Plano de Pormenor e Salvaguarda. Isto tem a ver com a necessidade de um projeto com outra arquitetura e forma que esperamos concretizar ao longo do próximo ano.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente, Exma. Câmara Municipal, senhores deputados, muito bom dia.

Percebemos que o senhor presidente vai continuar com o seu livre arbítrio de fechar a Praça Velha sempre que quiser e na véspera da Assembleia Municipal retirar-se-á qualquer coisa. Ficam os angrenses a saber disso.

Das alterações e experiências que o senhor presidente da Câmara tem feito em Angra do Heroísmo, alegadamente a coberto de alguns estudos que têm sido feitos, foi alterada recentemente a paragem do *minibus* junto à sede dos bombeiros. A paragem encontrava-se antes da praça e agora está na placa da praça dos bombeiros precisamente a seguir à saída de um entroncamento em cima de uma passadeira. Não sei se terá sido por distração ou por vandalismo por parte de algum angrense que passou por ali e lembrou-se: «não gosto deste sinal aqui, vou passá-lo ali mais para baixo.»

Relativamente ao consumo de eletricidade, uma vez é porque ainda não tivemos tempo para obter resultados, outra vez é pela diferença entre o verão e o inverno mas é certo que, cada vez que venho trabalhar às 6h30 da manhã sou confrontado com experiências.

Uma vez a iluminação está ligada da Feteira até ao Porto Judeu e apagada até Angra, outra vez está apagada da Feteira até Angra e ligada no outro lado. Ontem estava ligada no Terreiro das Covas e apagada no resto da Ribeirinha, ligada em S. Bento e apagada na Guarita.

Se o senhor presidente diz que o processo está concluído e falta apenas o centro de Angra, há qualquer coisa que não está a funcionar bem com a EDA porque as pessoas andam às escuras àquela hora da manhã.

Visto que estamos a falar da atividade municipal, gostaria de saber que diligências foram feitas ao longo dos últimos tempos relativamente à decoração da fachada do edifício da rua de S. João N° 57 e se foram acauteladas, no âmbito das obras do pavilhão municipal, (que parece terem sido mais do que uma simples pintura de fachada), as alterações às leis do basquetebol que entram em vigor com a nova época desportiva e obrigam a mudanças em termos de equipamentos no pavilhão.

Não querendo meter a foice em seara alheia, se bem que a pergunta é deste grupo municipal, gostaria que o senhor presidente me informasse do que vai a Câmara de Angra fazer aos meios dos Serviços Municipalizados técnicos e humanos que estavam ligados à recolha seletiva de resíduos.

Estranha-se profundamente que as primeiras páginas dos jornais das gestões socialistas, as do país que mais recolha de resíduos faziam, tenham passado por uma situação tão urgente para que, em menos de um ano, tenhamos que aumentar em 400% a recolha seletiva no concelho. Algo falhou nessa área nos últimos anos no concelho de Angra sob a gestão socialista para além de todas as outras formas.

Sr. presidente da Câmara: – Há intervenções e intervenções e esta tem as características que tem.

Voz não identificada: – Não gosta, paciência.

Sr. presidente da Câmara: – Não gosto mas passemos à frente. Como já foi anunciado, a paragem do *minibus* está ali colocada transitoriamente porque a rua Dr. Henrique Brás onde vão passar os autocarros está fechada para obras de repavimentação e instalação de condutas e o tempo estimado do encerramento é de cerca de duas semanas.

Em relação aos horários da iluminação, o que acontece é que há dois tipos de tecnologia em utilização, um através de relógios, outro funcionando com fotocélulas. Quando se apaga mais cedo poderá ter a ver com um dia de nevoeiro um pouco mais escuro e o relógio não se altera todos os dias porque a programação é feita através da data e ninguém está a mexer nos horários de ligar e desligar.

Os meios técnicos e humanos não estão a mais e vão ser bem utilizados na melhoria da recolha de resíduos, área em que somos campeões nacionais e estamos muito bem quando comparados com o resto do país.

Os senhores, pelos vistos, resolveram aderir ao PCP mas terão que resolver a vossa questão ideológica ou de amizades. Se têm na vossa lista alguém que trabalhe nos resíduos, está tudo bem. Eu não tenho ninguém ligado a essa área, não há aqui qualquer favorecimento, nem quero que reste qualquer dúvida porque não gosto de meias palavras; se tiverem algo a dizer, digam-no aqui.

Se estamos bem posicionados no que toca a reciclagem em todos os Açores é porque houve boa atividade nesse sentido. A maior parte dos concelhos açorianos estão no top mas é um top da 3ª divisão, enquanto nós estamos no top nacional, num país que não recicla nada que preste.

Temos que fazer um esforço muito grande para que as obrigações comunitárias sejam resolvidas atempadamente. Se o nosso desafio é grande, o desafio nacional é impossível de conseguir. Para cumprir o que está legislado a nível europeu, Portugal tem que apresentar um aumento na casa dos 1 000%, nós estamos muito à frente dos outros concelhos do país mas

isto não nos consola porque gostaria que nos comparássemos aos suecos ou aos finlandeses que estão no top.

Sr. vereador Guido Teles: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

Na sequência do pedido de esclarecimentos em relação à intervenção que foi feita no pavilhão municipal, para além de toda a intervenção conhecida, não só ao nível das arrecadações mas também na redução das infiltrações de humidade que existiam no pavilhão, tivemos também em atenção essas regras que nos foram dadas a conhecer através dos clubes.

Entrámos em contacto com o fornecedor dos equipamentos para que nos cedesse a peça necessária de acordo com as novas regras mas não havia em *stock* na altura e temos estado a acompanhar o assunto. A intervenção por parte dos técnicos da empresa está marcada para o dia 24 deste mês, os clubes e a associação de basquetebol estão devidamente informados e esperamos que tudo fique a funcionar a tempo.

Sr. d. m. João Santos: – A veia radiofónica do deputado Pedro Ferreira anima-nos estas manhãs mas relativamente ao conteúdo não há nada a dizer. O senhor deputado Manuel Conde está inserido na bancada municipal do PSD e não deixa de ser curioso quando diz que não se deve referir o passado quando o PSD já o referiu hoje por mais de uma dúzia de vezes. Penso que isso não tem nada de mal porque o passado também serve para aprendermos e construirmos um futuro melhor.

Se bem se lembram, referi os bancos da Praça Velha mas o que mais celeuma suscitou, foi o quiosque que está lá. Na altura até referi com alguma graça à senhora ex-presidente da Câmara que ela tinha tido as primeiras árvores consensuais do concelho de Angra porque foi a primeira vez que se mexeu em árvores sem que ninguém tivesse falado delas. Fala-se quando se plantam, quando se podam, quando se arrancam mas não se falou daquelas; porquê? Porque havia outros fatores como os bancos e os quiosques que fizeram com que as pessoas esquecessem as árvores. Houve uma postura ilustrativa de uma frase dita há pouco pelo senhor deputado Luís Rendeiro: «somos contra, por isso é que somos oposição.»

Penso que os senhores encaram isto exatamente dessa forma, em que, ser oposição, é ser do contra e não interessa porquê, como nem quando; o que interessa é que se é contra. Penso que é exatamente o que se passa em relação ao fecho da Praça Velha; somos contra só porque alguém é a favor. A maior parte dos senhores sabe que já defendi e me associei a posições vossas e voltarei a fazê-lo desde que fundamentadas e concorde com elas.

Acho que o senhor presidente da Câmara deve ouvir o povo relativamente às suas decisões e recandidatar-se a um segundo mandato ouvindo nas urnas, o povo que desta vez o elegeu para gerir os destinos desta cidade durante quatro anos.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Se a visita do senhor presidente da República Popular da China gerar investimento e emprego para o concelho será bom para todos mas o senhor menospreza a sua atuação devido à sua experiência diplomática, que muitos diplomatas de carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros não terão.

O senhor foi representante do presidente do Governo Regional aquando a primeira visita da representação chinesa e manteve encontros de alto nível com os diplomatas sul-americanos que visitaram Angra no início do seu mandato. Esperemos que esta visita seja produtiva e só retomo este assunto por ser um dos pontos-chave da sua campanha eleitoral que o senhor agora aparentemente menospreza.

No início do seu mandato questionei-o sobre o aproveitamento de oportunidades aquando a visita dos diplomatas sul-americanos, o senhor disse que não tivera tempo e deu a mesma resposta um ano depois, revelando falta de preparação sobre o assunto.

O meu colega Luís Rendeiro pediu que nos fosse facultado o dossiê dessa visita que é comum ser preparado para demonstrar a estratégia da entidade visitada de modo a suscitar potenciais negócios para o visitante. Se esse documento existe, gostaríamos de tomar conhecimento do que foi proposto em termos de desenvolvimento e investimento estratégico para este concelho.

Sr. presidente da Câmara: – Não gosto de menosprezar o meu próprio trabalho nem é que me tenha faltado tempo. Nestes encontros muitas coisas se dizem e não se concretizam grande parte das intenções; infelizmente tenho essa experiência, por isso é que tenho que lhe dar uma palavra de alguma cautela.

Não se resolve tudo isto e o mundo não muda só porque veio cá um senhor. Devemos ter a noção das limitações destas questões e o realismo necessário para percebermos as dificuldades inerentes a todo este processo, complexo e difícil, que não se resolve com uma visita de algumas horas.

Em relação a futuros investimentos, sejam chineses, sul-americanos ou outros, há duas questões que precisam de ser ultrapassadas; uma é de natureza fiscal, a nível nacional, de atratividade da nossa economia e os Açores não são diferentes, a outra é o grande entrave que tem a ver com a celeridade da justiça e questões contratuais. Temos ainda uma outra questão local para a qual podemos dar algum contributo que tem a ver com as acessibilidades e o nosso posicionamento no mercado global.

Em relação às primeiras duas questões, dificilmente teremos capacidade para fazer uma grande diferença porque uma parte delas vai entroncar nas políticas da própria União Europeia e da atratividade do espaço europeu ao investimento externo não europeu.

As questões relacionadas com o porto da Praia, essenciais para qualquer investimento e que foram muito faladas na altura, precisam de ser tidas em conta porque são um aspeto nuclear em todo este processo. O porto da Praia não pertence ao concelho de Angra mas é a nossa porta de entrada e é a chave de todas as conversas relacionadas com o investimento na ilha Terceira.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Fiquei muito triste por saber que a Câmara Municipal de Angra, cidade património mundial, tem que mandar os seus técnicos para Ponta Delgada para aprenderem a fazer calçadas e também considero preocupante, para não dizer grave, a hipótese levantada pelo senhor vice-presidente de a Câmara ter cometido erros ainda maiores do que os do empreiteiro e ter que pagar multas em vez de ser ressarcida pelo mau trabalho realizado na pseudo requalificação das calçadas. Espero que este escândalo não se verifique.

Para encerrar o dossiê chinês, gostaria de lamentar que, no fim desta conversa, o senhor presidente da Câmara não tenha nada de concreto para nos apresentar, além das boas intenções. Percebo que a Câmara de Angra não seja o Ministério dos Negócios Estrangeiros mas, quantas cidades deste país não pagariam pela oportunidade de estarem próximas do presidente da maior potência comercial do mundo.

Temos que lidar com uma realidade que temos à porta porque os chineses mudaram a face do pequeno comércio no centro de Angra e estão a crescer para superfícies comerciais com outras características de maior valor, sendo empregadores no concelho e a perspetiva é de que continuem a crescer.

Devemos levar isto a sério e perceber que o investimento chinês se faz em qualquer parte do mundo do pequeno para o grande comércio. Essa transformação está já a ocorrer à nossa

escala e esse investimento, para além de significativo, deverá ser potenciador da nossa economia e gerador de empregos porque os chineses têm uma capacidade económica que os empresários locais por vezes não têm. Menosprezar tudo isto é perder a oportunidade de negociar nessa base...

Sr. presidente da Câmara: – Negociar nessa base? Santa ingenuidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Somos todos ingénuos mas o senhor é o presidente da Câmara e não fez o seu trabalho.

Sr. presidente da Câmara: – Eu deveria ter trazido o senhor presidente da China pelas orelhas: «Vais assinar este contrato porque quero que assines.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Vai trazer um conjunto musical chinês para atuar na Praça Velha?

Sr. presidente da Câmara: – Vamos falar a sério porque o assunto é sério. Fique o senhor a saber que é muito difícil, mesmo para Portugal ou para a União Europeia, manter qualquer tipo de negociação com determinadas potências.

Conheço o tamanho da cidade de Angra, sei quais as minhas funções e foi feito um excelente trabalho do ponto de vista de endereçamento, explicação e imagens, porque a nossa cidade esteve em todas as televisões da China durante três ou quatro dias, e não sei que impacto isso poderá ter em termos turísticos.

Conseguiu-se muita coisa a partir da posição de um presidente da Câmara com a dimensão da nossa. Tive um papel muito modesto, o que esta cidade pode ter e consegui algo que dificilmente alguém conseguia antes, que foi o acesso às pessoas e a visibilidade que isso teve. Foi uma grande vitória a partir desta posição porque, na maior parte das vezes, as coisas acontecem mediante um relacionamento entre estados.

A Câmara não faz negócios, apenas os tenta captar para o concelho, cumprindo o que está bem escrito no documento que serviu de base à candidatura que me trouxe aqui e fê-lo melhor do que as circunstâncias permitiam.

Não nos coloquemos em posições que possam servir para que mais tarde outros se riam de nós. Sei o que sou e onde estou, tenho uma segurança e uma ambição maior do que a sua mas conheço o papel da Câmara. Se aparecer na rua a dizer que estive a negociar com o presidente da República Popular da China, internem-me se fazem favor porque estarei a precisar.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O senhor presidente da Câmara deverá saber porque desempenhou o papel que desempenhou, apesar de singelo mas importante e, apesar de a Câmara não ser o Ministério dos Negócios Estrangeiros, gostava de felicitar as diligências levadas a cabo pelo vice-primeiro ministro do Governo da República que conseguiu que, das várias dezenas de empresas portuguesas autorizadas a exportar para a China, duas estejam sediadas neste concelho.

Pedi a palavra para esta segunda intervenção para deixar um lamento, porque me entristece profundamente que as minhas intervenções sejam consecutivamente adjetivadas pelo senhor presidente da Câmara, o que, no meu entender, é uma falta de respeito porque não adjetivo as suas intervenções.

Não tenho por hábito interromper ninguém e sou sucessivamente interrompido e, por mais incómodas que possam ser as minhas perguntas, o mínimo que compete a um presidente de Câmara e a uma pessoa minimamente educada, é responder dentro das suas possibilidades.

Registo que, das várias perguntas que fiz, uma ficou totalmente sem resposta e a outra foi respondida com uma atitude persecutória. É lamentável que se vire para pessoas da lista do CDS-PP que trabalham nos Serviços Municipalizados. Era o que mais faltava e jamais admitiremos este tipo de atitude porque nunca, da nossa parte, foi feita qualquer acusação a

elementos da lista do Partido Socialista, da sua, senhor presidente, e da Assembleia Municipal. Se o senhor quer responder à questão dos resíduos, responde, se não quer, não responde mas não deve perseguir ninguém porque não o admitiremos por parte desta bancada.

Espero sinceramente que a atitude do senhor presidente da Câmara possa melhorar relativamente ao resto dos trabalhos para que sejam pró-ativos.

Sr. presidente da Câmara: – Não vou qualificar nem classificar nada, longe de mim tal coisa. A única questão que ficou por responder por lapso, tem a ver com a loja dos ouros da rua de S. João.

Infelizmente temos um problema generalizado de publicidade ilegal em Angra. Como já vos tinha dito, os trabalhos inspetivos foram feitos e acabámos num conjunto de acusações cruzadas que envolvem praticamente todo o comércio de Angra.

Temos um relatório sobre essa matéria que vos posso fazer chegar às mãos e o que se concluiu foi que temos uma necessidade urgentíssima de rever o regulamento de publicidade atual que implica uma nova licença sempre que alguém pretenda mudar uma palavra na montra. Temos um problema generalizado de incumprimento do regulamento por razões de imperfeição da sua redação e temos que o alterar.

Fica perante vós o compromisso de que traremos uma alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade em próximas reuniões da Assembleia Municipal para o adequar à realidade comercial dos nossos dias.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Não quero dar continuidade a comentários dos comentários mas não posso deixar de dizer ao meu amigo João Santos que o repescar do passado da Praça Velha não foi iniciativa minha; foi sua e do senhor presidente da Câmara noutra sessão.

Quanto ao facto de o senhor doutor Luís Rendeiro, deputado desta assembleia, ter eventualmente transmitido mal a ideia de que a oposição tem que ser sempre contra, parece-me um raciocínio um bocado abusivo porque já presenciei aqui votações por unanimidade por mais que uma vez.

É óbvio que compete à oposição tentar fazer o contraditório das medidas e é para isso que serve a democracia, existem partidos e opiniões diferentes. É o cruzamento dessas opiniões devidamente fundamentadas que fará a Assembleia votar e tomar as opções que entender mais convenientes.

Se as pessoas acham que a oposição só tem por missão dizer «ámen», estamos aqui todos a construir um *bluff*. A oposição tem que se opor, há que tentar cumprir os seus mandatos e é da discussão entre as partes que nasce uma decisão salutar e vantajosa.

É bom que os senhores membros dos executivos tenham convicções e tentem levar avante os seus projetos mas também é bom que tenham a inteligência e a capacidade de ler os sinais da sua população, eleitos por ela ou não, e saibam arrear caminho quando isso for democraticamente conveniente.

Nunca se esqueçam que somos meros representantes de quem nos elegeu e não estamos iluminados pelo Divino Espírito Santo. Creio que na nossa democracia portuguesa e regional há um pouco a ideia de que o indivíduo é eleito e começa logo a arrotar postas de pescada como se ele é que tivesse a razão sozinho.

Não se esqueça que fora desta sala há milhares de pessoas tão inteligentes como nós, mais inteligentes do que nós e mais sabedoras do que nós – e também há de menos, com certeza –, e nós somos uma percentagem que, de alguma maneira, tenta verbalizar nos nossos discursos e ações a vontade de quem nos elegeu.

A oposição tem que se opor e não pode vir para aqui simplesmente analisar os documentos e dizer: «os senhores façam isso porque é assim que tem que ser.» Devemos ver o que não está bom, a oposição só tem como opção fazer o contraditório e quando acha que esse contraditório, mesmo assim, é suficientemente relevante para votar com unanimidade com a outra parte, fá-lo porque já o fez mais do que uma vez. Não me venham mais com essas cantigas que isso na minha idade, que já não é tão pouca, começa a cansar-me.

Vamos trocar opiniões e opções, vamos discutir educadamente, adjetivar o menos possível as pessoas criando um bom ambiente de trabalho e vamos lembrar-nos que estamos aqui a representar opiniões divergentes. Quanto houver consenso, maravilha, quando não houver, paciência. É assim a democracia.

Sr. presidente da Câmara: – Não me considero iluminado nem mais inteligente do que quem quer que seja; também não sou arquiteto, não tenho que desenhar as soluções que são encomendadas a quem sabe. É por essa razão que não parti para fechar a rua porque considero um assunto suficientemente importante para que haja gente da especialidade a conduzir o trabalho. Não estamos a falar de um beco qualquer, é um dos espaços mais nobres do nosso concelho e da ilha que será tratado com o devido respeito.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Na área dos investimentos culturais manifesto o meu desagrado e o das pessoas que me têm contactado pela falta de divulgação dos inúmeros eventos que têm ocorrido nesta cidade. Falo, por exemplo, da viagem no tempo aos anos 50 e 60 que ocorreu há pouco tempo e do dia mundial sem carros em que eram contactados todos os colégios e escolas e este ano não o foram. Sou diretora pedagógica de um colégio, não fui contactada e soube através dos jornais, em cima da hora, quando já não é possível um transporte para as crianças.

Agradecia uma informação futura, não à «*La Redoute*» como dantes em que aparecia tudo, mas estes eventos que envolvem a comunidade mereciam uma atenção especial, convidando as instituições e fazendo chegar a mensagem aos munícipes.

Sr. presidente da Câmara: – É do interesse da Câmara que a divulgação se faça o melhor possível. Deixou de se publicar aquele caderninho por razões financeiras e de eficácia porque custava muito dinheiro e não tinha eficácia nenhuma; andava por aí misturado com as publicidades e as pessoas não lhe ligavam. Temos todo o interesse em melhorar a divulgação porque não faz sentido a realização de eventos sem o acesso das pessoas.

Sra. d. m. Irina Pimentel: – Muito boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados.

Depois do que já foi dito pelo senhor presidente da Câmara, é só para reforçar a questão do protocolo das visitas presidenciais. Não desfazendo a importância do seu papel nas autarquias do nosso país, o presidente de câmara nunca poderá estar presente ao nível de um presidente da República Popular da China em termos protocolares.

É preciso ter a noção de que foi feito o máximo que era possível por parte de uma autarquia. Tivemos um papel crucial nessa visita mas não pudemos fazer mais e foi uma grande honra o senhor presidente da RPC ter passado por cá, se ter dado ao trabalho de nos conhecer, falar connosco e mostrar o seu interesse em relação às questões já evocadas pelo senhor presidente da Câmara, nomeadamente a possível gemação com uma cidade chinesa que é importantíssima.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Vou referir uma questão que levantou alguma celeuma no passado fim de semana, em relação ao desfile das rainhas de todas as freguesias do concelho. Como se tratou de um evento da Câmara, em que a rainha de cada freguesia veio desfilar ao centro de Angra, seria justo que a Câmara tivesse arcado com a responsabilidade

do transporte do carro da rainha num porta máquinas e o mesmo não tivesse sido imputado às entidades organizadoras de cada uma das freguesias.

Sr. presidente da Câmara: – Tratou-se de um evento voluntário organizado pelas comissões de festa das diversas freguesias e veio quem quis. A senhora vereadora acabou de me informar que o único caso fora da norma foi o de S. Bartolomeu em que teve que ser um particular a pagar o transporte e teve a ver com uma questão interna da comissão das festas.

Houve três problemas relacionados com o evento; foi o caso do Porto Judeu que não conseguiu participar devido a problemas internos da própria organização, as Cinco Ribeiras tinham uma rainha que não era propriamente uma rainha, mas cada um interpreta a rainha conforme entende e, finalmente, essa questão sobre a qual só tomámos conhecimento a posteriori e teve a ver com um relacionamento interpessoal na comissão.

A Câmara forneceu o espaço, convidou as freguesias que se quisessem inscrever e houve freguesias que construíram um carro especialmente para esse dia como foi o caso de S. Mateus.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

Retomados os trabalhos após o almoço.

1.2 – Terceira Revisão ao Orçamento e GOP'S de 2014 da Câmara Municipal, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Há obras que atrasam qualquer coisa como a que referi há pouco do saneamento em Santa Luzia e vai havendo a necessidade de se fazerem alguns acertos. A parte mais relevante tem a ver com a alteração de origens de financiamento que também referi há pouco entre a escola de Santa Bárbara e o pacote de estradas e esta é uma alteração comum que se faz por esta altura, visando estes objetivos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Vamos manter a nossa posição em coerência com o que temos feito em relação às revisões de orçamento e Grandes Opções do Plano anteriores porque continuamos a entender que, por força do não cumprimento do Estatuto de Direito à Oposição no orçamento da Câmara para 2014, vamos continuar a votar contra e entregaremos a habitual declaração de voto no final desta sessão.

Terminadas as intervenções e posta à votação, a Terceira Revisão ao Orçamento e GOP'S, constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (20 do PS, 3 do PSD, 1 do d. m. independente) e 7 votos contra (4 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.3 – Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2014 no sentido de ser criado um posto de trabalho na categoria de assistente técnico com contrato por tempo indeterminado, bem como seis postos de trabalho na categoria de técnico superior com contrato por tempo indeterminado, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Pretende-se aqui aproveitar uma oportunidade que entretanto surgiu devido ao facto de a redução do número de lugares do quadro de pessoal ter acontecido de forma anormalmente rápida. Neste momento a Câmara já cumpriu o objetivo de redução de pessoal a que está legalmente obrigada.

Tendo em conta que no próximo mês de dezembro voltaremos à estaca zero e como há alguma folga neste ano, resolvemos fazer duas ordens de operações. Uma tem a ver com a correção da posição de seis colaboradores da Câmara que exercem funções diferentes

daquelas para as quais foram contratados e estão a ser pagos como tal mas encontram-se numa figura de mobilidade interna que pode agora ser consolidada. Isto corresponde ao acerto final do quadro da Câmara na sequência da integração da Culturanga e de todas as mutações que daí resultaram.

Com a integração das piscinas do INATEL, uma pessoa, que exerce funções de vigilância na piscina em regime de recibo verde há muitos anos, passou para a esfera da Câmara. Como sabem, a Câmara não pode ter colaboradores nessa situação, razão pela qual somos obrigados a manter um contrato com o INATEL em que lhe pagamos para depois nos pagar. Não é uma situação justa nem razoável e ainda é possível resolver a situação deste trabalhador depois de cumprirmos a redução de nove lugares, ou seja 2%, a que estamos legalmente obrigados.

Vamos extinguir seis lugares do quadro de pessoal na área operacional, criando, em contrapartida, os mesmos seis lugares na área de técnico superior, extinguir um na área operacional, criar outro na área de coordenador técnico, não extinguir um lugar operacional e abrir concurso para alguém que exerça as funções de segurança na piscina municipal.

Terminadas as intervenções e posta à votação, a Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal constante do Ponto 1.3 foi aprovada por unanimidade.

1.4 – Abertura de procedimento concursal comum, tendo em vista a contratação por tempo indeterminado de um assistente operacional (nadador salvador), para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro.

Não se registaram intervenções. Posta à votação, a Abertura de procedimento concursal constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.

1.5 – Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo para aprovação do órgão deliberativo municipal e posterior ratificação do Governo Regional, nos termos do artigo 93º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 16 de agosto, do artigo 8º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A de 6 de abril e da alínea h), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Este passo visa concluir o processo de aprovação por parte do município do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra, que carece ainda de ratificação por parte do Governo Regional, sabendo-se que nada terá a opor, por informação informal concordante, após colocação de toda a documentação no servidor, da qual disponho de cópia que poderei fazer distribuir a quem o pretender, tornando-se efetivo só após a aprovação governamental do decreto regulamentar regional respetivo.

Tudo isto termina um percurso iniciado em 1984, com alguns avanços e recuos mas acho que chegámos a uma feliz conclusão com a criação de um documento que nos vai resolver algumas questões que já estavam identificadas. O documento tem uma validade inicial de três anos, ficando esta assembleia comprometida a fazer as alterações que entender após esse período.

Pela minha experiência passada com instrumentos desta natureza, serão encontradas algumas situações a retificar na primeira edição, o que implica um acompanhamento cuidado ao longo destes três anos.

Com o encerramento deste processo, resolvem-se duas questões: uma de natureza contratual muito antiga que tinha a ver com um diferendo que existia sobre a sua própria feitura, que fica definitivamente ultrapassado com a cessação de todos os compromissos e contratos existentes em toda esta matéria, e a outra, mais importante, tem a ver com uma espécie de tutela a que a

Câmara de Angra esteve sujeita por parte da Direção Regional da Cultura em algumas matérias de natureza cautelar que passam para a nossa responsabilidade.

Este diploma corresponde a um aumento da nossa responsabilidade enquanto executivo, porque algumas das matérias de que nos temos queixado, como a publicidade e outras, passam inteiramente para a esfera da Câmara e da Assembleia Municipal. Quando este diploma for ratificado implicará algum reposicionamento dos órgãos municipais face às responsabilidades de gestão da zona classificada de Angra e da sua zona de proteção.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Boa tarde senhor presidente e restante mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados.

Este documento pareceu-me bastante completo, bem feito e bastante cuidado, independentemente da minha discordância com algum artigo ou posição nele referido. Um dos pareceres da Direção Regional da Cultura refere algumas questões que devem ser eventualmente revistas ou alteradas mas termina referindo que nada tem a opor à sua aprovação.

Sempre dissemos e continuamos a achar que se trata de um instrumento muito importante que faz falta ao nosso município. Felizmente, passados todos estes anos, há um primeiro documento a ser aprovado, votá-lo-emos com abstenção mas reconhecemos o bom trabalho.

Sr. presidente da Câmara: – As observações constantes desse parecer foram todas acolhidas, menos uma relacionada com algerozes, porque se achou que deveria ser a Assembleia Municipal a inclui-lo no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização porque a questão da água a cair em cima de quem passa na rua tanto se põe na cidade como noutro centro habitacional qualquer e deveria ter um enquadramento mais genérico; de resto chegou-se a um entendimento sobre todos os outros pontos lá apontados.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Parece-me estranho que os comentários relacionados com todos os pareceres tenham sido acatados, já que, por exemplo, o documento deu entrada a 17 de setembro e a Direção Regional do Ambiente propõe que se deveriam voltar a reunir no dia 18, uma vez que deveriam ser vertidos nos planos os elementos já identificados na reunião e pareceres anteriores para que o mesmo pudesse ser aprovado, tendo a reunião de Câmara de aprovação do documento final decorrido no dia 16.

O mesmo se verifica em relação ao parecer da DROAP que acaba dizendo que existem vários assuntos que ainda não foram acatados no plano, sugerindo que deveriam voltar a reunir, justificando a realização de uma nova conferência de serviços. Este deu entrada no dia 16, o dia em que a Câmara reuniu e, segundo parece, aprovou este último documento.

O plano está bastante completo em termos técnicos mas, em termos de conceito, onde devem existir linhas orientadoras do que pretendemos para o concelho de Angra, todos estes pressupostos constam de há 14 anos, parecendo-nos claramente desatualizados e a prova disso é que o documento é pouco preciso em relação às energias renováveis, dizendo claramente que não podem aparecer elementos dissonantes nas coberturas, o que pressupõe que, quem quiser colocar painéis fotovoltaicos em Angra, não o poderá fazer.

Uma outra questão imensamente discutida ultimamente são as antenas e as torres a respeito das quais o plano, segundo parece, é completamente omissivo porque há 14 anos ninguém tinha este tipo de preocupações.

Sr. presidente da Câmara: – Ao longo do mês de setembro foram introduzidas todas as correções que se entendeu como adequadas. O documento aprovado pela Câmara Municipal foi analisado em conferência de serviços no dia 18 no qual o Governo referia que nada havia a obstar e que passo a entregar. Com a exceção dos pontos que a Câmara entendeu que não deveria acatar, tudo foi resolvido e consta da ata.

No que respeita aos painéis solares e antenas, o regulamento não foi feito há 14 anos, foi feito agora e proíbe de forma genérica a colocação de elementos dissonantes e acessórios dos edifícios na zona classificada, o que significa que os painéis solares, as antenas parabólicas e de radioamadorismo ou outros objetos, não poderão ser colocados em cima dos telhados na zona classificada e terão que ser colocados nos tectos dos edifícios ou em pátios. Todas estas questões têm que ser revistas quando isto entrar em vigor. A Câmara Municipal terá a obrigação de propor e caberá a esta Assembleia Municipal, a análise da revisão dos regulamentos respetivos.

Teremos também que analisar e regulamentar a questão dos objetos acessórios, como painéis solares, aerogeradores, tanques de água, estendais de roupa e «N» outras coisas colocadas sobre as coberturas.

A publicidade não está em regime livre mas também não cumpre o que estava em vigor quanto a medidas cautelares que cessarão quando o Governo publicar o decreto que ratifica este nosso diploma.

Há um conjunto de matérias que estavam no âmbito governamental e agora passam para o âmbito municipal e teremos que nos debruçar sobre elas logo que isto esteja ratificado e o decreto regulamentar publicado.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.5 foi aprovado por maioria com 22 votos a favor (21 do PS, 1 do d. m. independente) e 15 abstenções (11 do PSD, 4 do CDS-PP).

Interrupção dos trabalhos por 10 minutos a pedido do grupo municipal do PSD.

1.6 – Proposta da Câmara Municipal no sentido de serem fixadas as taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).

Sr. presidente da Câmara: – Todos os anos, por esta altura, devemos fazer esta fixação da taxa de imposto no mínimo legalmente possível em todo o concelho e houve um debate parcial sobre esta matéria com os senhores presidentes de junta a respeito de algumas alterações. Por um lado, no que diz respeito à zona classificada, um minorante fica dependente da não existência de mazelas no edifício, ou seja, o prédio deverá estar devidamente conservado e ocupado.

Cria-se um majorante de 5% para os prédios em ruínas, como sinal de que é preciso tratar da sua recuperação e, em contrapartida, cria-se um minorante cumulativo que permite reduzir o imposto em 50% para as situações em que os senhorios arrendem o imóvel a jovens casais ou para os casos em que as casas sejam propriedade de jovens.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Para além do majorante de 5% aplicado aos prédios que não estiverem em condições, há mais algum tipo de agravamento? É que, na conferência de líderes, houve uma indução de erro da sua parte relativamente a prédios rústicos nas freguesias mais afastadas do concelho, algo que não está plasmado no documento que aqui vem a votação. À exceção desses 5%, é em tudo idêntico aos documentos dos anos anteriores e pelo que nos transmitiu na conferência de líderes não há qualquer referência a retiradas de minorantes nos prédios rústicos nas freguesias mais afastadas da sede do concelho.

Sr. presidente da Câmara: – Estávamos a falar da vertente urbana. O documento só contém o que será feito no ano que vem e será submetido às finanças para respetivo registo. Uma

componente tem a ver com a taxa do IMI sobre os prédios urbanos e a outra com os prédios rústicos em todo o concelho sem qualquer minorante ou majorante em lugar nenhum. Dos Altares a Santa Bárbara deixa de haver o minorante sobre os prédios rústicos porque passam todos a pagar pela mesma taxa em todo o concelho.

O que aprovámos vale apenas por um ano, ou seja, não temos que aprovar qualquer proposta porque, o que foi aprovado o ano passado caduca no dia 31 de dezembro e apenas teremos que aprovar o que pretendemos que vigore no ano que vem. A proposta corresponde exatamente ao que foi dito na conferência de líderes.

Para que as questões não fiquem atabalhoadas em torno desta matéria, temos que deliberar apenas sobre prédios urbanos, aplicar a taxa mínima em todo o concelho, minorantes dentro da zona classificada, minorantes dos Altares até Santa Bárbara e, além dos 30%, haverá ainda um desconto adicional de 20% para as habitações utilizadas por jovens exclusivamente na zona classificada de Angra.

Não existe qualquer proposta respeitante a prédios rústicos porque não queremos fazer nada para o ano que vem e será aplicado um majorante de 5% nos imóveis em ruínas na zona classificada.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O que foi dito claramente pelo senhor presidente da Câmara e que eu registei foi: «Taxa mínima legal, manter o minorante na parte urbana e retirar os minorantes nos prédios rústicos.»

Sr. presidente da Câmara: – Não temos que fazer a proposta; mantém-se o que diz a lei geral.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Agora está a dizer que não quer propor nenhuma alteração em relação a tudo o resto que está omissa e mantém-se como estava mas o que nos disse claramente em conferência de líderes, que gerou alguma confusão e me fez pedir bastantes explicações, foi que se retirariam os minorantes nos prédios rústicos e falou-se tanta vez sobre isso. No documento que está em cima da mesa ninguém fala em prédios rústicos.

Sr. presidente da Câmara: – Estas nossas propostas têm validade anual e todos os anos temos que as aprovar, ou seja, o que estamos a aprovar hoje caduca automaticamente no dia 31 de dezembro de 2015, tal como o que está em vigor caducará a 31 de dezembro de 2014.

Se quiséssemos criar outros minorantes, teríamos que fazer outra proposta sobre prédios rústicos mas estamos a manter a taxa mínima em todo o concelho para rústicos e urbanos. Não estamos a apresentar qualquer proposta de redução. Estamos a aprovar o que queremos que vigore de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Se percebi bem, o senhor deixa cair os minorantes para os prédios rústicos em relação ao ano que vem, o que significa que os munícipes detentores desses prédios vão pagar mais imposto; assim sendo, pergunto-lhe qual o impacto que isto tem nas contas da Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Não são todos os munícipes. No ano passado apenas existiu essa minoração nas freguesias dos Altares até Santa Bárbara e o impacto médio são 2,49 €, dando mais trabalho do ponto de vista administrativo a alteração de todos os prédios, do que qualquer receita ou benefício. Este imposto não tem qualquer sensibilidade sobre os prédios rústicos. Ao todo a Câmara Municipal receberá cerca de 5 600 € a mais.

Isto não tem significado nenhum nos prédios rústicos mas há uma grande diferença nos prédios urbanos, porque cada prédio paga em média 300€. Uma redução de 30% equivale a cerca de 90€ de valor médio, enquanto nos rústicos essa percentagem ronda os 2,49 €. Trata-se de não só evitar executar um trabalho que não adianta nem para o contribuinte nem para a

Câmara mas também impedir uma situação em que alguns dos melhores prédios, do ponto de vista da rentabilidade e das vantagens do prédio rústico, estejam a ser tratados como sendo piores do que outros, quando não o são, e eu orgulho-me de ser originário de uma freguesia dessas.

Procura-se assim tornar mais atrativa a vivência numa casa entre os Altares e a Serreta, o que nada tem a ver com os cerrados que são dos melhores da ilha, não havendo qualquer razão para que beneficiem de um tratamento fiscal diferenciado.

Impacto tem a redução da taxa, já que por cada ponto percentual de redução estaremos a retirar cerca de 2,3 milhões de euros de receita à Câmara, mas não há nenhum problema nisso por se tratar de um contributo dado às famílias na vertente habitacional.

Com a redução a aplicar aos casais mais jovens, vamos ter uma diminuição da receita da Câmara, mas não será nada de extraordinário porque o número de casais não será tão grande como isso e o meu maior desejo é que venha muita gente viver para a cidade.

Estamos a aumentar muito mais a redução do que a questão dos rústicos que é irrelevante e injusta porque premeia alguns dos melhores prédios em detrimento de outros e não faz sentido mantermos isso.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Continuo a achar que, se é revogada uma situação de exceção que resultou de propostas e deliberações de executivos camarários anteriores e de propostas da oposição, a mesma deveria estar plasmada no documento que agora é votado, tal como são revogadas as situações de exceção em todos os documentos que sejam apresentados à votação seja em que fórum for.

O senhor presidente já quantificou isto, diz que são cerca de 5 600 euros mas gostaria que me pudesse quantificar quanto é que eu daria se o minorante fosse aplicado a todo o concelho em vez de ser àquelas freguesias porque, com a retirada de um minorante há um agravamento nos prédios rústicos daquelas freguesias que deixam de ser abrangidas.

Numa situação como a atual, qualquer agravamento fiscal para os prédios rústicos, sobretudo nas freguesias mais distantes da sede do concelho, tem custos acrescidos a somar a fatores de deslocação, produção, máquinas, combustíveis, adubos, etc. e parece-nos de justiça que essas freguesias possam beneficiar de uma ajuda extra.

Se a Câmara entende que este valor não lhe é significativo, porque não fazer o inverso, estendendo o minorante a todas as freguesias do concelho. Se não é significativo para a Câmara, na ótica dos proprietários, eles poderão entender legitimamente que também não seria significativo para a Câmara o minorante em todo o concelho.

Não estamos preocupados se a Câmara terá trabalho em questões administrativas mas sim com o facto de isto ser um agravamento fiscal efetivo nos prédios rústicos das freguesias mais distantes.

Concordamos com o que o documento trata a respeito dos prédios urbanos, de outras questões do centro da cidade e do minorante cumulativo para os casais jovens, mas preocupa-nos o agravamento fiscal por força da retirada do minorante nas freguesias mais distantes da sede do concelho.

Sr. presidente da Câmara: – As normas de carácter orçamental caducam no ano respetivo e não há nada que revogar; os populismos de que vamos reduzir impostos é um peditério para o qual todos já demos.

Os senhores presidentes de junta de todos os partidos, e nós aqui, decidimos com grande maturidade retirar algumas questões que constavam da proposta inicial porque todos sabemos

o que é preciso fazer. Todos nós, por uma questão de princípio, temos que pagar impostos pelas mesmas regras.

Percebo perfeitamente que, quem tenha despesas acrescidas por morar em determinado sítio, seja beneficiado, mas não faz sentido que seja beneficiado da mesma forma quem se encontra em situação diferente.

Este é um agravamento menor que não tem qualquer significado nas contas das explorações agrícolas e repõe a justiça entre lavradores porque um lavrador do Porto Judeu ou de S. Sebastião está nas mesmas condições que um dos Altares ou de Santa Bárbara.

Sendo originário dessas freguesias, assumo com toda a clareza que deve haver justiça e estamos todos no mesmo barco. Diferente coisa é tentarmos fixar pessoas nos Altares ou na Serreta porque, normalmente, a maior parte das famílias que lá vivem hoje em dia não trabalham na freguesia e têm custos acrescidos por se deslocarem para as cidades, para a base ou para outro sítio qualquer.

Sejamos maduros e assumamos o que temos que assumir. A proposta que a Câmara fez foi a que está aí e foi aprovada pelos senhores presidentes de junta com quem tivemos a oportunidade de discutir em profundidade. A Câmara tencionava propor algumas reduções retiradas a conselho dos senhores presidentes de junta porque queremos justiça para todos os angrenses. Eu até seria beneficiado por uma redução nos prédios dos Altares mas não me parece que seja esse o caminho a seguir que tem que primar pela igualdade.

Come estas reduções e com a introdução de fatores cumulativos vamos ter um desagravamento fiscal global no concelho. As famílias vão ter benefícios e espero que os jovens também os aproveitem.

Os senhores presidentes de junta assumiram posições que me surpreenderam pela positiva e aprovámos por unanimidade uma solução equilibrada e razoável, porque não nos interessa a pequena política do desagravamento fiscal mas sim a política da verdade.

Ao contrário do que acontece na maior parte dos concelhos deste país, vamos ter a taxa mínima aplicada a todos os prédios de uma ponta à outra do concelho. Além dessa taxa mínima ainda teremos minorantes significativos para as famílias que vivam nas zonas mais distantes ou na zona classificada de Angra.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Percebo a explicação do senhor presidente da Câmara mas divergimos claramente no sentido de justiça porque não me parece que seja aplicável considerarmos, por exemplo, o seguinte: se uma pessoa tem posse de um terreno para construir uma casa, é considerada urbana e pode ter minorante. Se tem um terreno para produção, e tanto queremos incentivar o regresso à terra nos dias que correm, porque há terras de boa qualidade que não podem ser transformadas em urbanas e devem ser utilizadas para a lavoura, deixa de ter minorante. Se é para aplicar minorante, é de enorme justiça que seja aplicado a todos; a quem tenha terrenos para construir e quem os tenha para produção.

Não me venha dizer que é igual ter uma lavoura longe da sede do concelho, quando todos os negócios acontecem na cidade onde tem que se ir com muita frequência, até porque os prédios urbanos, como o senhor explicou no outro dia e muito bem, vão sendo penalizados à medida que se vão afastando da sede do concelho. Dou-lhe os exemplos da sua casa e da minha que era ainda mais longe e mais penalizada.

Se, em justiça, queremos fazer essa compensação, então devemos fazê-la para quem tenha que viver ou desenvolva a sua atividade produtiva longe da sede do concelho. Não me venha dizer que estamos apenas a aprovar o que vai sair daqui para o ano, porque, a partir do momento em que neste novo documento retiramos benefícios que existiam, estamos a aprovar por omissão a retirada de um benefício que deixa de constar no novo documento.

O senhor presidente considerou que os minorantes que existiam nos prédios de lavoura da parte norte da ilha deixavam de existir, esqueceu-se deles, nós aprovamos este documento mas, por omissão estamos todos de acordo, o que não é verdade.

Se não custa dinheiro e se o problema é introduzir um a um no sistema determinados prédios de lavoura e não outros, então introduzem-se todos. Não custa coisíssima nenhuma, na sua opinião *peanuts*, dois euros e pouco e estamos a dar um sinal de que queremos que os terrenos férteis não sejam transformados em terrenos urbanos e têm também uma minoração...

Sr. presidente da Câmara: – O que tem uma coisa a ver com a outra? Que trapalhada vai nessa cabeça.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O senhor presidente da Mesa deu a palavra a alguém?

Sr. presidente da Mesa: – Dei a palavra ao senhor presidente da Câmara e a senhora deputada, que está na Assembleia Legislativa Regional, sabe que os apartes são regimentais.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente da Câmara está a ser useiro e vezeiro...

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Então peço a palavra para defesa da honra como faço na Assembleia?

Sr. presidente da Mesa: – O senhor deputado Luís Rendeiro, que também está na Assembleia Regional, sabe que, quer os membros do Governo, quer os deputados das bancadas, fazem apartes quando os deputados estão a falar e cada um assume as suas responsabilidades. A Mesa não pode mandar calar quem faz os apartes.

Sr. presidente da Câmara: – Quero esclarecer a senhora deputada Graça Silveira que não há nenhum incentivo em relação à transformação de solos urbanos em solos rurais porque, de acordo com a lei, estão isentas as casas onde as pessoas moram. Se eu tiver um terreno não estou isento e tenho que morar nele; é o que está na lei. O que valoriza um terreno são as suas condições climáticas e nada tem a ver com distâncias.

A minha intervenção é feita com base num conjunto de princípios claros e transparente e não devemos andar aqui com jogos florais sobre o que reduz ou não reduz...

Alguns apartes, pouco perceptíveis.

Sr. presidente da Mesa: – Deixem concluir.

Sr. presidente da Câmara: – Senhor presidente, tenho experiência suficiente de 16 anos sentado num parlamento para saber como isto funciona. Há muitos anos que faço assim e sei o que faço. Tenho a possibilidade de intervir da forma como acho que devo intervir e não fico à espera dos conselhos de ninguém.

Acho que nunca nos referimos de forma segura ao que diz a lei para que as autarquias possam fazer estas reduções. São fundamentos que têm a ver com a manutenção de determinado património ou com a melhoria da atratividade num determinado sítio; é sobre isso que estamos a falar e é o que temos que fazer.

A nossa opção é clara e transparente e foi atempadamente discutida com os senhores presidentes de junta. Estamos num fórum da nossa democracia e os senhores votarão da forma que bem entenderem. As questões que misturem urbanização têm a ver com o regulamento de urbanização, com o PDM e com outras matérias, porque se trata de transformação de solos.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – A discussão que tivemos sobre os apartes levou-me a uma dúvida que tenho desde o início e não consegui esclarecer. No regimento da Assembleia Municipal que nos foi distribuído, pelo menos na versão que recebi, não encontro a figura regimental sobre os apartes.

Foram feitos aqui paralelismos com o parlamento regional e não sei se nos podemos equiparar a deputados regionais. Acho interessante que se invoquem formalismos legais e já se fazem paralelismos extemporâneos e agradecia que o senhor presidente da Mesa nos esclarecesse onde existe a figura regimental de apartes neste regimento, porque confesso que não o encontro e me incomodam as interrupções provenientes de qualquer bancada, incluindo a minha e por parte do senhor presidente da Câmara.

No que toca à questão do imposto, se não há impacto orçamental na aplicação dos minorantes nos terrenos rústicos, parece-me que a Câmara deveria assinalá-los de forma a destacar o apoio a essas explorações, independentemente do local. Antes, esses minorantes estavam aplicados numa zona restrita da ilha; se não há impacto orçamental e perante uma situação calamitosa da economia, embora simbólico como diz o senhor presidente, seria um bom indicador de apoio desta Câmara às explorações agrícolas.

Os habitantes dos Altares a Santa Bárbara, proprietários de terrenos rústicos, vão ver os seus impostos aumentados. O senhor presidente da Câmara diz que tem isso consertado com os presidentes de junta daquela zona da ilha mas eles terão que responder perante os seus concidadãos porque é que votaram a favor de um aumento de impostos.

Também considero que não é a mesma coisa ter uma agricultura no Raminho ou no Porto Judeu que está muito mais próximo de fatores de produção e da sede do concelho. Se não há esse agravamento, deveria ser aplicado genericamente a todo o concelho.

Sr. presidente da Mesa: – Digo ao senhor deputado Francisco Câmara que também não sou adepto dos apartes; todavia é uma prática corrente em todas as espécies de parlamentos, sejam eles municipais, regionais ou nacionais. Um aparte pode ser um sorriso, um gesto ou outra coisa qualquer e não tem limites. Tenho pedido sempre contenção quer à Câmara quer aos senhores deputados, mas não posso, em nenhuma circunstância, cortar a palavra e nenhum presidente de um órgão desta natureza o pode fazer. Percebo o seu incómodo mas não há meio de o impedir.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Se não há meio de o impedir, por mais que me desagrade, a única coisa que peço às pessoas é que não evoquem um regimento que não existe. Sempre que as pessoas se lembram de interromper alguém, dizem que é regimental. Temos um artista que hoje não está presente, que diz sempre que é regimental. Não se evoca um regimento que não existe.

Sr. presidente da Mesa: – Quando se diz que é regimental é porque o regimento não o impede; se não impede, permite.

Sr. presidente da Câmara: – Os apartes são uma longa tradição em todos os parlamentos, incluindo alguns dos mais velhos do mundo. Não sei se já assistiram a debates no parlamento britânico em que os apartes atingem uma violência a que não estamos habituados ou no senado dos Estados Unidos em que os apupos e as pateadas são uma constante.

Os apartes são importantes porque permitem introduzir alguns elementos de concordância e discordância, cada um usa-os como quer e eu não tenho qualquer intenção em ser ofensivo com os meus que expressam o meu estado de alma no momento.

Não quero ofender a minha colega Graça Silveira com os meus apartes mas, na sua intervenção, não estava a seguir a lógica nem a razão do meu ponto de vista, porque não há uma relação direta ou indireta sobre esta matéria.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O paralelismo entre esta Assembleia e a Assembleia Legislativa Regional parece-me um pouco exagerado, porque, lá, todos os apartes, apesar de regimentais, ficam lavrados em ata para quem quiser saber o que A, B ou C disse e as pessoas

podem sempre pedir a defesa da honra quando esses apartes têm uma natureza menos lisonjeira.

Aqui os apartes acontecem, isto não é registado por quem faz a ata e as pessoas não têm a figura de poderem pedir a defesa da honra mas posso não estar a fazer a leitura correta.

Sr. presidente da Mesa: – Nunca houve aqui nenhum deputado impedido de pedir a palavra em defesa da honra. Esse paralelismo não cola.

Sr. d. m. José Santos: – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Este aparte do nosso amigo Francisco Câmara foi um pouco à parte e um bocadinho duro porque as pessoas aqui presentes têm nome. Embora saibamos que os deputados do Partido Socialista aqui representados são uns verdadeiros artistas pela forma como gerem as suas freguesias, chamar de artista um que não está presente e não dizer o nome próprio, é um aparte que, modéstia à parte, não tem graça nenhuma.

Sr. presidente da Câmara: – Acabámos de descobrir na mesa da Câmara que a lei diz que não podíamos mesmo deliberar sobre prédios rústicos porque a taxa é única. Até este momento estava convencido que podíamos deliberar mas fui chamado à atenção e mostraram-me o texto onde é taxativo que não podemos. De qualquer maneira não íamos fazer a proposta e, pelos vistos, a nossa discussão não faz sentido.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Respondendo ao meu colega José Santos, quando falei no artista não queria ofender ninguém; referia-me à arte que as pessoas têm de interromper os outros enquanto falam e não me parece correto evocar um regimento que não existe. Se as pessoas querem fazer apartes, façam-nos mas não evoquem o regimento que não existe.

Sr. presidente da Mesa: – Como não é ilegal, sou tentado a dizer que devia trazer uma câmara de filmar na próxima sessão para que cada um possa ver as suas expressões e posições e fazermos uma aula no final para analisarmos os comportamentos. Está de acordo comigo, senhora deputada Graça?

Terminadas as intervenções e posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.6 foi aprovada com 26 votos a favor (21 do PS, 4 do PSD, 1 do d. m. independente) e 10 abstenções (7 do PSD, 3 do CDS-PP).

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma declaração de voto): – O grupo municipal do PSD absteve-se neste documento e não o votámos favoravelmente porque continuamos com dúvidas quanto à legalidade de todos estes procedimentos passados e atuais. Se, no passado, foi possível aplicar minorantes aos prédios rústicos e nunca foram levantadas questões legais até agora, estamos na dúvida se essa prática poderia continuar a ser implementada.

Depois desta votação haverá efetivamente um agravamento fiscal sobre os prédios rústicos das freguesias mais afastadas da sede do concelho. Não votámos favoravelmente esse agravamento, embora achemos que, no que respeita aos prédios rústicos e à atribuição de minorantes cumulativos aos casais jovens, apesar de não ser definido o limite de idade, é a melhor parte do documento.

No que respeita à parte urbana e à situação do centro histórico de Angra, não nos sentimos confortáveis e temos muitas dúvidas quanto à legalidade.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira (para uma declaração de voto): – O CDS-PP absteve-se porque este documento tem coisas positivas no que toca aos minorantes aplicados à habitação jovem e congratulamo-nos com o facto de o senhor presidente da Câmara ter aceiteado uma majoração da redução de 30 para 5% propostos pelo vereador do CDS-PP.

Em relação aos prédios que não são urbanos mantemos a nossa discordância e aguardamos que o senhor presidente da Câmara nos afirme da legalidade ou ilegalidade da aplicação de minorantes a esses terrenos porque, se for ilegal esta discussão não faz sentido mas quer dizer que a governação socialista andou a cometer ilegalidades nos últimos mandatos porque esse minorante existia.

Sr. presidente da Mesa: – A senhora estará eventualmente a esquecer a mudança do ministro das finanças porque o orçamento de Estado define essas regras.

1.7 – Proposta de revisão da constituição do júri do concurso para Chefe de Divisão Municipal de Resíduos e Logística dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, no sentido de manutenção da vogal efetiva do júri do procedimento Maria Isabel Melo Correia, enquanto técnica superior da Câmara Municipal, bem como de designação de Ana Maria Prazeres Júlio Miranda de Mesquita Patrocínio, técnica superior dos Serviços Municipalizados, em substituição do vogal anteriormente designado Ruben Filipe Fournier Costa Pereira. A designação dos outros elementos mantém-se inalterada. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.

Sr. presidente da Câmara: – Acontece que um elemento que integrava o júri passou a exercer o cargo de Inspetor Regional da Educação e teve que ser substituído.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – O grupo municipal do PSD entende a situação e vai votar favoravelmente.

Terminadas as intervenções e posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.7 foi aprovada por unanimidade.

1.8 – Pedido de autorização para a assunção de compromisso plurianual, tendo em vista a aquisição das licenças de software associadas ao contrato de prestação de serviços de consultadoria a firmar com a Yunit Renováveis, Unipessoal, Lda. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Sr. presidente da Câmara: – Trata-se de um *software* que se destina a satisfazer o requisito a que todas as entidades públicas estão obrigadas a partir do próximo mês de outubro, relativamente à monitorização energética de alguns edifícios.

A vinda deste pedido à Assembleia tem a ver com uma obrigação contratual em que o *software* é pago de imediato e o fornecedor terá a obrigação e o manter durante pelo menos cinco anos. Isto corresponde a uma melhoria da transparência das responsabilidades energéticas da Câmara, já que vamos passar a disponibilizar *online* os consumos energéticos de alguns edifícios de referência do município para que as pessoas possam saber quanta energia se gasta.

Não se registando mais intervenções, o Pedido de Autorização constante do Ponto 1.8 foi aprovado por maioria com 24 votos a favor (20 do PS, 3 do CDS-PP, 1 do d. m. independente) e 10 abstenções do P SD.

1.9 – Voto de Congratulação a Eliseu Pereira dos Santos pelo percurso desportivo, para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Miguel Borba: – Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal. Exmo. presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas.

O grupo municipal do Partido Socialista associa-se com muito orgulho ao Voto de Congratulação a Eliseu Pereira dos Santos pelo seu percurso desportivo, cujo período de formação decorreu em grande parte no Marítimo do Corpo Santo, em Angra do Heroísmo.

Ainda em idade júnior, o Eliseu ingressa no clube de futebol *Os Belenenses*; a partir daí e numa carreira desportiva sempre em crescendo, jogou nas ligas espanhola e italiana representando o *Málaga* e a *Lázio*, respetivamente. Entre inúmeros feitos e sucessos, destacaria as suas exibições e golos nos campeonatos anteriormente referidos bem como na liga dos campeões.

A 10 de junho de 2009, provavelmente o ponto alto da sua carreira até à data, aconteceu a chamada à seleção “A” de Portugal; a este respeito, salienta-se o facto de o Eliseu ter sido o primeiro e até agora o único angrense a atingir esse feito.

Em agosto de 2014 transfere-se para o seu clube de eleição, o Sport Lisboa e Benfica.

Além das suas capacidades desportivas unanimemente reconhecidas, destacaria ainda o seu lado humano.

Angrense de gema, Eliseu Pereira dos Santos manifesta regularmente orgulho nas suas origens, cultura e tradições, sempre que publicamente intervém.

Ao Eliseu, desejamos que os sucessos desportivos continuem e que nunca deixe de ser o menino humilde e sensato que sempre foi.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A carreira desportiva do Eliseu orgulha todos os angrenses e duvido que haja alguém nesta terra que não sinta uma alegria grande ao vê-lo jogar nos melhores palcos e o admire pela carreira desportiva brilhante e pelos resultados alcançados. Com a mudança de selecionador, esperamos vê-lo outra vez com a camisola da seleção nacional vestida.

O Eliseu é um orgulho para quem nasceu nesta terra, justifica-se este voto e queria acrescentar que, se lhe falta alguma coisa, é o facto de, com a idade, poder transformar a dimensão desportiva numa dimensão filantrópica, transmitindo a outros jovens e às gentes da sua terra o apoio e a experiência para que outros possam seguir as suas pisadas e alcançar idênticos sucessos.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o Voto de Congratulação a Eliseu Pereira dos Santos constante do Ponto 1.9 foi aprovado por unanimidade.

1.10 – Voto de Congratulação ao Colégio de Santa Clara pela comemoração dos seus 50 anos de atividade, para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara: – Este é um voto merecido e peca por ser aprovado apenas agora porque, se o tivéssemos aprovado em agosto, tê-lo-íamos entregue aquando as comemorações dos 480 anos da cidade como era nossa obrigação. Houve um esquecimento na submissão do ponto mas nada fica perdido porque faremos justiça, no ano que vem, nas comemorações do aniversário da nossa cidade.

Entregámos votos a duas instituições pelas comemorações dos seus aniversários; ao Seminário de Angra pela passagem dos seus 150 anos e ao Sebastianense pelas comemorações do seu 50º aniversário e faria sentido que o tivéssemos feito também em relação ao Colégio de Santa Clara que, ao longo destes 50 anos, prestou um trabalho de grande mérito reconhecido por todos. Fica o compromisso por parte da Câmara Municipal de dar a este voto a celeridade necessária na altura em que tal seja possível.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Faço desde já uma declaração de interesses porque fui aluno do colégio de Santa Clara e é com muito orgulho e alegria que me associo a este voto juntamente com o grupo municipal do PSD.

O colégio de Santa Clara conquistou um lugar muito merecido no seio da comunidade educativa deste concelho, com 50 anos de boa formação de jovens. Esta é uma homenagem muito merecida e gostaria de expressar votos para que a instituição continue com a vitalidade que teve até agora com o sucesso na educação de jovens deste concelho.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Para o Partido Socialista e para mim em particular, que também fui aluna do colégio de Santa Clara, é uma honra podermos associar-nos a este voto de louvor. É um reconhecimento público de mérito de uma instituição que, sendo privada, presta os mais nobres serviços de interesse público, alicerce primordial da sociedade e da educação.

Reconhecida como uma instituição dinâmica e de natureza inovadora, tem 50 anos de história que se confunde em tantos pontos com a história da cidade, de todos e de cada um.

Fundado em 1964, fruto da perseverança e dedicação da professora Clotilde Barcelos, o Colégio de Santa Clara mantém-se fiel ao desígnio inicial: a paixão pela educação.

Nem mesmo quando ameaçava desaparecer, mercê do malfadado sismo de 1980, a então escola particular de Santa Clara reinventou-se e cresceu; é um exemplo para todos e um orgulho que aqui manifestamos.

Termino com uma frase de Nelson Mandela: «Afinal, a educação é a ferramenta mais poderosa que temos que usar para mudar o mundo.» Aqui, como no colégio de Santa Clara, temos a profunda certeza disso.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Penso que está tudo dito a respeito do colégio de Santa Clara e gostaria de deixar aqui um repto, uma das formas interessantes de nos associarmos a este evento.

No dia 4 de outubro vai haver um jantar comemorativo no qual todos os pais e angrenses interessados poderão participar, associando-se aos 50 anos do colégio e são muito bem-vindos.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – 50 anos é muito tempo na vida das pessoas e toda a gente conhece o perfil do aluno que chega do colégio de Santa Clara. Há uma notória diferença de rendimento escolar e de atitudes em relação ao ensino, sinal de que o colégio desempenhou tanto quanto lhe era possível, as suas funções educativas de forma exemplar.

Quero lançar um desafio ao senhor presidente da Câmara e a esta Assembleia para que reconheçam o colégio de Santa Clara merecedor de algo mais do que a simples apresentação de um voto de congratulação.

Julgo que 50 anos o merecem, já que a instituição tem tido uma função educativa exemplar e talvez a Câmara pudesse ponderar a hipótese de homenagear o colégio de uma forma mais substantiva em termos materiais e uma medalha seria perfeitamente justificável. Deixo isso ao critério do senhor presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Concordo em absoluto. Creio que podemos fazê-lo no próximo dia da cidade e não é preciso que seja uma iniciativa da Câmara, embora se associe com todo o gosto. A vantagem de ser a Câmara a propor é que não tem que voltar aqui pela segunda vez. Tomaremos isso em conta para que se faça justiça no próximo mês de agosto.

Como demos por isso apenas no período entre a sessão de junho da Assembleia Municipal e o mês de agosto e já não era possível fazer essa correção, podemos entregar o Voto de Congratulação num qualquer evento digno e em agosto do próximo ano faremos a proposta nesse sentido.

Posto à votação depois de terminadas as intervenções, o Voto de Congratulação ao colégio de Santa Clara foi aprovado por unanimidade.

Sr. presidente da Câmara: – Se o senhor presidente me permite gostaria agora de deixar um esclarecimento devido a esta Assembleia que tem a ver com a lei do IMI. Não era de facto possível concretizar o que se estávamos a propor e vou ler-vos o que diz o nº 9 do artigo 112 que tem a ver com as taxas e admite o seguinte:

«Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar ou minorar até ao dobro a taxa aplicada aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo a aplicação desta majoração resultar numa coleta de imposto inferior a 20 euros por cada prédio abrangido.» Nós só podíamos majorar em caso de prédios que sejam floresta abandonada.

Esta lei é deste ano e tem a ver com o orçamento de Estado. Peço desculpa porque eu devia saber isto, parti do princípio que o que tinha sido feito o ano passado estava certo e agradeço ao senhor António Ventura por ter chamado à atenção para esta questão.

Como não íamos aplicar o tal minorante não fui verificar a sua dualidade. Se a nossa proposta tivesse minorante os serviços da Câmara teriam olhado para isso; como isso não se verifica, o assunto não tinha importância nenhuma e era irrelevante para a proposta da Câmara.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Peço ao senhor presidente que, em tempo útil, possa esclarecer se houve uma alteração do quadro legal do ano passado para este ano ou se houve nos anos anteriores uma falha dos serviços jurídicos da Câmara Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Há aqui uma nota que diz: «Redação dada pela lei Nº 83-C/2013 de 21 de dezembro» e não sei o que dizia a anterior.

1.11 – Voto de Congratulação pela iniciativa meritória de Francisco Ferreira Drummond ao ter empreendido a obra “Anais da Ilha Terceira”, há 150 anos, e pela edilidade Angrense a ter mandado imprimir, para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara: – Esta é uma espécie de congratulação para com aqueles que nos antecederam em funções autárquicas e que, de forma esclarecida, há 150 anos fizeram uma portaria que tinha sido publicada no ano anterior e deram à estampa uma obra que ainda hoje é um dos monumentos da nossa historiografia.

Nessa altura estava nesta Câmara muita gente esclarecida. Ao contrário do que aconteceu noutras câmaras que não deram seguimento, a nossa fê-lo e houve uma conjugação de um historiador brilhante, o Francisco Ferreira Drummond com uma câmara esclarecida que resolveu editar a obra.

Aproveito também para informar que, nas comemorações dos 150 anos, o Instituto Histórico da ilha Terceira em colaboração com a Câmara está a preparar uma reedição da obra que surgirá a breve trecho.

Sra. d. m. Luísa Ribeiro: – O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se com muito ânimo a este Voto de Congratulação pelos 150 anos dos «Anais da ilha Terceira», uma obra minuciosamente composta por Francisco Ferreira Drummond historiador e político, que nos conta a história desta ilha desde o seu descobrimento, usando documentos relativos ao seu governo civil, militar e eclesiástico.

São quatro volumes em formato de anais num registo, diria eu, quase diarístico, onde é possível entrarmos em contacto com o que de maior relevo se passou nas nossas origens.

A obra foi reeditada pela Secretaria Regional de Educação e Cultura em 1981 e é excelente, tanto do ponto de vista literário, como pela pesquisa de documentos que dão veracidade aos factos. Estamos pois, perante uma obra que importa reler.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É só para frisar a importância da obra «Os anais da ilha Terceira» nos documentos históricos desta terra, um dos melhores produtos de investigação histórica jamais feitos que ainda hoje é muito útil e serve para nos fazer perceber como chegámos até aqui e somos fruto do passado.

Pela obra notável que é, podemos imaginar o esforço que não terá sido feito àquele tempo com os meios disponíveis na época para se produzir um documento de tamanha minúcia e rigor. Saudamos a reedição de «Os anais da ilha Terceira» que continua a ser um documento base para conhecermos melhor o nosso passado e evitarmos repetir erros, para sabermos quem somos e porque é que aqui chegámos.

Sr. presidente da Câmara: – Este voto será entregue à junta de freguesia de S. Sebastião e à escola Francisco Ferreira Drummond que são os continuadores da sua memória e a devido tempo se fará a cerimónia de entrega com a junta de freguesia e a escola.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – «Os anais da ilha Terceira» foram uma importante obra de Francisco Ferreira Drummond que contém declarações históricas circunstanciadas e minuciosas desde o descobrimento das ilhas até 1832. Os quatro volumes da obra foram oferecidos pelo autor à Câmara Municipal de Angra que os publicou em 1850, 1856, 1859 e 1864 não tendo o autor visto a publicação dos últimos volumes desta obra.

Quase tudo quanto é possível investigar-se acerca da história da ilha Terceira, desde o descobrimento das ilhas dos Açores até à data referida, consta dos Anais da ilha Terceira por ter havido consulta da «História Insulana» de António Cordeiro, de Gaspar Frutuoso e de várias memórias antigas como do padre Maldonado e do padre Chagas e até dos arquivos das câmaras municipais, das alfândegas, da Sé de Angra e até de papéis antiquíssimos de casas ilustres.

Em 2014 comemora-se o centésimo quinquagésimo aniversário da publicação do último volume dos «Anais da ilha Terceira» cuja consulta deve ser para todos obrigatória, para uma profunda compreensão da história da ilha Terceira e dos Açores.

Na ausência de justas homenagens a tão insigne historiógrafo açoriano por ter deixado em mãos alheias tão sublime obra que se voltou a ver reeditada pela Secretaria Regional da Educação e Cultura em 1981, associamo-nos à efeméride aqui referida e a este Voto de Congratulação.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, o Voto de Congratulação constante do Ponto 1.11 foi aprovado por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa (para uma declaração de voto): – Senhores deputados permitam-me que vos diga que foi com redobrado prazer que votei favoravelmente este voto, dado que Francisco Ferreira Drummond era bisavô da minha bisavó paterna.

1.12 – Voto de Congratulação a Diniz Aurélio Lourenço Borges pela nomeação como Cônsul Honorário de Portugal em Tulare, Califórnia, para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. José Santos: – O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação merecido a Dinis Borges que foi um promotor dos costumes da nossa ilha e da cultura dos Açores bem como da língua portuguesa em Tulare.

Dinis Borges foi fundador de várias escolas de língua portuguesa, foi durante muitos anos e ainda é professor de português e presidente de instituições portuguesas que fazem com que os nossos emigrantes naquelas paragens do mundo possam, de certa forma, estar mais perto da sua terra natal.

Emigrou para Tulare nos Estados Unidos da América com 10 anos em 1968 e tem mantido uma estreita relação com os Açores, nomeadamente com esta Terceira que é a terra dos seus avós.

Este Voto de Congratulação a Dinis Borges, por ter sido nomeado cônsul honorário de Portugal, oficialmente reconhecido agora no mês de setembro pelo Departamento de Estado dos EUA, é, de certa forma, uma maneira de ele mostrar à nossa gente e ao mundo açoriano que é possível ser-se lá fora mais um açoriano de peso, ou seja, manter lá, assim como mantemos aqui, o melhor da nossa terra. Para se ser bom português na diáspora, temos primeiro que ser um bom americano ou um bom canadiano, algo que tem caracterizado o Dinis Borges.

Dou-lhe os parabéns e dou-os também à Assembleia Municipal por reconhecer o talento e o trabalho que um cidadão desta terra tem feito em prol das nossas comunidades, que será ainda mais reforçado e válido a partir de agora como cônsul honorário em Tulare para o conforto e o bem-estar das nossas gentes em paragens americanas.

Não se registaram mais intervenções. O Voto de Congratulação a Diniz Aurélio Lourenço Borges constante do Ponto 1.12 foi aprovado por unanimidade.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

2.1 – Recomendação do Partido Social Democrata no sentido de a Câmara Municipal realizar um estudo técnico de trânsito no Concelho de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Se os que estiveram aqui no mandato anterior bem se lembram, esta proposta não é nova e é aqui apresentada mais uma vez porque, sendo consequentes com as nossas tomadas de posição públicas quanto aos problemas de trânsito de que Angra enferma, nomeadamente com a assumida decisão do senhor presidente da Câmara esta manhã de avançar com o fecho do trânsito em frente ao edifício dos Paços do Concelho, entendemos que estas decisões e alterações não devem ser feitas por tentativa e erro, por convicção pessoal nem por estados de humor, mas sim, baseadas em estudos técnicos que revelem as melhores soluções para o trânsito da cidade.

Relembro que o último estudo técnico de trânsito global realizado para o concelho de Angra data do ano 1996. Desde então, tudo se alterou na intensidade do trânsito nas ruas do concelho e no parque automóvel, que cresceu para números nunca antes vistos, porque hoje em dia é regra ter carro próprio, ambos os membros do casal trabalham e têm muitas vezes necessidade de duas viaturas.

Temos hoje uma carga a que as vias do concelho estão sujeitas, a começar pelas calçadas da cidade património mundial e necessidades de estacionamento que não tínhamos à data desse último estudo de trânsito.

As alterações que ao longo dos anos de forma pontual se têm realizado ao nível da circulação automóvel no centro histórico de Angra, têm-se revelado insuficientes e por vezes até prejudiciais à qualidade do trânsito na nossa cidade. Hoje são cada vez mais frequentes e duradouras as situações de engarrafamento que condicionam a vida de quem vive, trabalha ou frequenta a cidade de Angra e são crescentes as dificuldades verificadas por quem tenta entrar na cidade por qualquer dos seus acessos ou simplesmente tenta estacionar o carro.

Há muito que não se criam novos parques de estacionamento em Angra. Os problemas de trânsito de uma cidade antiga e histórica que não foi projetada para a densidade automóvel que temos no século XXI, são de tal forma complexos que não podem nem devem ser abordados com medidas avulsas, pontuais, empíricas ou desregradas.

Entendemos que só uma abordagem técnico-científica feita por especialistas poderá apontar os caminhos certos e as soluções para um curto, médio ou longo prazo, de modo a adaptar Angra às condições de trânsito do presente e do futuro.

São estes os motivos que nos levam a reapresentar esta proposta. Foi prometido um estudo de trânsito pelo executivo anterior presidido por Andreia Cardoso que chegou a ser anunciado com pompa e circunstância na comunicação social e mereceu o apoio de todos os partidos representados nesta casa. Se na altura era pertinente, entendemos que hoje este estudo de trânsito é ainda mais necessário e urgente.

Sr. presidente da Câmara: – Reconheço que esta é uma proposta antiga mas chega um pouco tarde porque acabámos de aprovar nesta sessão um Plano de Pormenor e Salvaguarda que obriga a Câmara Municipal a fazer um estudo de trânsito e um reperfilamento das estradas que cumpre todos esses objetivos. Tenho aqui uma carta que corresponde à ação 2.2.2 que passou a integrar por obrigação a realização desse estudo.

Foram feitas consultas no mercado, estamos em vias de contratualizar e contamos levar a uma das próximas sessões da Assembleia Municipal, a aprovação de um contrato que visa estudar o trânsito, as entradas na cidade e o que fazer com esta zona, ou seja, rever todas as questões que dizem respeito ao trânsito, ao estacionamento, ao perfil das ruas e à mobilidade urbana no coração da cidade. Vamos executar e espero que ao longo dos próximos meses o estudo seja realizado, estimando ter resultados sobre essa matéria dentro de seis meses.

Essa vossa proposta está ultrapassada porque está já incluída na ação do Ponto 2.2.2 que é bastante mais abrangente e inclui muitas outras questões. É absolutamente desnecessário estarmos aqui a aprovar algo que a Assembleia já aprovou hoje aqui com força vinculativa e obriga a Câmara a fazer isso.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Fiquei confuso. Numa das próximas sessões virá cá uma proposta...

Sr. presidente da Câmara: – Da Câmara, para assinar o contrato.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Então, as alterações que têm sido feitas são baseadas em quê? De acordo com as declarações do senhor presidente da Câmara à imprensa, supus que têm sido feitas um conjunto de alterações ao trânsito em Angra com base em estudos de trânsito, com contagens de veículos, contagem de tempos médios de paragens, etc., mas afinal parece que ainda é preciso assinar um contrato. Peço desculpa mas estou a falar a sério sem qualquer tipo de ironia ou joguete político, senhor presidente; fiquei mesmo baralhado!

Entendi que todas as alterações de trânsito no concelho e na cidade têm sido feitas com base em estudos e o senhor presidente diz agora que ainda tem que assinar um contrato por causa do estudo. Qual estudo? Não percebi; estou baralhado!

Sr. presidente da Câmara: – O que tem sido feito é baseado em estudos que continuam a ser feitos, existe um estudo de trânsito que é o que está em vigor, apesar de desatualizado como todos reconhecemos; têm sido feitas contagens de trânsito e de tempos médios mas queremos fazer algo mais vasto que é um estudo sistemático de toda esta zona e dos seus acessos, visando também as questões dos pavimentos e do perfil das ruas. Não estamos a falar de um simples estudo de trânsito mas de um trabalho que envolve arquitetura urbana sobre a reestruturação de toda esta zona.

Praticamente todas as cidades com centros históricos resolveram os seus problemas de trânsito há muito tempo, também temos que resolver os nossos, as soluções são óbvias e claras e temos que nos deixar destas *discussõeszinhas*.

O que aconteceu nos centros históricos das cidades portuguesas e estrangeiras foi a pedestrianização de uma parte importante do centro histórico, o que não significa apenas fechar ruas porque não vamos circular a pé no pavimento disforme e com ervas a crescerem no meio do caminho.

Vai ser feito um estudo com uma componente muito forte na arquitetura urbana que visa requalificar pavimentos e passeios. É isso que estamos a discutir e não um simples estudo de trânsito como o que foi feito com a contagem de viaturas. Não podemos alterar perfis de ruas sem sabermos qual o tráfego que vamos fazer passar por elas.

Para além do estudo da engenharia do tráfego, pretendemos também uma arquitetura de requalificação dos espaços e da melhoria da qualidade arquitetónica das nossas ruas e do enquadramento dos nossos edifícios, de maneira a dar a Angra a dignidade de uma cidade património mundial porque nessa matéria estamos muito atrasados em relação à norma de cidades e vilas que se orgulham do seu centro histórico.

Não fechámos porque não queremos ficar com uma calçada disforme a crescer ervas diante da Câmara. Há questões de arquitetura urbana que têm que ser consideradas, vamos fazer o que os senhores provavelmente estão a propor e muito mais.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente da Câmara sabe muito bem que, o que propomos e o que o senhor está a dizer, são questões que se sobrepõem nalguns pontos mas não são a mesma coisa. O que propomos é um estudo global de trânsito para o concelho de Angra e não apenas para o centro histórico da cidade. O senhor presidente conhece muito bem a proposta apresentada pela então presidente Andreia Cardoso e com a qual todos concordámos.

Sr. presidente da Câmara: – Por acaso não conheço.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Devia conhecer; aproveite para vê-la porque é diferente do que o senhor está aqui a apresentar que é o cumprimento do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra que foi aprovado aqui hoje de manhã. Entendemos que há aqui uma máscara que caiu porque o senhor presidente acaba por assumir que fez alterações ao trânsito que não estão estudadas.

Sr. presidente da Câmara: – Estão estudadas, todas elas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Então gostaria que o senhor presidente apresentasse aos deputados municipais e tornasse públicos os documentos que fundamentam as decisões já tomadas pela Câmara Municipal quanto a alterações ao trânsito, alargamento de passeios e inversão de sentido de ruas. É importante que todos tenhamos acesso a esses documentos e se não os tiver é muito grave, senhor presidente.

Entendemos que esta proposta é mais abrangente do que aquilo a que obriga o Plano de Pormenor e Salvaguarda e se há pontos coincidentes e com os quais toda a gente está de acordo, não vejo qual é o problema em aprová-la em Assembleia Municipal.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Sem qualquer ironia, pergunto qual é a natureza do estudo e, como pergunta o deputado João Santos, o que é um estudo. Já tivemos esta discussão e o senhor presidente da Câmara disse que as questões do trânsito não eram coisas de régua e esquadro, era uma ciência que também se estudava e eu concordei porque existe uma engenharia de fluxos que estuda quando se devem fechar os centros das cidades ou onde

as pessoas circulam mais, um estudo global onde pudéssemos delinear a forma mais fácil de escoar o trânsito em Angra.

Ninguém está aqui a dizer que um projeto resultante desse estudo terá que ser aplicado *ipsis verbis* porque todas as forças vivas devem ser ouvidas e as pessoas têm uma palavra a dizer para se afinar o modelo antes de o aplicar.

Na nossa opinião continuam a ser inaceitáveis as tais medidas avulsas. Hoje sobe-se a rua da Sé, amanhã já não se pode entrar ali, depois fecha-se aquela rua, afinal surgiram constrangimentos não sei onde e as pessoas andam todas descontentes. Nada foi baseado em estudo nenhum porque o senhor presidente voltou a dizer que foram pessoas que viram.

Lembro-me que na altura eu disse que as pessoas estavam desagradadas destas tentativas e erro e o senhor presidente respondeu-me: «Vamos comparar risquinhos; eu ponho os risquinhos de quem gosta e a senhora deputada põe os de quem não gosta.»

Sr. presidente da Câmara: – Que boa memória.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Tenho uma excelente memória. Parece-me que vamos voltar a um estudo de natureza duvidosa que vai ser novamente avaliado por risquinhos.

Se for feito um estudo sério por quem sabe, fico muito satisfeita de ver que o senhor presidente da Câmara finalmente decidiu tomar essa iniciativa e, se assim é, não tem como chumbar a proposta do PSD que nós apoiamos.

Sr. presidente da Câmara: – De vez em quando quem está na oposição põe-se de velas no ar a ver se apanha alguma coisa mas um barco sem rumo aproveita todos os ventos. Quem não sabe para onde ir qualquer vento serve e, pelos vistos, vive-se uma situação dessas nesse lado.

Quanto a estudos, uma parte até foi publicada na capa do Diário Insular pintada a vermelho e a azul. O que pretendemos fazer, e está previsto no Plano de Pormenor e Salvaguarda, é também um estudo de trânsito que tem que estar a montante do trabalho de projeto e tudo isso vai ser contratado a uma empresa que o saiba e possa fazer.

Não se trata apenas de voltar a fazer estudos no sentido de sabermos quantos carros passam nesta ou naquela rua mas também estudarmos o tipo de piso, largura, ângulos, etc. O que os senhores pretendem será feito no conjunto de tudo isto e haverá um projeto de reformulação de ruas e circulação, pavimentos e outras estruturas do género.

Não vale a pena estarmos constantemente a voltar ao mesmo porque já conheço estas histórias e durante uns tempos será sobre o fecha rua e abre rua; essa será a vossa ginástica nos próximos tempos e depois começarão outra.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Nós também já estamos habituados às suas considerações ou desconsiderações e reparos acerca dos rumos e posturas que as oposições entendem tomar. Se não gosta tem que ter um pouco de paciência.

Coloquei-lhe uma questão formal que não tem a ver com coisas que o senhor colocou na comunicação social. Existem ou não documentos técnicos que fundamentam as alterações de trânsito que o senhor mandou fazer? Se existem, faça-os distribuir porque queremos saber qual a entidade que os elaborou visto que a Câmara Municipal não tem competências técnico-científicas na área do trânsito. Se não os fizer distribuir é porque tomou as decisões pela sua cabeça e o estudo que vier a seguir poderá contrariar opções tomadas por esta Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Senhor deputado, esta Câmara orgulha-se dos seus técnicos, tem gente com muita experiência que está nesta cidade há muitos anos e é capaz de o fazer e tem-no feito. Se o senhor quiser ver os documentos podemos marcar uma reunião com quem faz isso e não vamos entrar em joguinhos.

Existem os documentos necessários para que eu tome as decisões que acho que devo tomar. Isso de transformar tudo em «dá cá o papel, toma lá o papel» não é comigo, estamos clarificados quanto a isso e essa desconsideração para com os técnicos desta Câmara não fica bem a ninguém.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Vou ser pragmática e objetiva que é o que caracteriza a minha personalidade para quem não me conhece.

O senhor deputado Luís Rendeiro pergunta porque não podemos votar a favor desta proposta e eu pergunto porque é que o devemos fazer. O que é que isto nos vai trazer de novo? Se já está contemplada no Plano de Pormenor e Salvaguarda estamos a duplicar atitudes. Temos que ser o mais homogéneos possível. O grupo municipal do PS vai votar contra.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Angra tem vivido de estudos feitos por pessoas, diz o senhor presidente da Câmara. O senhor deputado João Santos demonstra total perplexidade e uma convicta certeza de que estudos são papéis que apenas custam dinheiro.

Hoje incomoda o senhor presidente da Câmara que, quem queira descer da igreja da Conceição para voltar a subir, tenha que fazer aqueles 50 metros de estrada mas não o incomoda que, fechando a rua em frente à Câmara, as pessoas tenham que subir a rua do Galo e descer a Ladeira de S. Francisco para voltarem à rua da Sé.

São estudos feitos por pessoas que só custam dinheiro. Se eu estava confuso à entrada mais confuso fico à saída. Parece que as pessoas da Câmara se sentam nas esplanadas a aproveitarem um verão simpático e a contarem os carros. «Hoje vamos fechar aqui, amanhã vamos fechar ali.»

Não está aqui em causa o rumo, as velas ou os ventos porque quem tem andado sem rumo a abrir e a fechar ruas é a Câmara Municipal do Partido Socialista e não a oposição. Não percebo qual é a azia, como diz o senhor presidente, ou a dificuldade do Partido Socialista e da Câmara em discutirem este assunto, se reconhecem a necessidade de se fazer um estudo profundo!

Somos nós que andamos sem rumo a abrir e a fechar estradas? Somos nós que alteramos uma paragem do *minibus* 50 metros mais para baixo porque há uma obra 300 metros atrás? Já todos percebemos que os estudos só custam dinheiro e são feitos por pessoas. Estamos entendidos relativamente à visão do Partido Socialista para resolver os problemas do trânsito e do estacionamento em Angra.

Estamos de acordo que todas as cidades já resolveram os problemas dos seus centros históricos e Angra também os resolveu. Os outros apostaram no pedestrianismo, nós apostámos nas «serginhas» e o assunto está resolvido há muitos anos.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Informo o senhor presidente da Câmara que não passo o meu tempo a entreter-me com *fait-divers* que resultam do desconforto de quem vive em Angra. Se o senhor andasse no meio das pessoas e consultasse as redes sociais, e não é a oposição a aproveitar isso para andar à bolina, saberia que as pessoas estão desconfortáveis, o trânsito não esta a funcionar e eu, enquanto oposição, tenho o direito e o dever de chamar a atenção para isso.

O senhor disse: «Entretenham-se lá com isso, rindo e cantando.» Eu não me ando a entreter com o desconforto dos angrenses. Os seus comentários são válidos mas não deixam de ser desagradáveis.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas.

Sinto-me no dever de intervir no papel de deputada municipal mas também como cidadã, uma vez que entro na cidade todos os dias para trabalhar e o faço através de *minibus* e com carro próprio; até já fui multada pela empresa de parquímetros.

Deixo o carro estacionado num dos parques disponíveis na periferia da cidade e desloco-me para o centro histórico no *minibus* que funciona bem porque os parques de estacionamento são uma excelente resposta para quem se habitua a estacionar fora do centro da cidade.

Estes parques de estacionamento poderão ver aumentados os seus lugares. Fiz a proposta aos senhores que estão no Bailão a dar apoio ao trânsito para que seja feita uma redefinição das linhas traçadas no pavimento com vista a aumentar o número de lugares ali e no Porto das Pipas.

Poderia também encurtar-se o circuito do *minibus* do parque de estacionamento junto à praça de toiros que se torna um bocadinho longo para quem tem que deixar ali o carro e tenha alguma pressa mas é um parque que tem sempre lugares disponíveis.

Independentemente das cores políticas que defendemos aqui, devemos ter um papel pedagógico porque temos um interesse comum em defender as pessoas e temos que pensar no que queremos para esta cidade.

Queremos uma cidade para pessoas ou para carros? Há uma forma muito interessante de ultrapassarmos tudo isto, independentemente dos estudos, através do nosso papel pedagógico para com as pessoas para transformarmos Angra numa cidade moderna com espaços para esplanadas sem os carros a passar constantemente e o estacionamento de ambos os lados de uma rua incomoda-me imenso. Podem ser tomadas um conjunto de medidas e temos a obrigação de mentalizar as pessoas para as mudanças que inevitavelmente terão que ser feitas.

As escolas e a maior parte dos colégios estão situados fora do centro histórico e quem pretenda entrar na cidade fora das horas de ponta pode perfeitamente fazê-lo através do *minibus*, para que tenhamos uma cidade voltada para as pessoas e não para os carros.

Sr. d. m. João Santos: – Intervenho para deixar dois ou três esclarecimentos porque o meu nome foi evocado mais uma vez.

Senhor deputado, eu disse que parece que, para os senhores, estudos são só papéis pagos; foi isto que eu disse. Se esta Câmara tem um presidente, engenheiros, arquitetos e técnicos, essas pessoas podem estudar os assuntos. Certamente foi o que o senhor fez com tudo o que argumentou hoje, debruçando-se sobre os documentos preparados para esta Assembleia e estudando-os, para agora os poder debater e tomar posições.

As pessoas podem tomar decisões com base no estudo que fazem das próprias situações. A senhora deputada não paga a uma empresa externa para que lhe faça um estudo para saber o que vai dizer em cada aula.

Relativamente a mim e ao Partido Socialista, ninguém diz que está tudo bem porque sou a pessoa que por mais vezes se insurgiu contra questões de trânsito nesta cidade, mesmo com as câmaras do Partido Socialista.

Lembro-me de uma célebre celeuma com o doutor Nuno Melo Alves que deveria ser inviabilizada qualquer paragem na zona da Silveira porque aquilo é um enorme constrangimento ao trânsito e ainda hoje falei na falta de policiamento nesta cidade.

Acho que um dos grandes problemas é a falta de educação cívica de muitos condutores porque o trânsito fluiria muito melhor se as pessoas não parassem à porta da farmácia para comprar o medicamento, ao mesmo tempo que o de trás para em frente à caixa multibanco para levantar dinheiro ou a senhora para mais acima à porta do «Pão quente» para comprar pão. Tudo isso provoca constrangimentos no trânsito.

Quando se fala em hora de ponta, temos de ver se é motivada só pelas alterações e constrangimentos nos fluxos de trânsito e respetiva sinalização ou se são todos os pais que querem que o seu filho fique o mais perto possível do portão da escola. Temos que, simultaneamente, educar as pessoas e cada um de nós deve ser um condutor mais responsável e educado enquanto se fazem as alterações.

Nem tudo precisa de um estudo. Quando a Câmara tem que fechar uma rua para fazer uma intervenção e estuda um percurso alternativo, está a fazer uma alteração pontual para resolver uma situação. Ora, se a Câmara tem uma paragem que está mal localizada e, pela contagem de carros e do fluxo do trânsito, entende que a pode deslocar 50 metros mais para baixo para facilitar a circulação, precisa de encomendar um estudo?

Está previsto um estudo alargado para regular toda a situação respeitante ao trânsito e ordenamento do território na cidade de Angra do Heroísmo. Aguardemos por esse estudo e respetivas conclusões, voltemos a debater o assunto na altura certa e não crucifiquemos a Câmara por trabalhar e tomar medidas pontuais que visam resolver problemas emergentes. O que vos incomoda é que a Câmara tenta, consegue trabalhar e apresenta resultados.

Sr. presidente da Câmara: – Se isso vos deixa muito felizes, vamos fazer o estudo. Está a garantia dada e levaremos o assunto a uma das próximas reuniões do executivo.

*Terminadas as intervenções e posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 2.1 foi rejeitada com 20 votos contra do PS, 2 abstenções do PS e 13 votos a favor (10 do PSD, 3 do CDS-PP).***

Sra. d. m. Marília Vargas (para uma declaração de voto): – Quero que fique claro que o grupo municipal do Partido Socialista não está contra estudos de trânsito e estamos sensíveis a essa problemática mas seria uma duplicação de atitudes porque o assunto está contemplado no Plano de Pormenor e Salvaguarda e a oposição está a fazer um bocadinho de birra em relação a esta questão.

3 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E DO CDS-PP

3.1 – Recomendação conjunta do Partido Social Democrata e do CDS-PP no sentido de a Câmara Municipal proceder às obras necessárias e urgentes de manutenção e melhoramento da Escola Infante D. Henrique.

Sra. d. m. Maria da Graça silveira: – Como é do conhecimento geral, é suposto fazerem-se obras nas escolas no início do verão, porque os meninos estão de férias. As concelhias do CDS-PP e do PSD pronunciaram-se sobre a atual situação da escola do Alto das Covas e, nessa altura, a reação do senhor presidente da Câmara foi que se tratava de um *fait-divers* de verão. Para sermos consequentes, apresentamos-lhe uma Recomendação, porque é da competência da Câmara a realização de obras de manutenção das escolas do 1º ciclo do concelho.

É do conhecimento geral o estado de degradação a que chegou a escola do Alto das Covas; não se percebe porque é que o presidente da Câmara a votou ao abandono e recomendamos a realização urgente de obras naquela escola.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara Municipal está a fazer obras de manutenção, fê-las durante todo o verão e continuará a fazê-las seguindo a prioridade das escolas que se encontram em pior estado.

Fizemos intervenções nos Altares e no Raminho, vamos prosseguir nas Cinco Ribeiras e em S. Bartolomeu, é preciso fazer uma pintura geral no Pico da Urze e chegaremos à escola do Alto das Covas cujo estado não é assim tão calamitoso.

Quanto ao fecho da escola, o Governo decidirá na altura própria e veremos o que vai acontecer até maio ou abril. A escola este ano será intervencionada e, mesmo que venha a fechar, espero que esteja em boas condições.

Vamos investir em todas as escolas independentemente do seu destino. Temos algumas dificuldades que têm a ver com disponibilidade de algum tipo de pessoal, nomeadamente na área das pinturas e talvez tenhamos que fazer algumas empreitadas porque a escola do Alto das Covas tem alguma dimensão. Quando abrirem as candidaturas para o novo quadro da requalificação urbana, entregaremos a uma empresa de pinturas já que o nosso pessoal é manifestamente insuficiente para as grandes intervenções.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Entre a realidade e o discurso do senhor presidente da Câmara vai uma distância muito grande. É o estado em que se encontra a escola e não estamos a falar de uma qualquer; é a única do centro histórico de Angra do Heroísmo, tem mais de 300 alunos e uma importância sem igual no panorama do ensino básico no concelho para quem vive ou trabalha no centro da cidade.

É uma escola essencial porque dela depende um conjunto de colégios, jardins-de-infância e ATL's situados na malha histórica e traz gente e vida para a cidade que dela tanto precisa. O seu estado de conservação e manutenção e funcionamento são bandeiras dos partidos da oposição e vamos continuar a lutar por isso.

O senhor presidente da Câmara sabe tão bem quanto nós que a cobertura daquela escola tem um problema gravíssimo de infestação por térmitas, a limpeza do piso superior é uma necessidade diária porque todos os dias caem lixos, asas de térmitas e outras coisas do teto e sabe perfeitamente que tem amianto na cobertura do pavilhão desportivo e infiltrações diversas ao nível dos balneários e do piso superior.

A escola do Alto das Covas está a deteriorar-se a olhos vistos e é da competência da Câmara de Angra, a realização de obras de manutenção, conservação e melhoramento das escolas do ensino básico.

O senhor presidente da Câmara acha que esta escola não é assim tão importante e se houver a necessidade de a fechar terá que estar em boas condições, mas nós achamos que não pode haver necessidade de a fechar porque não queremos que feche e lutaremos para que isso não aconteça.

Entendemos que se trata de uma prioridade, a escola precisa dessa manutenção e não é um assunto de verão, nem de outono ou de somenos importância; é de importância central na vida desta cidade e no tratamento dos assuntos autárquicos que aqui trazemos.

Sr. d. m. José Santos: – A escola Infante D. Henrique do Alto das Covas é uma escola de Santa Luzia. Embora seja composta por alunos de toda a cidade, apresenta de facto um grande estado de degradação e vai ser reparada. A junta de freguesia já fez chegar à Câmara Municipal o seu desagrado e a resposta do senhor presidente foi rápida no sentido de que iriam ser feitas obras quando chegassem lá.

Somos pessoas de bem, acreditamos no que nos dizem e vamos esperar que a Câmara, quando lhe for possível, faça as devidas obras. Revejo-me nesta vossa Recomendação, vou votá-la favoravelmente e acredito nesta Câmara e no trabalho que tem feito. Falo em nome da minha freguesia porque, sempre que preciso de falar com alguém, não tenho que ir à Câmara; o senhor presidente ou o vice-presidente vêm à freguesia e resolvem os problemas a par e passo connosco.

Sr. presidente da Câmara: – Infelizmente quase todas as estruturas municipais precisavam de grandes reparações que estão a ser feitas. As de menor dimensão estão a cargo do pessoal da Câmara mas, nas obras de maior monta, como é o caso da escola do Alto das Covas, terá que ser feita uma empreitada e estamos apenas à espera que abram as candidaturas para fazermos uma intervenção que resolverá o problema da escola e dará ao edifício a qualidade que ele precisa.

Concordo com o senhor presidente da junta porque a escola está sediada na sua freguesia mas as escolas dos Altares e do Raminho estavam num estado miserável e as de Santa Bárbara e do Pico da Urze estão muito pior.

O nosso objetivo é termos todas as infraestruturas municipais devidamente mantidas no final do ano. Estamos a terminar os pavilhões e vamos também intervir no pavilhão multiusos que tem infiltrações e problemas graves nas paredes.

Infelizmente as infraestruturas municipais tiveram uma manutenção deficiente, a começar por este prédio onde nos encontramos, que ainda tem na parede do canto de trás as marcas bem claras do que se passou.

Quanto ao facto de o grupo municipal do PS votar a favor, não faz mal nenhum à Câmara que está perfeitamente de acordo.

Sra. vereadora Catarina Matias: – Muito boa tarde à Mesa, à Câmara e vereação e às senhoras e senhores deputados municipais.

Penso em colocar a minha filha na escola do Alto das Covas no ano que vem mas falei com uma pessoa da escola que me disse que, provavelmente o senhor Secretário poderia fechá-la no próximo ano. Fiquei satisfeita em saber das intervenções previstas mas, depois de ouvir este comentário comecei-me logo a mexer porque temos que saber o que fazer com a nossa vida.

Contactei a escola da Carreirinha e disseram-me que estava a rebentar pelas costuras e com duas salas com a primária. Se o senhor secretário encerrar a escola do Alto das Covas, o que vamos fazer? Aumentar a da Carreirinha ou colocar os filhos nas escolas das freguesias sem ATL's? Esta situação tem que ser resolvida com antecedência e é preciso saber o que a população tem a dizer sobre o assunto.

Terminadas as intervenções e posta à votação, a Recomendação constante do Ponto 3.1 foi aprovada por maioria com 14 votos a favor (9 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PS) e 18 abstenções do PS.

Sr. presidente da Mesa: – Não ficaria bem com a minha consciência se não comunicasse aos senhores deputados municipais e à Câmara Municipal que nunca foi, não é, nem será intenção do Governo Regional dos Açores, encerrar a escola do Alto das Covas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa interpelação à Mesa): – Depois das suas declarações, gostaria de saber que informação privilegiada tem o senhor presidente da Mesa para nos dar essa garantia, sabendo que, a breve trecho, serão transferidos os alunos do 3^a ciclo do ensino básico da escola Básica e Integrada de S. Bento para a escola Jerónimo Emiliano de Andrade e já existe nessa localização, em número de alunos, um espaço equivalente àquele que hoje leciona na escola Infante D. Henrique no Alto das Covas, que são cerca de 300.

Sr. presidente da Mesa: – Tenho a informação por parte do Governo Regional dos Açores que não foi, não é, nem será sua intenção, fechar a escola do Alto das Covas.

Sr. presidente da Câmara: – Posso corroborar essa mesma informação.

3.2 – Voto de Protesto conjunto do Partido Social Democrata e do CDS-PP pelo mau serviço prestado pela SATA Internacional nas ligações aéreas aos Estados Unidos e ao Canadá.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Este voto tem em conta o que aconteceu no serviço prestado pela SATA Internacional no último verão e todos sabemos da importância da SATA Internacional como imprescindível elo entre as ilhas dos Açores e as nossas comunidades emigradas nos EUA e Canadá.

Uma companhia aérea é uma ferramenta que permite garantir que os açorianos visitem as suas famílias na diáspora e os emigrantes regressem à sua terra. Se a SATA Internacional for bem gerida pode ser um instrumento gerador de investimento dos emigrantes na nossa terra, bem como embaixadora da divulgação do destino Açores nas comunidades emigradas.

De nada serve que peçamos aos emigrantes para investirem nos Açores e façamos deslocar grandes comitivas à diáspora para promover as ilhas, prometendo passagens baratas e voos regulares se, na hora de efetivar esse compromisso, os preços forem exorbitantes, houver problemas com a quantidade de bagagem a transportar, os atrasos forem uma regra, os cancelamentos e as avarias uma constante, se houver mau planeamento dos recursos humanos, ou se os passageiros viajarem num avião que não pertence à companhia, com a qual existe um contrato financeiro pela compra do bilhete. Não se podem repetir episódios como aquele do voo proveniente de Oakland que demorou três dias a chegar à ilha Terceira.

Neste momento assistimos a uma crescente descredibilização da SATA e de um pedaço dos Açores que chega à porta das comunidades emigradas nos EUA e Canadá. Assim sendo, todo o investimento feito pelo Governo Regional e pelas autarquias na promoção do nosso turismo acaba por ser deitado ao lixo.

Se a SATA não prestar um serviço de qualidade o que, infelizmente não tem acontecido, para além de desrespeitar os cidadãos, está a convidar os nossos emigrantes a irem de férias ou investirem noutros locais mais atrativos. Existem centenas de destinos para onde os nossos emigrantes podem ser desviados para investirem a custo reduzido e não podemos oferecer de bandeja essa alternativa, sem fazermos valer os nossos argumentos e mais-valias.

Passámos o verão a ouvir os emigrantes dizerem que, ou não voltariam aos Açores ou não o fariam com a SATA e T-shirts com esqueletos a dizerem que as pessoas ainda estavam sentadas num qualquer aeroporto à espera da SATA, um top de vendas nas festas da Praia da Vitória. Estes episódios não se podem repetir e terá que ser a própria SATA a pugnar para que isso não aconteça.

Não há turistas melhores do que os nossos emigrantes que regressam, gastam cá o fruto das suas poupanças e mantêm ligações às famílias; devem ser bem tratados pela SATA, o que não tem acontecido, por isso achamos pertinente que a Assembleia Municipal de Angra apresente o seu veemente protesto conta essa má qualidade de serviço.

Sr. d. m. Manuel Conte Bettencourt: – Ontem falei pelo *skype* com um amigo com dupla nacionalidade, que passa metade do ano cá e a outra na América nos arredores de Boston, que me disse: «*Manel*, queria viajar diretamente Lajes/Boston, fui ver os preços à internet mas estavam a 800 euros por pessoa. No dia seguinte fui ao *site* da SATA e verifiquei que, se o bilhete fosse comprado de modo a viajar primeiro para S. Miguel e depois para Boston, pagaria apenas 300 euros.»

Deve haver aqui alguma lógica de mercado mas acho escandaloso que um voo direto seja onerado em 500 euros de diferença. Talvez possam brincar um pouco e jogar com os preços, viajando por S. Miguel, pelo facto de terem um voo por dia, ao ponto de fazerem descer o preço do bilhete em 300 euros; isto foi-me dito ontem à noite.

Deixo isto à vossa consideração e acho que é um mau serviço prestado pela nossa companhia aos açorianos, na medida em que há aqui um diferencial que me parece um bocado chocante.

Sr. d. m. José Santos: – Os Açores são uma região dispersa que, desde o seu descobrimento até ao último quartel do século XX, esteve quase completamente esquecida pelo governo imperial e centralista de Lisboa.

As populações que se iam fixando nas ilhas ficavam entregues à sua sorte e isoladas em cada ilha de forma dramática e quase definitiva, sem esperança de retorno às suas raízes. Ciente dessa realidade, o homem açoriano foi-se construindo em pequenas comunidades com a luta pela sobrevivência a afirmar-se como principal fator motivador das vontades individuais e traços distintivos da sua personalidade e caráter que hoje, à distância de séculos e gerações, caracterizam a têmpera açoriana.

As dificuldades da vida, a geografia madrasta e a ambição por um futuro risonho instalaram o desejo de rasgar os horizontes restritos das ilhas e procurar melhores destinos. Os açorianos viram partir muitos dos seus filhos para oeste, designadamente Estados Unidos e Canadá.

Segundo Daniel de Sá, sair da ilha é a pior forma de ficar aprisionado nela. A saudade da família que teve que se deixar, dos amigos e da terra que lhes serviu de berço, exigiu uma solução que lhes facilitasse o regresso às origens para matar saudades.

De entre as saudades de quem partiu e de quem ficou, começou a tornar-se clara a necessidade de um instrumento que viabilizasse de forma permanente, o estabelecimento de pontes entre os Açores e os açorianos da diáspora no Canadá e nos EUA. No caso do Canadá surge a SATA Express, iniciando a atividade com recurso a aviões fretados, passando a realizar-se voos diretos de Toronto, Monte Real e de Boston para os Açores.

Não é minha intenção discutir aqui o mapa dos transportes aéreos entre os Açores, o Canadá e os Estados Unidos, nem tenho pretensão de me assumir como especialista na matéria. Contudo, há alguns aspetos que têm sido sistematicamente desvirtuados, sabe-se lá com que intenções, o que, na minha opinião, têm contribuído injustamente para uma imagem negativa da SATA Internacional e dos Açores.

As ligações aéreas entre o Canadá e qualquer país da União Europeia estão liberalizadas; assim, qualquer companhia canadiana ou americana pode voar para os Açores, pelo que não é correto acusar a SATA Internacional de deter o monopólio das rotas que explora para o Canadá e Estados Unidos.

O custo de uma viagem Toronto/Ponta Delgada/Toronto, num Airbus A310-300, é de 99 600,00 € o que dá cerca de 447 € por pessoa. Se a taxa de ocupação do avião for de 80% nos dois sentidos, o que é difícil e pouco provável durante todo o ano, o custo por passageiro transportado rondará os 560 €. Estou apenas a falar de custos de transporte sem as taxas, que não estão incluídas neste valor de 99 600 €, assim como não estão incluídos os custos com irregularidades devido ao mau tempo ou avaria, caso seja necessário alojar ou alimentar os passageiros. Acham fácil a prática do preço médio anual do bilhete abaixo dos 567 € mais taxas? Deixo esta pergunta no ar.

Todas as empresas devem ter lucros, a SATA Internacional é uma empresa como qualquer outra e também os deve ter. É certo que é uma empresa com capitais públicos mas sem lucros não se investe nem se melhora a qualidade do serviço prestado, o que, do meu ponto de vista, é uma lacuna a sanar o mais rapidamente possível na SATA Internacional.

Finalmente, entendo desfazer o mito que se entranhou na mente dos açorianos. A SATA Internacional não é subsidiada pelo Governo Regional; é essa a ideia que as pessoas têm no Canadá e nos Estados Unidos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É detida a 100% pelo Governo Regional.

Sr. d. m. José Santos: – Quando o senhor fala eu fico religiosamente caladinho.

Se a SATA Internacional não é subsidiada pelo Governo Regional dos Açores, não recebe nem um euro. Na Europa, para não desvirtuar as leis da concorrência, é proibido subsidiar as companhias aéreas, excetuando os casos onde se tornou necessário fixar o preço do serviço público mas não há serviço público nas ligações entre países.

A facilitação das acessibilidades aos Açores deve constituir a oportunidade de prosseguir continuamente sem pôr em causa a relação entre os açorianos e, em última instância, a própria coesão nacional. Com a SATA Internacional podemos estar cada vez mais perto de casa.

Também concordo que houve anomalias este verão mas, em 24 meses, viajei 27 vezes na SATA, a partir da Terceira ou de S. Miguel, para o Canadá e não me lembro de ter tido qualquer problema. Estou emigrado há 30 anos e lembro-me quando eram as companhias canadianas e americanas a voarem para os Açores. No dia 23 de julho de 1989 eu estava para embarcar para Toronto, a empresa faliu e ninguém nos pagou um centavo.

Quando se vem dizer que a SATA Internacional presta um mau serviço aos emigrantes é preciso que se tenha uma base fundamentada e não através de um rascunho de quatro ou cinco pessoas que alegam ter sido mal tratadas pelo facto de um voo ter atrasado ou ter tido uma avaria. Ainda bem que as avarias da SATA têm acontecido em terra e todos sabemos que a segurança é a sua grande bandeira.

Este verão também tive um voo que atrasou quatro horas. Todos queremos crucificar a SATA porque é dos Açores, é dos açorianos e tem como tutela este Governo Regional mas ninguém se lembra que está a prejudicar os açorianos. Quiçá, um dia os emigrantes e os todos os açorianos irão sentir a falta que nos faz a SATA Internacional.

O senhor professor Manuel Conde disse que um amigo seu ontem tinha comprado um bilhete que custava 800 € das Lajes para Boston. Um emigrante disse no jornal que foi maltratado pela SATA porque teria que pagar 200 dólares para trazer o saco de golf; isto é justo. Sabe porquê? Porque essa pessoa não quis comprar um bilhete *Value* e talvez tenha comprado um *Smart* ou *Light*, que custa em média 177,91 € e dá direito a 8 quilos de bagagem de mão, enquanto o *Smart* permite viajar com 8 quilos de bagagem de mão mais 23 no porão e custa apenas mais 13 € que as pessoas não querem pagar mas correm o risco de chegar ao aeroporto e terem que pagar mais 200 €.

A diferença entre o preço do bilhete *Light* e o *Value*, que está abaixo da classe executiva, é de 91 € e o *Value* permite transportar duas peças de bagagem de 23 quilos cada. Em vez de pagarem 200 € podem levar o saco de golf mais uma mala e uma bagagem de mão de 8 quilos.

As pessoas optam pelo bilhete *Light* que é mais barato, depois não têm direito a bagagem e falam mal da SATA Internacional que, desde que apareceu, tem sido uma mais-valia para os emigrantes nos EUA e Canadá. Nunca fui tão bem tratado a bordo de uma companhia aérea como sou tratado a bordo da SATA Internacional.

O grupo parlamentar do Partido Socialista vai votar contra este voto de protesto porque, por causa de alguns passageiros, não podemos generalizar para todos os emigrantes que estão nos EUA e no Canadá.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor deputado José Santos; ninguém aqui referiu o contrário relativamente ao papel da SATA e o quanto precisamos dela mas também não podemos tapar o sol com a peneira porque o serviço se tem vindo a deteriorar em qualidade, regularidade,

avarias e um sem número de problemas ao longo dos últimos anos e este foi o pior ano de sempre.

Se o senhor fala com emigrantes, nós também o fazemos, as queixas deste verão foram reais e ninguém as inventou para atirar pedras à SATA porque queremos que seja uma bandeira dos Açores junto das nossas comunidades emigradas.

A SATA é uma empresa do setor público empresarial regional, detida e financiada a 100% pelo Governo Regional que nomeia os seus conselhos de administração e não se pode dizer que tem sido bem gerida nos últimos anos porque acumula prejuízos e o último relatado foi de 15 milhões de euros com o valor da frota inflacionado.

Os Airbus A310 que referiu ultrapassaram o limite da sua vida útil e teme-se que possa vir a haver um problema de segurança com aqueles aviões. Nenhuma companhia aérea europeia voa com o A310; a SATA é a única companhia de bandeira europeia que os utiliza no espaço aéreo europeu, a não ser aquelas companhias *charter* de vão de escada.

Não podemos branquear os gravíssimos problemas que aconteceram com a SATA. O senhor sabe quantos passageiros transporta um A310 e os de Oakland levaram três dias para chegar à Terceira; três dias! Os atrasos e os problemas com a bagagem foram uma constante, além de terem que pagar excesso de bagagem de S. Miguel para a Terceira como o senhor bem sabe.

Não estamos a querer que a SATA funcione mal; estamos a protestar porque funcionou mal e queremos que passe a funcionar muito melhor como funcionou no passado.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Está escrito nos três primeiros parágrafos deste Voto de Protesto, que está em discussão, tudo o que o CDS-PP e o PSD entendem sobre a SATA Internacional, senhor deputado José Santos: *«É imprescindível para o elo de ligação entre as nossas comunidades; é a ferramenta que melhor garante que os açorianos possam visitar as suas famílias na diáspora; é um instrumento potenciador de investimento dos nossos emigrantes nas ilhas.»* Não percebi as suas dúvidas relativamente às nossas divergências.

A SATA nasceu bem e faz falta a uma região com as nossas condições mas o PS tem-na colocado ao serviço da falta de política de transportes aéreos e da má política de turismo em vez de a colocar ao serviço da economia dos Açores, por isso temos os problemas que temos, não só com a SATA Internacional mas também com a SATA Air Açores.

Os horários de inverno para a ilha Terceira que entraram ou entrarão brevemente em vigor, são verdadeiramente lamentáveis e, nalguns casos, vergonhosos. Se eu quiser ir às Flores num fim de semana tenho que ir dormir a um sítio qualquer porque não tenho um voo direto a partir da Terceira.

O senhor deputado José Santos começou bem e eu, até certo ponto, estive com uma réstia de fé que o Governo Regional teria encontrado a pessoa certa para gerir a SATA. Mostrou-se conhecedor de números e dados com experiência na área da aviação e eu pensei que, finalmente, tinha aparecido aqui alguém a saber do que fala acerca da SATA e aviação porque, geralmente nesse tipo de discussões, aparecem aquelas frases bonitas de que a SATA deve servir os Açores e os açorianos e o senhor José Santos falou com conhecimento de dados concretos mas depois percebi que, afinal, temos uma grande diferença de opinião.

Independentemente de o senhor José Santos perceber de aviação, tem também a certeza de que todas as queixas que temos lido e ouvido da nossa comunidade emigrante provêm apenas de um conjunto reduzido de pessoas que devem ser más-línguas da oposição que apenas querem falar mal da SATA.

Percebemos que, para o PS, os diferentes emigrantes, os que falam e escrevem para a comunicação social cá e os que o fazem lá, denunciando os casos e pondo a nu os problemas

que sentiram com os serviços da SATA, afinal são meia dúzia de más-línguas que devem ser do PSD e do CDS-PP; que chatice!

Enquanto quisermos fazer discussões sobre assuntos sérios como a SATA baseados neste tipo de argumentos, estamos conversados e vamos lamentavelmente continuar a ter um péssimo serviço, quer na vertente internacional, quer por parte da SATA Air Açores.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Há dias no telejornal, o presidente das linhas aéreas portuguesas, uma pessoa experiente na área, referiu que há ainda muitas companhias aéreas que possuem o Airbus A310 e é frequente esse tipo de anomalias.

Admite-se que este ano houve bastantes anomalias na SATA e o sensacionalismo da comunicação social fê-las parecerem mais graves do que realmente foram, mas será que não as há também nas outras companhias aéreas do resto do mundo? Ele deu a entender que sim mas não é consensual.

Será que este voto de protesto vem acrescentar mais alguma coisa? O problema foi identificado, o Governo já admitiu e o administrador da SATA esteve cá e reuniu com o senhor presidente da Câmara que nos pode dar o feedback dessa reunião. Será que vale a pena atirmos mais pedras? Acho que devemos ter uma atitude positiva e perceber o que resultou desta reunião com o senhor presidente da Câmara.

Sr. d. m. José Santos: – Não estou nem quero defender a SATA; o que eu quero é que todos possamos defender a SATA, porque é nossa, e quero que os meus amigos apresentem um documento que mostre quantos atrasos houve este verão para a Terceira e S. Miguel. A avaria foi detetada após a aterragem em Toronto e os passageiros chegaram ao hotel quase de madrugada porque ficaram na expetativa que o avião fosse reparado.

Os meus amigos se calhar vão com alguma frequência ao continente na TAP, que também sofre atrasos, e querem pôr a nossa companhia no fundo. Falei recentemente com o novo presidente do conselho de administração da SATA, estive ligado e sei como está a decorrer o processo de parceria com a WESTJET no Canadá. É um facto que temos aviões muito velhos ,que são muito bons porque um avião devidamente reparado nunca é velho.

A SATA merece o voto de confiança dos açorianos. Os senhores deputados do CDS-PP e do PSD não se podem servir dos emigrantes dos Estados Unidos e Canadá para desfavorecerem a SATA porque não conhecem a realidade como eu. Falo com duzentos ou trezentos emigrantes todos os dias e o meu amigo fala com dois ou três. Os senhores não podem usar a integridade dos nossos emigrantes, gente que trabalha para vir à sua terra e a prova disso é que os voos para a Terceira e S. Miguel para o ano estão quase todos cheios.

Se o meu amigo quiser, levo-o comigo ao Canadá e aos EUA e encontrará apenas 2 ou 3% dos emigrantes que, possivelmente votariam para derrubar aquela que é a nossa empresa de bandeira e que muito bem tem servido o seu povo. Arranjem alternativas e não usem o nome dos emigrantes em vão.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Continuo estarecido porque não vejo neste voto nenhuma referência específica a aparelhos ou avarias. O que vejo é uma manifestação de indignação de uma comunidade emigrante muito maior do que o número de residentes nos Açores, que põe em causa o serviço prestado por uma empresa de bandeira a quem todos queremos bem.

A SATA nasceu bem e faz sentido mas não pode continuar como está. Não está em causa um passageiro que pagou uma tarifa *light* ou outra qualquer, mas sim os impactos na imagem da promoção turística e na economia dos Açores.

A primeira geração de emigrantes volta sempre mas, aos filhos e netos que nasceram lá, perante este tipo de relatos e incidentes constantes, sai mais barato e cómodo passarem férias

no Havai. Com o devido respeito, a conclusão que posso tirar das suas intervenções é que o senhor deputado é um passageiro frequente e privilegiado da SATA Internacional.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Já que se gosta tanto de estudos, proponho que se altere o texto. Em vez de um voto de protesto pelo mau funcionamento da SATA e visto que não conhecemos bem os números, porque é que não propomos um estudo técnico para tomarmos conhecimento do número de avarias deste ano e se a frota tem capacidade para voos de longo curso?

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Este é um voto de protesto e uma posição política dos partidos da oposição face ao mau serviço prestado pela SATA. As dúvidas da senhora deputada foram debatidas na Assembleia Legislativa Regional. Posso apresentar-lhe o diário das sessões contendo os dados a que se refere e uma petição apresentada por emigrantes contra o serviço da SATA em que alguns motivos estão plasmados neste voto. O voto mantém-se.

Terminadas as intervenções e posto à votação o Voto de Protesto constante do Ponto 3.2 foi rejeitado com 16 votos contra do PS, 3 abstenções do PS e 13 votos a favor (10 do PSD, 3 do CDS-PP).

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 – Voto de Protesto do Grupo Municipal do CDS-PP sobre as condições sanitárias do Mercado Duque de Bragança.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Já pedi várias vezes ao senhor presidente da Câmara o relatório da Inspeção das Atividades Económicas feita ao mercado Duque de Bragança no seguimento de protestos de que haveria ratos e más condições de higiene. Foi-nos garantido oralmente que se tinha chegado à conclusão de que só haveria uma ligeira sujidade nas bancas aqui e ali e que não haveria ratos.

O senhor presidente foi brincando e eu insistindo, mas, brincando e insistindo, gostaria mesmo de ver esse relatório e ver também espelhadas num documento oficial as conclusões a que se chegou quando se fez essa inspeção ao mercado. Em última instância protesto pelo facto de nunca me ter sido facultado o referido relatório que me foi prometido e já passou quase um ano.

Sr. presidente da Câmara: – Compreendo a preocupação da senhora deputada Graça Silveira mas acontece que a Câmara não recebeu esse relatório. Pedi explicações e foi-me dito que o senhor inspetor regional que prestou as declarações entendeu que não havia necessidade de elaborar esse relatório formal, porque as questões levantadas na altura tinham sido prontamente resolvidas pelo veterinário municipal.

Deixe-me dizer-lhe que este voto é de um certo mau gosto porque quem vive do mercado fez o seu investimento, a Câmara também o fez, investindo e resolvendo as questões que havia para resolver e estamos a melhorar a imagem do mercado, tornando-o mais atrativo. Voltou a ser levantado um problema que aconteceu em janeiro que foi prontamente corrigido.

Não fui eu que afirmei que algo estaria bem ou mal, foi o senhor inspetor regional que o referiu através de declarações prestadas ao vivo na televisão, o veterinário municipal esteve presente na dita inspeção, o assunto está totalmente ultrapassado e ao estarmos a ressuscitar isto é atirar mais uma pedrada aos comerciantes que estão na praça.

Temos que nos unir em torno da tentativa de fazer prosperar o mercado para que as pessoas consigam ganhar a sua vida e cada notícia negativa acerca deste assunto é um passo atrás no percurso que foi feito.

O mercado está aberto, façam o vosso próprio julgamento sobre o que lá se passa, vejam o que foi feito e dêem uma oportunidade a quem lá trabalha de ganhar a sua vida. Este voto vai contra os interesses de quem trabalha no mercado Duque de Bragança.

Quanto ao relatório, se a senhora quiser, peça-o escrevendo à Inspeção Regional porque, até à data de ontem não deu entrada no município e caso isso aconteça, fá-lo-ei chegar imediatamente à senhora deputada porque não há aqui interesse em esconder o que quer que seja.

Creio não haver razões para a apresentação deste protesto e, para bem de quem faz pela vida no mercado, seria de bom-tom que o retirasse e depois esclarecesse o assunto com o senhor diretor regional; se depois disso, ainda entender que há razões para protestar, se Deus nos der vida e saúde cá estaremos outra vez. Este não é um protesto contra o presidente da Câmara mas sim, contra quem trabalha no mercado Duque de Bragança.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Se o mercado duque de Bragança não tivesse problemas como oportunamente foram anunciados, o senhor não teria tido a necessidade de fazer a intervenção que lá fez, e bem.

O facto de haver uma oposição que trabalha, luta contra os problemas, os denuncia e expõe publicamente, faz com que o senhor presidente tenha um auxiliar para o ajudar a corrigi-los como o tem feito numas ocasiões e não, noutras. Foi o que aconteceu na sessão da Assembleia Municipal de fevereiro passado.

Preocupa-nos o facto que, nalgumas ocasiões mais melindrosas, sejam solicitados documentos ao senhor presidente da Câmara, o senhor diz que os tem e disponibiliza-se para os fornecer e depois chega-se à conclusão que afinal não os tem.

É importante que estas coisas sejam esclarecidas porque, se há questão que nos une, é a importância que damos a um mercado municipal em condições na nossa cidade para que haja escoamento de produtos locais. É importante um comércio tradicional com qualidade que gere empregabilidade que tanta falta faz e a existência de um mercado de produtos tradicionais tem alguma importância turística e etnográfica numa cidade histórica como Angra do Heroísmo.

As pessoas devem ter acesso aos documentos porque, quer os responsáveis políticos, quer os técnicos, por vezes fazem declarações erradas, umas por acidente outras de propósito e é importante que as declarações proferidas na televisão, que não têm valor legal, sejam confrontadas com os documentos legais produzidos pelas instituições.

Não se está a fazer nenhum ataque aos comerciantes do mercado duque de Bragança. Tem que se aferir o conteúdo de um relatório que deve ser tornado público e não são as declarações de um qualquer responsável técnico ou político a uma televisão que vão atestar a veracidade e autenticidade técnica de um relatório de uma inspeção de atividades económicas.

Sr. presidente da Câmara: – A respeito de documentos que eu possa ou não possa mostrar, hoje lembrei-me, trouxe-o e entreguei-o à senhora deputada para que ela não precisasse de ir ao meu gabinete. O documento está ao meu lado mas esteve na mesa dela enquanto foi necessário e ela já o viu.

Quanto aos documentos da inspeção, a não ser que se tenham extraviado, não tenho conhecimento da sua entrada nesta Câmara e no dia que os tiver terei muito gosto em fazê-los chegar à senhora deputada, até porque, dado o andamento das coisas neste momento, a Câmara nada tinha a temer na altura porque se tratava de uma situação cuja responsabilidade era muito reduzida. Todas as situações que chegaram ao conhecimento da Câmara foram corrigidas e não há nada do nosso lado que indicie qualquer motivo para esconder o que quer que seja.

Não voltei a estabelecer qualquer contacto com o senhor inspetor regional. Na altura fez as suas declarações que não foram combinadas comigo, disse o que entendeu sobre a matéria e o assunto ficou assim mesmo. Fizemos o que tínhamos a fazer, o mercado está a funcionar muito melhor, tem condições para ser visitado e os senhores são muito bem-vindos; por favor vão lá e comprem qualquer coisinha que sempre dá jeito.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Na altura, coloquei-lhe esta questão na condição de presidente da Câmara com as responsabilidades que a Câmara tem em garantir as questões relacionadas com saúde pública, entre as quais o mercado Duque de Bragança. Como vem sendo hábito, o senhor minimizou a minha intervenção porque o senhor inspetor tinha feito uma visita ao mercado e o senhor presidente baseou-se na boa-fé do que foi dito.

Nesta casa não decidimos as coisas em função da comunicação social. O senhor inspetor disse também publicamente dois dias antes que tinha dado entrada uma denúncia que estava a ser avaliada pelo gabinete jurídico e ainda não tinha sido tomada nenhuma ação, passadas duas horas telefonou à jornalista, na reportagem diz que, afinal, já tinha sido feita uma inspeção e pela voz do senhor presidente da Câmara, tinham sido aqui trazidos os resultados dessa inspeção.

Que eu saiba, a IRAE (Inspeção Regional das Atividades Económicas) tem a obrigação de escrever relatórios sobre todas as inspeções que faz. Não venha agora pôr o ónus em cima de nós porque os próprios comerciantes também disseram na altura na comunicação social que as condições eram deploráveis.

Congratulamo-nos se o senhor presidente da Câmara fez um excelente trabalho daí para cá mas não pode continuar a usar sistematicamente essa estratégia. Afinal o senhor inspetor tinha dito que estava tudo bem e, passados oito meses, diz que fez um excelente trabalho que aquilo está ótimo e não vale a pena falar sobre o assunto.

A IRAE sabe tão bem quanto eu as machadadas de misericórdia que já deu nos produtores tradicionais que não podem fazer doces porque a tampinha está assim ou assado ou porque não cumprem com o HCCP e fecha-se.

Se eu exijo um relatório que a inspeção devia ter apresentado para comprovar o que diz, não me venha dizer que eu é que estou a dar a machadada de misericórdia com este Voto de Protesto. Na altura levantámos questões bastante pertinentes que foram branqueadas com declarações, nunca apareceu um relatório e o senhor nunca disse que não o tinha; disse que estava não sei onde e o disponibilizaria quando pudesse, por isso pressupôs-se que o ia receber porque ele tem que existir.

Se o assunto é diretamente com a Inspeção Regional das Atividades Económicas, muito bem, mas a Câmara não se pode demitir desse processo porque tem responsabilidades acrescidas em garantir as condições de higiene e sanidade do mercado.

Sr. presidente da Câmara: – O que o senhor inspetor disse na altura deixou-me descansado; caso contrário, deveria ter fechado o mercado. Eu tinha estado lá dias antes, estive naquele dia e nos seguintes, temos lá ido regularmente e fez-se um levantamento de todas as mazelas que foram corrigidas. Ninguém minimizou coisa nenhuma, passados poucos meses o mercado está completamente diferente, quando alguém entender que deve fazer inspeções, deve fazê-las porque levamos muito a sério as nossas obrigações em garantir um mercado adequado e os senhores são bem-vindos a visitá-lo quando quiserem.

O que aconteceu em janeiro já lá vai e eu preciso de relatórios é do que se passa agora. Os senhores votarão como entenderem, porque é um assunto vosso, mas não é bom levantar fantasmas da cova. A obrigação da Câmara é manter um mercado limpo e arranjado e

orgulho-me do trabalho que lá foi feito por funcionários desta autarquia que se empenharam para dar outras condições àquele espaço que está muito melhor.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Também vi nas notícias as declarações da equipa de inspeções em relação a esta fiscalização. Eles são categóricos em dizer que há alguma sujidade mas não há vestígios de roedores e a Câmara Municipal está preocupada com a higienização do mercado. Este protesto não tem nada a ver com o mercado, mais uma razão para votarmos contra.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Se tanto se repetir uma conversa ela passa a ser normal. Era a mesma coisa que eu vir aqui dizer que os procedimentos no hospital de Angra foram péssimos e toda a gente ouviu na comunicação social mas não houve nenhum relatório. A existência de um relatório faz toda a diferença, porque a comunicação social diz o que quer.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Se um técnico prestar declarações na comunicação social, parto do pressuposto que não são falsas, assim como não serão falsas se partirem de um diretor clínico do hospital.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (numa interpelação à Mesa): – Senhor presidente, é para informar a Mesa da Assembleia que este grupo municipal diligenciará, junto do grupo parlamentar do CDS-PP na Assembleia Regional, a solicitação deste relatório do Inspetor Regional das Atividades Económicas.

*Não se registando mais intervenções e posto à votação, **O Voto de Protesto constante do Ponto 4.1 foi rejeitado** com 20 votos contra do PS, 4 abstenções do PSD e 9 votos a favor (6 do PSD, 3 do CDS-PP).*

5 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

5.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Henrique Borges Martins.

Não se registando quaisquer intervenções, o **Voto foi aprovado por unanimidade.**

5.2 – Voto de Louvor pelo desempenho profissional do nadador salvador Fabiano Exner Sousa Silva no salvamento de um jovem na Zona Balnear do Refugo - Porto Judeu.

Sr. presidente da Mesa: – «*O dia 13 de agosto amanheceu na freguesia do Porto Judeu como qualquer outro dia de verão e podia ter ficado marcado pela perda trágica de uma vida humana jovem que merece certamente muito mais do que os breves nove anos vividos até hoje.*

No dia 13 de agosto o nadador/salvador Fabiano Sousa Silva mudou o curso da história e resgatou das garras do destino da morte anunciada um jovem de nove anos de idade na zona balnear do Refugo, no Porto Judeu, onde exercia a sua atividade de nadador/salvador, porque nesse dia chegou antes do seu horário de trabalho.

Quando avistado, o jovem encontrava-se com as vias respiratórias submersas e já em paragem cardiorrespiratória. A intervenção do Fabiano, que retirou sozinho a vítima de dentro da água e iniciou as protocoladas manobras de suporte básico de vida até à chegada dos meios diferenciados de socorro, permitiu reverter a situação.

O Fabiano é um jovem de 24 anos de idade natural da freguesia de S. Sebastião onde desempenha as funções de nadador/salvador desde 2008.

Pelo seu desempenho profissional, pela sua dedicação e, sobretudo, pelo seu feito que marcou a vida daquele jovem no dia 13 de agosto de 2014, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprova um Voto de Louvor.

Este voto vai ser dado a conhecer ao próprio, à junta de freguesia de onde é natural, à Associação Humanitária «Os Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo» e ao respetivo comando.

Angra do Heroísmo, 24 de setembro de 2014.»

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Este voto tem um significado especial e este foi o caso deste verão mas tenho conhecimento de que, infelizmente e devido a comportamentos menos próprios por parte dos banhistas, outros nadadores/salvadores que estiveram ao serviço de outras zonas balneares depararam-se com situações difíceis, algumas com consequências que levaram à necessidade de observação nos serviços de saúde da região, mas felizmente acabando todos sem consequências trágicas.

Recomendo ao preponente que este voto de louvor possa também ser extensivo a todos os outros nadadores/salvadores que se depararam com situações mais difíceis e de emergência em salvamentos. Sou conhecedor de, pelo menos, duas situações na zona do Negrito onde foi precisa a intervenção de vários elementos de outras forças com tutela direta nas zonas costeiras e zonas balneares. Pelo menos devia ser dado conhecimento a todos os nadadores/salvadores da nossa vontade em congratulá-los também pela sua coragem e pelos serviços prestados nas nossas zonas balneares.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Compreendo a preocupação demonstrada pelo deputado Pedro Ferreira mas também compreendo a bondade deste voto e a necessidade do destaque merecido por parte do Fabiano, porque se tratou de um ato heróico; foi no cumprimento das suas funções mas a ação teve circunstâncias especiais e um desfecho muito feliz.

Num tempo em que vivemos rodeados de más notícias, de crises, preocupações e tragédias, o facto de ainda haver heróis é algo que nos deixa muito felizes.

É com natural satisfação que os deputados municipais do PSD se vão associar a este voto e julgo que todos os nadadores/salvadores deste concelho se vão sentir honrados com a sua atribuição ao Fabiano porque foi ele o herói.

Acho que seria de elementar justiça que deste voto fosse também dado conhecimento à vítima e à sua família porque, com natural satisfação, será mais grato ao nadador/salvador do que todos nós.

Sr. presidente da Câmara: – Como disse o senhor deputado Luís Rendeiro, não devemos juntar coisas que são diferentes porque a situação merece um destaque especial. Gostaria também de dizer que felizmente este ano a época balnear decorreu sem nenhum acidente fatal ou com consequências graves e, ao contrário do que aconteceu noutras alturas, não houve nenhuma queixa sobre a atuação dos nossos nadadores/salvadores.

Expresso-lhes os meus agradecimentos, extensivos também aos bombeiros porque, o que marcou a diferença, foi o enquadramento de ações muito profissionais e eficazes no sentido de gerirem bem a distribuição do pessoal e de terem em conta a qualidade no atendimento e a segurança de quem lá está.

Fica também aqui o meu louvor aos bombeiros e a todos os nadadores/salvadores pelo trabalho que fizeram. Quanto ao voto de louvor, a caminho do dia da cidade será uma das questões que teremos que analisar em reunião de Câmara, faremos chegar à Assembleia, as que a Câmara entender relevantes ao longo do ano e nessa altura olharemos para estas questões.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Além desta atribuição específica ao Fabiano, seria uma boa ideia aceitarmos a proposta do senhor deputado Pedro Ferreira e atribuirmos também um prémio a todos os nadadores/salvadores pela sua excelente prestação em termos de vigilância das zonas balneares este ano.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, o Voto de Louvor a Fabiano Sousa e Silva constante do Ponto 5.2 foi aprovado por unanimidade.

6- DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Gabriel Martins Gomes.

Sr. presidente da Mesa: – O professor Manuel Gabriel Martins Gomes foi uma pessoa que sempre trabalhou em prol da comunidade durante toda a sua vida, foi nosso colega deputado durante vários mandatos e penso que será da maior justiça que a Assembleia Municipal vote favoravelmente este Voto de Pesar.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Gabriel Martins Gomes foi aprovado por unanimidade.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta da 18H00M do dia 24 de setembro de 2014, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz